



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANDRÉ LUIZ JUSTUS CZOVNY

**FOTOGRAFIAS E REMINISCÊNCIAS EM GÓES ARTIGAS
(PR):
OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE UMA COMUNIDADE
RURAL QUE NÃO QUER SER ESQUECIDA**

Londrina
2020

ANDRÉ LUIZ JUSTUS CZOVNY

FOTOGRAFIAS E REMINISCÊNCIAS EM GÓES ARTIGAS
(PR):
OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE UMA COMUNIDADE
RURAL QUE NÃO QUER SER ESQUECIDA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Boni

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C999f Czovny, André Luiz Justus.
Fotografia e reminiscências em Góes Artigas (PR) : os registros fotográficos de uma comunidade rural que não quer ser esquecida / André Luiz Justus Czovny. - Londrina, 2020.
151 f. : il.

Orientador: Paulo César Boni.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.
Inclui bibliografia.

1. História de Góes Artigas (PR) - Tese. 2. Fotografia e Memória - Tese. 3. Gatilho de Memória - Tese. 4. Processos Sociais e Práticas Culturais - Tese. I. Boni, Paulo César. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

ANDRÉ LUIZ JUSTUS CZOVNY

**FOTOGRAFIAS E REMINISCÊNCIAS EM GÓES ARTIGAS (PR):
OS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE UMA COMUNIDADE RURAL
QUE NÃO QUER SER ESQUECIDA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Boni
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dra. Márcia Neme Buzalaf
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dra. Éverly Pegoraro
Universidade Estadual do Centro Oeste –
Unicentro

Londrina, 9 de junho de 2020.

*As minhas avós, Aracy e Paulina,
inspirações diárias.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me concedeu esperança e força durante todo o tempo.

Aos moradores de Góes Artigas e todos os entrevistados que separaram manhãs e tardes para compartilharem suas ricas memórias. Esse trabalho só tornou-se possível pela contribuição de cada um de vocês. Por isso, o meu carinho a Antonio Portela, Amilton Fontana, Darcy Gumiero, Irene Druciaki, Maria do Carmo Sabadin, Maria Fernandes, Mercedes da Luz, Nicolau de Meira, Pedro Monteiro e Sebastiana Macarroni.

Aos meus pais, meus maiores incentivadores para seguir em frente sempre. E meu irmão pelas palavras durante o caminho. Obrigado pela confiança e pelo carinho. Meus exemplos de amor, trabalho e esforço. À vocês, todo o meu amor!

À minha família, que sempre me recebeu com os braços abertos nas idas e vindas, torcendo pelo meu sucesso. Em especial à Paulina Lacowicz Czovny e Waldomiro Czovny, meus avós paternos que criaram seis filhos em Papagaios (PR), comunidade rural vizinha de Góes Artigas.

À minha segunda família, os amigos, que são luz nos momentos de escuridão. Aos antigos, aos novos, aos de longe e aos que fiz aqui. Eu não seria nada sem vocês.

Aos meus professores que, mesmo com o sucateamento da educação, seguem resistindo e acreditando no potencial de cada um em sala de aula. Na caminhada do mestrado, agradeço em especial, à Éverly Pegoraro, por ser o ponto de início antes de tudo começar; e aos professores Márcia Neme Buzalaf e Miguel Contani, pelos apontamentos e contribuições nessa pesquisa.

À Capes, por possibilitar, por meio da minha bolsa de pesquisa, a realização e concretização desse estudo, tão especial e valioso para mim. Poder democratizá-lo, é um sonho que se materializa.

Em especial ao meu orientador, Paulo César Boni, pela honra de tê-lo ao meu lado durante esses dois anos de pesquisa. Não poderia me aventurar pelo universo da fotografia sem seus conselhos e ensinamentos. Obrigado por acreditar no potencial imagético de Góes Artigas.

“Eu era aquele que busca, e ainda sou, mas eu não busco mais nas estrelas ou em livros; Eu estou começando a escutar os ensinamentos do meu sangue pulsando em mim. Minha história não é suave, ela não é doce e harmoniosa como as histórias inventadas; ela tem um sabor de insensatez e perplexidade, de loucura e sonho, como a vida de todas as pessoas que não querem mais mentir para si mesmos.”

(HESSE, 2012)

..

CZOVNY, André Luiz Justus. **Fotografia e reminiscências em Góes Artigas (PR):** os registros fotográficos de uma comunidade rural que não quer ser esquecida. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da aplicação da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, elaborada pelo grupo de pesquisa Comunicação e História, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o objetivo de verificar como a fotografia pode contribuir para a recuperação de fragmentos históricos e para a construção do processo histórico na comunidade rural de Góes Artigas, região centro-sul do Paraná. A escolha metodológica investiga o potencial fotográfico como acionador de memória, sendo aplicado nesse estudo junto a técnica da história oral, seguindo as recomendações de Hoffmann (2010 e 2014) e Teixeira (2013) na aplicação dos procedimentos. O recorte espaço-temporal da pesquisa centra-se no período de funcionamento da estação ferroviária de Góes Artigas, de 1945 (inauguração) até 1980. A pesquisa de campo foi realizada em Góes Artigas, Inácio Martins e Guarapuava com 10 entrevistados, com a utilização de 13 fotografias da comunidade rural. A aplicação foi fundamentada em referenciais teóricos de Kossoy (2001, 2007 e 2016), Panofsky (2009), Le Goff (2003), Bosi (1979 e 1994), Thompson (1992), Meihy (1996), Halbwachs (1990), Portelli (2016), Augé (1994), Candau (2014). Com base nos resultados obtidos, a pesquisa comprovou o potencial da fotografia como meio disparador de memórias e fonte de informações, a partir das contribuições dos depoentes compartilhadas no estudo, durante as entrevistas realizadas.

Palavras-chave: História de Góes Artigas (PR). Comunicação visual. Fotografia e memória. Gatilho de memória. Processos sociais e práticas culturais.

CZOVNY, André Luiz Justus. **Photography and reminiscences in Góes Artigas (PR):** the photographic's records of a rural community that does not wanna be forgotten. 2020. 151 p. Dissertation (Master in Communication). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The present work was developed from the application of the methodological proposal in which the photography is seen as a discharger of a trigger of memory, developed by the research group Communication and History, of the State University of Londrina, with the purpose of verifying how photography can contribute to recover historical traces and to the construction of historical process in rural community of Góes Artigas, in south-center region of Paraná. The methodological choice explores the photographic potential like trigger of the memory, being applied in this research with the technique of oral history, following the recommendations of Hoffmann (2010 and 2014) and Teixeira (2013) in the application of the procedures. The cut of the spacetime of the research focuses on operation period of Góes Artigas train station, from 1945 (opening) to 1980. The field research was carried out in Góes Artigas, Inácio Martins and Guarapuava with 10 interviewed people, using 13 photographs of the rural community. The application was based on theoretical references by Kossoy (2001, 2007 and 2016), Panofsky (2009), Le Goff (2003), Bosi (1979 and 1994), Thompson (1992), Meihy (1996), Halbwachs (1990), Portelli (2016), Augé (1994), Candau (2014). Based on the results achieved, the research proved the photographic functionality as trigger of the memory and information source, from the contributions of the interviewees shared in the study, during the interviews conducted.

Key-words: History of Góes Artigas (PR). Visual communication. Photography and memory. Trigger of memory. Social processes and cultural practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa ilustrativo de Góes Artigas	16
Figura 2	– Documento de medição do terreno que viria a ser Góes Artigas, de 1929	38
Figura 3	– Ao fundo do registro, pilha de tábuas de madeira na serraria	40
Figura 4	– Carregamento de vagões em Góes Artigas - Caminhões da Indústria João José Zattar S/A	40
Figura 5	– Emblema da Rede encontrado nas estações ferroviárias	41
Figura 6	– Título e foto da reportagem sobre a inauguração da estação em Góes Artigas	42
Figura 7	– Estações ferroviárias no trajeto Guarapuava – Ponta Grossa	43
Figura 8	– Anúncio empresa de ônibus	45
Figura 9	– Caixa d'água da Estação Ferroviária de Góes Artigas	46
Figura 10	– Imagem tomada em 2019: Estação Ferroviária abandonada	47
Figura 11	– Imagem tomada em 2019: outra perspectiva da Estação Ferroviária abandonada	47
Figura 12	– Antonio Acir Portela	52
Figura 13	– Amilton e Doraci Matoso	54
Figura 14	– Propaganda da candidata a vereadora	57
Figura 15	– Irene Druciaki em seu escritório de advocacia	58
Figura 16	– Pedro Monteiro em seu local de trabalho	60
Figura 17	– Mercedes Rosa da Luz	62
Figura 18	– Maria Tereza Darczyk Fernandes	64
Figura 19	– Maria e os retratos de sua família	66
Figura 20	– A filha Cleuza e o pai Nicolau de Meira	68
Figura 21	– Sebastiana Macarroni de Oliveira Farias	70
Figura 22	– Darcy José Gumiero	72
Figura 23	– Mosaico de fotos apresentado aos entrevistados	98
Figura 24	– Imagem um: Estação Ferroviária de Góes Artigas I	101
Figura 25	– Imagem dois: Maria fumaça e trabalhadores	104
Figura 26	– Imagem três: Estação Ferroviária de Góes Artigas II	106
Figura 27	– Registro original do 7 de setembro em Góes Artigas	111
Figura 28	– Imagem quatro: Chegada dos suábios em Góes Artigas	112

Figura 29 – Imagem cinco: Os turmeiros	115
Figura 30 – Imagem seis: Vista parcial do centro de Góes Artigas I.....	117
Figura 31 – Imagem sete: Vista parcial do centro de Góes Artigas II.....	120
Figura 32 – Campo de futebol, ao fundo a estação ferroviária e comunidade de Góes Artigas	122
Figura 33 – Convite de baile	123
Figura 34 – Cartela de mensalidade do Nacional Esporte Clube	123
Figura 35 – Surge o novo clube	124
Figura 36 – Convite evento Rainha da Amizade	124
Figura 37 – Imagem oito: Hotel em Góes Artigas.....	125
Figura 38 – Imagem nove: Procissão da Capela Menino Jesus	128
Figura 39 – Andor da procissão da Capela Menino Jesus	130
Figura 40 – Imagem dez: Celebração religiosa em Góes Artigas	131
Figura 41 – Imagem onze: Festa na capela Menino Jesus	133
Figura 42 – Imagem doze: Alunos da Escola Isolada de Góes Artigas.....	136
Figura 43 – Imagem treze: A fanfarra em Góes Artigas	138
Figura 44 – Fanfarra marchando em Góes Artigas	139
Figura 45 – Comunidade reunida no campo	140

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Grupo dos não-selecionados e suas justificativas.....49
- Quadro 2** – Seleção final e definição dos 10 pioneiros com os quais foi aplicada a metodologia com o uso de portfólio de fotografias.....50
- Quadro 3** – Período que cada entrevistado permaneceu em Góes Artigas73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
RVPSC	Rede de Viação Paraná-Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 MEMÓRIA, HISTÓRIA E FOTOGRAFIA	22
1.1 MEMÓRIA	22
1.2 FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL	25
1.2.1 Fotografias e as Histórias.....	28
1.2.2 Fotografia como Disparadora do Gatilho da Memória.....	30
1.3 MEMÓRIA E IDENTIDADE	32
1.3.1 Lugar e Não Lugar	33
2 HISTÓRIA DE GÓES ARTIGAS	35
2.1 OS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS	36
2.2 NARRATIVA EXPANDIDA EM GÓES ARTIGAS	37
2.3 A ESTRADA DE FERRO	41
3 OS MORADORES SELECIONADOS	48
3.1 OS DEZ SELECIONADOS PARA O GATILHO DA MEMÓRIA	49
3.1.1 Antonio Acir Portela.....	51
3.1.1.1 Condições de produção da entrevista	52
3.1.2 Amilton Fontana Matoso	53
3.1.2.1 Condições de produção da entrevista	55
3.1.3 Irene Bastos Druciaki	55
3.1.3.1 Condições de produção da entrevista	58
3.1.4 Pedro Monteiro.....	59
3.1.4.1 Condições de produção da entrevista	60
3.1.5 Mercedes Rosa da Luz	61
3.1.5.1 Condições de produção da entrevista	62
3.1.6 Maria Tereza Darczyk Fernandes	63
3.1.6.1 Condições de produção da entrevista	64
3.1.7 Maria do Carmo Maia Sabadin.....	65
3.1.7.1 Condições de produção da entrevista	67
3.1.8 Nicolau Rodrigues de Meira	67
3.1.8.1 Condições de produção da entrevista	68

3.1.9	Sebastiana Macarroni de Oliveira Farias	69
3.1.9.1	Condições de produção da entrevista	70
3.1.10	Darcy José Gumiero.....	71
3.1.10.1	Condições de produção da entrevista	72
3.2	O RECORTE DE TEMPO	73
4	GÓES ARTIGAS POR SEUS MORADORES.....	74
4.1	INFRAESTRUTURA	74
4.2	ALIMENTAÇÃO	77
4.3	EDUCAÇÃO.....	79
4.4	COMÉRCIO	81
4.5	SAÚDE	83
4.6	RELIGIÃO	85
4.7	LAZER.....	87
4.8	SEGURANÇA	90
4.9	POLÍTICA.....	91
2.1	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	93
5	ANÁLISE DAS IMAGENS E RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO GATILHO DA MEMÓRIA.....	97
5.1	IMAGEM UM.....	100
5.2	IMAGEM DOIS	103
5.3	IMAGEM TRÊS.....	105
5.4	IMAGEM QUATRO	112
5.5	IMAGEM CINCO	114
5.6	IMAGEM SEIS	117
5.7	IMAGEM SETE.....	119
5.8	IMAGEM OITO	125
5.9	IMAGEM NOVE	127
5.10	IMAGEM DEZ	130
5.11	IMAGEM ONZE.....	133
5.12	IMAGEM DOZE	135
5.13	IMAGEM TREZE.....	137

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
	REFERÊNCIAS.....	146
	ANEXOS.....	150
	ANEXO A.....	151

Figura 1 – Mapa ilustrativo de Góes Artigas



Fonte: Do autor

Legenda da ilustração: 1 Estação Ferroviária de Góes Artigas; 2 Depósito da estação ferroviária; 3 Casa dos ferroviários; 4 Pousada União; 5 Armazém Vonijone; 6 Armazém Hauagge; 7 Clube recreativo de Góes; 8 Bar do Gumiero; 9 Igreja Menino Jesus; 10 Escola Menino Jesus; 11 Escola Isolada de Góes Artigas; 12 Campo de futebol; 13 Cemitério; 14 Escritório João José Zattar S/A; 15 Bar.

(Ilustração: Matheus Souza)

INTRODUÇÃO

Ver fotografias antigas é uma atividade que se faz com menor frequência, ainda mais em tempos de *Instagram*. Com o passar dos anos, as gerações têm se afastado cada vez mais de suas origens. E esse trabalho surge a partir dessa necessidade de conhecimento. Acredita-se que as imagens fotográficas sejam parecidas com as pedras brancas do conto infantil João e Maria, que indicam o trajeto de volta para casa, de volta para a sua origem, do seu eu. Quando elas [as fotografias] não estão escondidas em caixas empoeiradas ou reunidas em álbuns, essas estão espalhadas pelas estantes da casa ou emolduradas em lugares de destaque. Da forma que for, a fotografia está ali para ser visitada inúmeras vezes.

Assim, dialogar com as próprias memórias e dos antepassados torna possível estabelecer uma ligação entre tempos distintos e que são inseparáveis. Susan Sontag (2004, p. 19) afirma que por meio de fotos cada família constrói uma crônica visual de si mesma, servindo para testemunhar sua coesão. Entretanto, quanto mais tempo leva para o início dessa busca, mais difícil torna-se essa jornada. Cada indivíduo ou membro da família que morre é uma perda irreparável, pois passa a ser parte de um mistério com quem não se terá mais conhecimento. Então, espere-se que esse trabalho não esteja atrasado.

A leitura através da imagem sempre fez parte da história humana. Com o advento da fotografia, Kossoy (2001, p. 26) comenta que “o mundo tornou-se de certa forma ‘familiar’”, pois o indivíduo passou a ter conhecimento mais exato e abundante de diferentes realidades que eram, até então, recebidas principalmente por meio da escrita e oralidade. Quando esta última se aproxima da memória e história, os microaspectos do mundo tornam-se conhecidos. Tantos acontecimentos históricos, como guerras e grandes revoluções, passam a ser registrados, revelando um objeto que oferece milhares de possibilidades interpretativas. “O mundo [...] se viu, aos poucos, substituído por sua imagem fotográfica” (KOSSOY, 2001, p. 26), criando a liberdade de levá-lo no tempo e na hora que quiser.

A presente pesquisa investiga a fotografia em sua relação com o acionamento da memória em Góes Artigas, no centro-sul do Paraná. A comunidade rural¹ teve considerável importância, entre o período de 1945 e 1980, por ser um ponto

¹ O autor conheceu Góes Artigas como um distrito. Mas, após entender que existe exigências determinadas pela legislação estadual para se caracterizar como tal, o autor decidiu por utilizar o termo

estratégico de escoamento de madeira, no qual empresas madeireiras se instalaram para exploração de recursos naturais naquele território. Assim, tornou-se necessária a construção de uma estação ferroviária para escoamento de tudo o que era produzido e também para atender o serviço de transporte de passageiros, que permaneceu até 1983.

Este trabalho é mais uma aplicação da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, por meio do grupo de pesquisa *Comunicação e História*, da Universidade Estadual de Londrina. Outras pesquisas acadêmicas já foram realizadas e aprimoradas desde 2010. Dessa maneira, busca-se a valorização do procedimento metodológico com uma outra pesquisa em mais um contexto espaço-temporal, mostrando como a fotografia é capaz de ajudar a recuperar a memória local.

O interesse pela comunidade de Góes Artigas como objeto de estudo se deu motivado pelo pertencimento da família do pai do autor na região. Nascidos em uma comunidade vizinha (Papagaios), os familiares mais velhos compartilham lembranças a respeito da infância naquela época (entre 1945 e 1970), com destaque à estrada de ferro, considerada sinônimo de progresso dadas as condições precárias de transporte. A estação ferroviária é o que faz da região um “lugar de pertencimento” para todos que a conhecem, conforme os conceitos de Marc Augé (1994), pois é em torno desse ponto que se percebe o desenvolvimento da comunidade.

Mesmo pertencendo às lembranças de alguns grupos, são escassos os documentos oficiais encontrados e pesquisas realizadas sobre a localidade, dando um ar de invisibilidade para o lugar, que hoje sobrevive com poucas famílias. Isso porque Góes Artigas, que é revelada nos depoimentos dos moradores mais antigos, já não existe enquanto espaço construído, apenas como memória. Poderia muito bem ser uma das cidades descritas por Ítalo Calvino em *As Cidades invisíveis*, como a cidade de Zora. O viajante Marco Polo, personagem do livro, a descreve como uma “cidade que quem viu uma vez nunca mais consegue esquecer. [...] Zora tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto”. Esses pontos são as ruas, as casas, as portas e janelas, que mesmo não demonstrando “particular beleza ou raridade”, são vestígios daquela cidade e estabelecem uma necessidade de “evocação à memória”, onde apenas os homens mais ricos de sabedoria “são os que

“comunidade rural” para denominar Góes Artigas, considerando que os moradores da região vivem no campo, com uma economia de subsistência e afastados de grandes centros urbanos.

conhecem Zora de cor” (CALVINO, 1995, p. 9-10).

Assim como a cidade descrita pelo viajante da obra de Calvino, Góes Artigas é uma cidade invisível “obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização”. Entretanto, com o enfoque deste trabalho, o seu destino pode ser diferente de Zora, cidade da obra de Calvino, que “desfez-se e sumiu”, que foi esquecida pelo mundo.

Diante disso, como *problema* central da presente aplicação, o estudo investiga de que modo a fotografia, como disparadora do gatilho da memória, com suporte da história oral, pode auxiliar na recuperação histórica daquela região. O *objetivo geral* do trabalho foi observar como a fotografia pode contribuir para a recuperação de fragmentos históricos e para a construção do processo histórico de Góes Artigas, considerando a memória local durante o período de funcionamento da Estação Ferroviária. Enquanto isso, os *objetivos específicos* foram:

- Identificar como a fotografia histórica pode reforçar a ligação dos entrevistados com o lugar;
- Apontar a importância do uso de fotografias em entrevistas, com o propósito de provocar novas lembranças nos entrevistados, conforme a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória;

O recorte temporal é feito a partir da importância do transporte ferroviário na região centro-sul do Paraná, que modela o início da comunidade. Por isso, destaca-se o ano de inauguração da estação ferroviária, em 1945, até o ano de 1980, período em que o transporte de passageiros começa a diminuir e que o processo de esvaziamento da comunidade se inicia, a partir do fechamento das empresas madeireiras.

Para compreender a relação entre fotografia e memória, auxiliando nesse processo de recuperação de memórias da comunidade, o autor seguiu um diversificado caminho de leitura, investigação e aplicação. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca de trabalhos já produzidos de autores responsáveis por estudos da memória, como Jacques Le Goof, Eclea Bosi e Maurice Halbwachs. Além disso, Alessandro Portelli e Paul Thompson foram escolhidos para a compreensão e aplicação da história oral. E, por fim, os estudos de

Joël Candau dão base para compreender a memória alinhada à identidade que acompanha Marc Augé ao falar da ideia de lugar como forma de pertencimento. Todos reunidos no primeiro capítulo.

A pesquisa documental² também faz parte de uma importante etapa, na qual documentos escritos, visuais e audiovisuais da comunidade foram levantados e consultados, com o objetivo de averiguar quais materiais históricos havia sobre Góes Artigas. Ainda no projeto de pesquisa, cogitava-se a Casa da Cultura da comunidade, inaugurada em 2017, como fonte desses materiais. Entretanto, ela ainda não possui nenhuma organização a respeito disso, sendo coordenada de forma voluntária por seus moradores e possuidora de poucos documentos imagéticos. Assim, este autor seguiu com o levantamento documental em acervos particulares dos entrevistados, alguns residentes de Góes Artigas, outros das cidades de Inácio Martins e Guarapuava.

Para análise, a sistematização proposta por Teixeira (2013) foi seguida. Todavia, o autor fez uso da técnica da história oral para coletar os depoimentos dos moradores mais antigos, duas vezes, visto que se percebeu necessário uma forma de filtrar qualquer disparidade nos depoimentos coletados de cada um. No primeiro, é o momento para conhecer o personagem e a sua história. Já o segundo torna-se um espaço para reforçar aquilo que foi compartilhado antes, sendo uma etapa que poderá ser comparada com o primeiro encontro. Ainda nesse momento, treze imagens fotográficas são utilizadas também como disparadoras do gatilho da memória dos entrevistados, como forma de recolher relatos inéditos a respeito daquele recorte.

Para Maria Luisa Hoffmann (2010), o portfólio único de fotografias deve ser apresentado a todos os entrevistados, sempre obedecendo a mesma ordem. Assim, o procedimento facilita o cruzamento e a checagem de informações, estimulando ricas narrativas.

A respeito do conteúdo imagético, o pesquisador considerou os apontamentos teóricos de Panofsky (2009) e Kossoy (2001), além de atender os conceitos antropológicos para a noção de lugar e pertencimento. Isso surgiu a partir da busca de registros imagéticos que se relacionassem com os entrevistados por meio

² Para Peter Burke (2004), “as imagens, assim como os textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica”, registrando atos de “testemunho ocular”, sendo consideradas então como documentos.

da vivência e memória com o local. Espaços de comércio, de lazer, de esporte e a Estação Ferroviária são os ambientes que compõem o portfólio elaborado pelo autor.

Ademais, uma seleção de nomes foi realizada para formar a lista de pioneiros entrevistados. Buscou-se, nessa fase da pesquisa, entre pioneiros ainda vivos e os moradores mais antigos da comunidade, personagens que estivessem lúcidos e aptos a contribuir com o trabalho, reunindo dez personagens.

Os resultados deste trabalho são apresentados em seis capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à revisão bibliográfica. No segundo, os aspectos históricos encontrados são apresentados sobre a comunidade de Góes Artigas, durante os anos de 1945 a 1980, que mostram a escassez de materiais a respeito da história local. Enquanto isso, no terceiro capítulo, os dez entrevistados têm suas histórias de vida contadas por eles mesmos, acompanhados da descrição das condições para a realização de cada entrevista. Eles foram selecionados por meio de indicações dos próprios moradores, pelo tempo vivido na região que corresponde ao recorte temporal do trabalho.

No capítulo seguinte, o quarto, os moradores trazem informações privilegiadas a respeito da comunidade de Góes Artigas, apresentando o cotidiano, de 1945 a 1980, sem o auxílio do portfólio de imagens montado pelo autor. Uma divisão temática é realizada como forma de organização do texto (e da entrevista), como sugerida por Teixeira (2013). E, nos capítulos quinto e sexto, as fotografias são descritas uma a uma, junto à reação dos entrevistados ao visualizá-las. É importante citar que, além do processo de recuperação histórica, o autor também exporá suas percepções pessoais a respeito da experiência com a proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória.

Para Le Goff (2003, p. 460), “a fotografia revoluciona a memória” e, por isso, esse trabalho é uma aventura de autodescoberta para o pesquisador, pois propõem recuperar e democratizar as reminiscências de uma pequena comunidade que se misturam com as lembranças de sua família.

1 MEMÓRIA, HISTÓRIA E FOTOGRAFIA

1.1 MEMÓRIA

A memória é guardiã da vivência e experiência de um povo, que busca respostas sobre o mundo dos indivíduos. É a junção de dois ou mais neurônios que se comunicam transmitindo uma informação, sendo a ligação entre o homem, seu passado e seu futuro. Bosi (1979), em sua obra *Memória e sociedade: memória de velhos*, destaca que ao quebrar a barreira que separa o presente do passado, a memória constrói uma ponte entre o mundo dos vivos e do além, organiza o ontem e ordena o tempo de forma cronológica.

Essa ligação entre eles acontece pois, segundo a autora, “o passado não só vem à tona das águas presentes”, mas ele cruza com as percepções imediatas, muitas vezes empurrando-as para conquistar o seu lugar na consciência, uma disputa de território. É uma força subjetiva sobre a qual não existe controle, sendo “profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BOSI, 1979, p. 9). Essa relação pode ser ilustrada através da percepção passado-presente esquematizada por Henri Bergson, citada por Bosi, em seu cone de memória. Nele, o presente muda o olhar sobre o passado e o passado interfere nas ações presentes; quanto mais se recorda sobre o que aconteceu, mais esse tempo decorrido vivo é experimentado no tempo corrente. Isso tudo porque a memória é como essa “reserva crescente a cada instante”, o fruto da somatória das experiências adquiridas durante a vida.

Jeanne Marie Gagnebin (2006), em *Lembrar escrever esquecer*, põe em prática uma reflexão sobre a ligação do passado com o presente. Ao apontar sobre a ideia de “história universal”, a autora questiona historiadores que desprezam o “tempo-agora”, aqueles que buscam uma “verdade indiscutível e exaustiva” (GAGNEBIN, 2006, p. 42), como se o presente não influenciasse as suas investigações “fieis” ao passado. Isso porque, para a autora, “ouvir o apelo do passado significa (...) estar atento a esse apelo de felicidade e, portanto, de transformação do presente, mesmo quando ele parece estar sufocado e ressoar de maneira quase inaudível” (GAGNEBIN, 2006, p. 12).

Assim, ainda sugere que a tarefa da escrita da história, que muitas vezes é entendida como privilégio da memória, não é da “fidelidade ao passado” como

um ponto final, mas sim da atenção para a transmissão daquilo que é “inenarrável”, pois “o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recordam” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). É deveras importante que a “atenção precisa ao presente” permita transformar o agora pela lembrança do passado (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

No caso de Pierre Nora (1993), em sua obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, a memória é um fenômeno sempre atual também, dialogando com lembrança e esquecimento, um “elo vivido no eterno presente”, em constante evolução. Essa incessante transformação conversa com os apontamentos feitos por Jacques Le Goff (2003), em sua obra *História e memória*, na qual o autor apresenta os caminhos de ressignificações da memória, que fazem parte de uma nova concepção denominada “história nova”, que confronta a história tradicional com seus textos e documentos escritos, passando a considerar a memória compartilhada em seus estudos.

Os autores que aqui seguem discutem a importância da memória para um povo e são base para a construção de reminiscências do objeto de estudo dessa pesquisa. Com isso, Le Goff (2003) designa a memória coletiva para dois tipos de grupos, com e sem escrita, mostrando como a conservação dos elementos na memória faz parte do cotidiano dessas sociedades. No primeiro, o autor traz exemplos de monumentos comemorativos, como forma de adoração por um acontecimento memorável. O Maison Carrée é um exemplo de *cesareu*, um templo consagrado ao culto imperial. Localizado no sul da França, construído entre 19 e 16 a.C. a pedido do imperador Otávio Augusto para seus netos e herdeiros. Esse exemplo, um dos templos mais conservados do mundo, serve de suporte “a uma sobrecarga de memória, com caráter de publicidade” na atualidade. E também, citando Goody (1977b), Le Goff (2003, p. 429-430) fala do próprio documento como forma de conservar as informações nos povos com escrita, fornecendo “ao homem um processo de marcação, memorização e registro”, que permite organizar as palavras visualmente.

Já no segundo, na sociedade sem escrita, a memória coletiva pode ser organizada em torno de três interesses: “a idade coletiva do grupo”, relacionada com os mitos que deram origem; as “famílias dominantes”, que diz respeito ao prestígio de cada genealogia; e o “saber técnico”, que o autor segue chamando de “fórmulas práticas ligada à magia religiosa” (LE GOFF, 2003, p. 427). Nesses grupos

os “especialistas da memória” se destacam. Para Bosi (1979), que os exalta em *Memória e sociedade*, eles são responsáveis por buscar, confirmar e manter viva as lembranças daquele grupo. Um tipo de ancião, que recebe a função de unir o início ao fim, sendo como uma missão, após considerável vivência, e que, nesse momento, segue mostrando ao seu grupo a sua competência. “O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião” (BOSI, 1979, p. 83).

Ao encontro de Maurice Halbwachs (1990), que cita esses guardiões da memória na sua obra *Memória Coletiva*, tanto eles quanto os criados são responsáveis pelo quadro histórico da sua infância e das suas “primeiras impressões” do mundo. A vida da criança, segundo o autor, se envolve mais do que é possível imaginar com esse passado que, para ele, é “mais ou menos distante”. E são nessas lembranças que aprendeu dos mais velhos que, “bem mais do que o passado aprendido pela história escrita”, vai se apoiar sua memória posteriormente (HALBWACHS, 1990, p. 65).

Nas sociedades rurais, Halbwachs (1990), citando Bloch (1925), explica que, durante o dia, enquanto os pais estão trabalhando nos campos e roças, engajados com inúmeros trabalhos que a vida rural exige, os filhos permanecem aos cuidados dos mais “velhos”. Assim “as crianças recebem o legado dos costumes e tradições de seus familiares”, como é o caso do Cleuza Meira³, que passou sua infância aos cuidados de terceiros na comunidade rural de Góes Artigas.

A partir disso, Le Goff (2003) ressalta que a aprendizagem da memória nessas sociedades não é uma técnica “palavra por palavra”, pois existem as variantes de cada guardião, seja através da forma que é contada ou, até mesmo, na rememoração exata do que aconteceu. É o funcionamento inverso de “como seria com o suporte dos mestres-escolas, que só existem através da escrita” (GOODY *apud* LE GOFF, 2003, p. 426), pois o processo não é mecânico e decorado, mas um trabalho que segue em constante reconstrução. Nesse caso, é identificada pelo autor a importância da dimensão narrativa e a cronologia histórica dos acontecimentos, em busca de que façam sentido.

³ Antiga moradora de Góes Artigas, filha de Nicolau Rodrigues de Meira que é um dos entrevistados para a realização desta pesquisa de mestrado.

Entretanto, Bosi (1979) destaca que as memórias podem mudar com o tempo em relação aos grupos sociais que cada indivíduo participa. Por mais visível que essa lembrança antiga pareça, já não é a mesma experiência que se teve durante a idade nova, “porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se”, assim como a forma de ver o mundo, “nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor”. O estudo da memória segue em constante evolução, pois lembrar é “refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1979, p. 17).

1.2 FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Em busca de desenvolver essa pesquisa na comunidade de Góes Artigas, aliando a fotografia às técnicas de história oral como forma de descobrir fatos ocorridos no passado, foram estudadas as correntes da história oral propostas pelo italiano Alessandro Portelli (2016) e pelo britânico Paul Thompson (1992).

Para Le Goff (2003, p. 490), a história é feita através de documentos escritos, quando eles existem, mas “deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem” também. É uma alternativa à história tradicional que constantemente é considerada apenas pelas fontes escritas, que abre espaço para essa nova concepção da “nova história” (LE GOFF, 2003), tornando ela mais igualitária.

Thompson (1992, p. 26) diz que é comum, na historiografia oficial, os registros refletirem o ponto de vista das autoridades. Para ilustrar isso, ele apresenta um dos pioneiros da história oral, Jules Michelet, responsável pela *História da Revolução Francesa*. O francês foi a campo após perceber que os documentos oficiais “conservavam apenas um dos lados da história política”. Seu objetivo então foi “contrabalançar” essas evidências com os “documentos vivos”, o povo e sua tradição oral popular.

Quando digo tradição oral, estou falando de tradição nacional, aquela que permaneceu espalhada de modo geral na boca do povo, que todos diziam e repetiam, camponeses, gente da cidade, velhos, mulheres, até mesmo crianças; aquela que podemos ouvir ao entrar à noite numa taverna de aldeia; aquela que podemos colher se, ao encontrar à beira da estrada um transeunte descansando, começamos a falar com ele da chuva, da estação, e do alto preço dos mantimentos, e da época do imperador, e da época da Revolução (MICHELET *apud* THOMPSON, 1992, p. 45).

Essa espécie de trabalho convida o cidadão comum e o transforma em personagem daquela história. Meihy (1996, p. 10) desenvolve essa ideia ao criticar que personagens históricos eram “apenas grandes figuras e aqueles que deixaram marcas arquivadas em espaço oficiais e oficializados”, ou seja, a história tradicional mostrando apenas o lado das autoridades. Desse modo, a história oral promove juntamente com uma nova concepção de história “a reconstrução mais realista do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro”, criando o compromisso “em favor da mensagem social da história como um todo” (THOMPSON, 1992, p. 26).

Com a introdução de nova evidência antes não disponível; com a mudança do enfoque da investigação e com a abertura de novas áreas para ela; contestando alguns dos pressupostos dos historiadores e julgamentos por eles aceitos; reconhecendo grupos importantes de pessoas que haviam estado ignoradas, dá-se início a um processo cumulativo de transformações. Amplia-se e se enriquece o próprio campo de ação da produção histórica; e, ao mesmo tempo, sua mensagem social se modifica (THOMPSON, 1992, p. 28).

Consequentemente, por esse motivo, o processo de escrita histórica muda junto com o seu conteúdo, funcionando como “ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador” (PORTELLI, 2016, p. 9). Isso ocorre a partir de uma narração dialógica produzida a partir do encontro de dois sujeitos, o narrador e o pesquisador, em que tal reunião é mediada, na maioria das vezes, por um aparelho gravador e um bloco de anotações. Durante esse período, definido como “arte da escuta”, há um conjunto de relações que são destacadas pelo pesquisador italiano: 1. A relação entre os dois indivíduos; 2. A relação dos tempos (o presente e o histórico discutido na entrevista); 3. A relação entre a História e as histórias; 4. A relação entre a oralidade de quem fala e a escrita do historiador (PORTELLI, 2016, p. 12).

A história oral não trata apenas de um evento em específico, mas diz respeito a um acontecimento dentro da vida de quem compartilha o depoimento. Portelli (2016, p. 14) destaca que pontos em comum auxiliam em um diálogo eficaz, “mas é a diferença que a torna significativa”, construindo uma relação de confiança. Isso não significa que exista uma identidade compartilhada, mas “de ouvir e de aceitar o outro, criticamente”. Como é o caso desta pesquisa com Góes Artigas. Um dos fatores que levam esse trabalho até a comunidade é a relação do pesquisador com a família⁴ do seu genitor. São lembranças que rememoram anos de infância nas

⁴ A Família Czovny cresceu na comunidade vizinha conhecida como Papagaios e uma pequena parte

proximidades daquela região e que seguem sendo compartilhadas entre amigos e outros familiares. Assim, mesmo não sendo um morador daquele local, foi um ponto que tornou a comunicação inicialmente estabelecida.

Outro aspecto importante é saber escutar. Nem sempre a vibração das cordas vocais e conseqüentemente o som da voz estabelecem o que é necessário para o diálogo. Portelli (2016) conta que, em um trabalho de campo com operários americanos, ele se concentrou em escutar o que tinham para dizer, mostrando assim que ele não os estava estudando, mas aprendendo com eles.

É a abertura do historiador para a escuta e para o diálogo, e o respeito pelos narradores, que estabelece uma aceitação mútua baseada na diferença, e que abre o espaço narrativo para o entrevistador entrar. Do outro lado, é a disposição do entrevistado de falar e de se abrir em alguma medida que permite que os historiadores façam o seu trabalho. E a abertura dos historiadores sobre eles mesmos e sobre o propósito de seu trabalho é um fator crucial na criação desse espaço (PORTELLI, 2016, p. 15).

Sobre esse aspecto, Thompson (1992, p. 44) diz que a palavra falada “lança vida para dentro da história e isso alarga seu campo de ação”, na qual os heróis aparecem também dentre a maioria desconhecida do povo. Dar a voz às pessoas, que muitas vezes foram esquecidas pela historiografia oficial, gera nelas “um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época”. A relevância disso está no fato de que “os narradores podem nem sempre estar cientes da relevância histórica de sua experiência pessoal” (PORTELLI, 2016, p. 15), por isso que, em Góes Artigas, é comum ouvir de início “Mas você quer mesmo ouvir sobre a minha história?”.

Entretanto, durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, os entrevistados são “documentos históricos”. Para Meihy (1996, p. 10), a história oral “não só oferece uma mudança no conceito de história, mas garante sentido social à vida dos depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem”.

Meihy (2002, p. 145) prevê que a história oral é utilizada como técnica, ao se referir a “história oral temática”, pois frequentemente ampara os diálogos com fontes documentais para o cruzamento das informações. Então, na pesquisa aqui apresentada, a história oral é adotada pelo pesquisador como técnica, pois os depoimentos não são foco do estudo, mas complemento do uso e da análise das

fotografias como disparadoras do gatilho. Os diferentes relatos compartilhados pelas memórias das testemunhas de Góes Artigas mostram o potencial da técnica, oferecendo um espaço no qual múltiplas lembranças de vidas privadas constroem, pela primeira vez, a narrativa dessa comunidade rural do interior do Paraná, com o auxílio da imagem fotográfica.

1.2.1 Fotografia e as Histórias

A fotografia foi um projeto inovador como forma de registro e tecnologia, mas em seu início ainda não era possível imaginar a possibilidade de se tornar um instrumento de pesquisa. Sua utilização se deu como apoio iconográfico por apresentar segurança na informação transmitida nas fontes textuais, um complemento e nunca como fonte primária. Para Borges (2011, p. 23), as imagens visuais não passavam de documentos de segunda categoria, com um forte potencial que despertava a convicção de que eram uma reprodução fiel do real. Apenas, nos meados da década de 1970 e, definitivamente, nos anos 1980, pesquisas de cunho científico começaram a ser realizadas na América Latina (KOSSOY, 2001, p. 127).

Com o advento da fotografia, o contexto de mundo tornava-se cada vez mais trivial, de forma a se ter uma dimensão mais apurada e ampla de diferentes realidades que eram, até então, recebidas principalmente através da escrita e da oralidade. O mundo acompanhava, aos poucos, sua substituição pela imagem fotográfica (KOSSOY, 2001, p. 26), criando a liberdade de levá-lo no tempo desejado. Os microaspectos do mundo tornaram-se conhecidos e as imagens destaques como referências.

[...] as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos nas áreas de arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto instrumento de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica (KOSSOY, 2001, p. 55).

Nesse sentido, ela apresenta um fragmento do espaço e tempo retratado, contendo informações importantes para os pesquisadores. Seus relatos, através dos registros visuais iconográficos, apresentam confiabilidade na informação transmitida, o que para Boni e Vitachi (2014, p. 135) é compreendida como uma leitura transparente e de fácil visualização.

A iconografia fotográfica diz respeito a partes ou ao conjunto da documentação pública ou privada que abrange um largo espectro temático, produzida em lugares e períodos determinados. As fontes que as compõem são os meios de conhecimento: registros visuais que gravam microaspectos dos cenários, personagens e fatos; daí sua força documental e expressiva, elementos de fixação da memória histórica individual e coletiva. Em função de tais características, constituem documentos decisivos para a reconstrução histórica (KOSSOY, 2007, p. 35).

Todavia, para Borges (2011, p. 80), a fotografia deixou de ser uma reprodução do real, como desejavam os historiadores da historiografia metódica, que estavam em busca de uma verdade única e absoluta. Diante disso, Kossoy (2001, p. 152) destaca que a fotografia não pode ser entendida como “espelho do real”, posto que pode apresentar algumas ambiguidades. O que faz, então, com que se crie uma realidade própria, que deve ser interpretada como uma segunda realidade, relacionada com as referências e lembranças pessoais de cada observador. São versões sobre um fato que representa um mundo, devendo variar de acordo com os códigos culturais de quem está produzindo aquele discurso (BORGES, 2011, p. 80), que assim tornam-se insubstituíveis meios de informação.

Em consequência, deve-se considerar que o conhecimento do passado é um processo em progresso, constantemente sendo modificado e aperfeiçoado com o tempo e suas novas leituras. Cada registro visual apresenta elementos históricos que reúnem informações para a memória particular e coletiva dos indivíduos. Por isso a importância de um trabalho minucioso na imagem recebida, para que torne-se uma contribuição histórica para a sociedade (BONI; VITACHI, 2014, p. 136).

As imagens iconográficas do início da comunidade de Góes Artigas foram tomadas de forma espontânea, sem cunho histórico ou profissional, o que justifica o desconhecimento de suas autorias e o aspecto amador. Por razões como essa, Boni (2004, p. 247), em seus estudos sobre Londrina, repara que, mesmo sem pretensões documentais, se não fossem os fotógrafos, parte da história de inúmeros lugares estaria perdida e, certamente, essas memórias não seriam possíveis de serem compartilhadas. E é a existência desses registros imagéticos que fazem delas documentos históricos.

1.2.2 Fotografia Como Disparadora Do Gatilho Da Memória

A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória é desenvolvida pelo grupo de pesquisa *Comunicação e História*, coordenado por Paulo César Boni, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que consiste na utilização de fotografias em entrevistas, com o propósito de provocar novas lembranças latentes nos entrevistados. Ela funciona somando a história oral com a proposta da análise de imagens de Panofski e adaptada por Kossoy. Na pesquisa aqui apresentada, as fotografias foram aplicadas aos moradores mais antigos da comunidade de Góes Artigas, em Inácio Martins – PR, como forma de contribuição aos debates teóricos e metodológicos trabalhados no grupo e na linha de pesquisa “Cultura Visual e Processos Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

O trabalho de mestrado “*Guardião de imagens: memória fotográficas e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina*” (2010), de Maria Luisa Hoffmann, é tido como o primeiro de uma série de projetos que aplicam e aprimoram a proposta metodológica. Em seu estudo, a pesquisadora destaca que a fotografia “traz à tona lembranças”, enquanto o sujeito passa a reorganizar suas memórias e narrativas em função das imagens (HOFFMANN, 2010, p. 20). Essas têm o poder de dialogar com as recordações, sentimentos e histórias, sendo um importante instrumento de pesquisa para recuperação da memória e para o conhecimento do passado, permitindo dessa forma, analisar e interpretar o universo ali representado (KOSSOY, 2001, p. 40).

A pesquisadora destaca que o objetivo é extrair deles dados inéditos em relação aos já disponíveis no documento fotográfico ou, então, uma forma de confrontar, questionar ou validar dados disponíveis em outros tipos de documentos. Quando se confronta uma fotografia de um passado longínquo, “o indivíduo não vê apenas o lugar fotografado. Uma série de outros dados lhe vêm à mente, informações que se desencadeiam na memória, relações com o que foi fotografado e detalhes vivenciados” (HOFFMANN, 2010, p. 11).

Após o estudo realizado por Hoffmann (2010), Juliana de Oliveira Teixeira (2013) refina a aplicação determinando três etapas de composição para a metodologia, no seu trabalho “*A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR*”

(1950-1969)”. O primeiro ponto é a pesquisa com fontes documentais, em busca de informações e dados de registro oficial, como forma de apresentar a história contada nos documentos e arquivos tradicionais. A partir disso, é feito um levantamento dos entrevistados vivos e aptos para participarem da pesquisa.

O segundo ponto é a construção do portfólio de estudo com o material fotográfico que será utilizado durante as entrevistas com cada personagem selecionado. Por fim, no terceiro, a atividade deve seguir com a produção de um roteiro de entrevista, considerando tudo que já foi coletado nas etapas anteriores. Esse material ainda pode ser facilitado através de divisões temáticas, como saúde, educação e política (TEIXEIRA, 2013).

A partir disso, os encontros com os entrevistados devem ser agendados, e a estrutura pré-determinada para a entrevista respeitada, onde a primeira etapa segue o roteiro elaborado, sem a apresentação ou menção das imagens fotográficas; e, em seguida, quando o indivíduo esgotar suas recordações, o portfólio de fotografias é apresentado, “uma a uma” (TEIXEIRA, 2013, p.31). Para Boni (2017, p. 6), isso surge após os pesquisadores perceberem que os entrevistados sabiam mais do que expressavam, que era possível conseguir informações valiosas para a recuperação da memória, além das frequentes respostas curtas.

Por vezes, porém, os pesquisadores observaram que o simples fato de mostrar uma fotografia de época aos entrevistados mudava completamente o comportamento deles, assim como o envolvimento com a pesquisa e a interação com o entrevistador. A fotografia precisa despertar lembranças que ‘dormiam eternamente’ na memória dos entrevistados e eles se sentiam mais à vontade para falar (BONI, 2017, p. 6).

Em princípio, outros projetos seguiram com a mesma proposta metodológica e são fontes de estudo para essa pesquisa: *“Memória e História: o uso da mídia fotografia para a recuperação histórica da construção da Usina Hidrelétrica de Capivara, na visão de antigos trabalhadores de Iepê”*, de Adgélzira Capeloti Pereira (2015); *“A Fotografia na recuperação da História e preservação da Memória: a Ferrovia e a Estação Ferroviária de Ibiporã (PR)”*, de Jaime dos Santos Kaster (2017); e *“Lembranças Pioneiras: da transformação de Aparecidinha D’Oeste em Itaipulândia”*, de Nádia Moccelin (2018).

1.3 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Ainda no início, nos relatos compartilhados por familiares desse pesquisador, que instigaram esta pesquisa, já se percebia uma sensação de identificação daqueles com a comunidade de Góes Artigas, pois lembravam com afeição dos anos de crescimento e expansão da região, junto com a estação ferroviária. Essa, para o historiador francês Pierre Nora (1993), pode ser entendida como um “lugar de memória”. A expressão parte da ideia de que os grupos sociais estão sofrendo uma profunda mudança na relação com o passado e, a partir disso, surge a necessidade de escolher lugares onde depositar as memórias.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. [...]. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p. 13).

Segundo o antropólogo Joël Candau (2014) é a memória que passa a sensação de que o tempo passado não está perdido, de que é possível rememorá-lo. Para ele, o medo da perda da identidade se traduz no imenso desejo pela memória, na valorização do que se sabe sobre o passado e logo sobre si mesmo.

Candau (2014) afirma que memória e identidade se apoiam uma sobre a outra, em uma dialética constante. Não há busca identitária sem memória, pois é ela que fortalece a primeira. “Restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade” (CANDAU, 2014, p. 16). Para isso, o autor apresenta como os indivíduos transitam entre formas individuais e coletivas no que diz respeito a esses dois pontos, criando uma divisão de três tipos de memória.

A primeira, a protomemória, “uma memória de baixo nível”, consiste numa memória repetida, que é incorporada naturalmente através das vivências, dos saberes e das experiências individuais, tornando ela quase “imperceptível”, como “as múltiplas aprendizagens adquiridas na infância” de cada um. O autor faz um paralelo com a ideia de *habitus*, de Bourdieu (CANDAU, 2014, p. 22).

A segunda, a memória de alto nível, está relacionada com a recordação, com o reconhecimento. Uma categoria mais ampla, pois é a “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimento etc)”

podendo sofrer inferências externas e incorporar pontos artificiais que “derivam do fenômeno geral da expansão da memória” (CANDAU, 2014, p. 23).

A terceira é conhecida como metamemória, que é a representação de cada indivíduo a respeito de suas próprias lembranças, “o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao ‘modo de afiliação de um indivíduo a seu passado’” (CANDAU, 2014, p. 23). É uma memória modelada através de idas e vindas ao seu passado.

Segundo o autor, essa última é a única que pode ser encontrada nas recordações de grupos; as duas primeiras são classificadas apenas à instância individual da memória.

Nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas os indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão. Por consequência, em nível de grupos, apenas a eventual posse de uma memória evocativa ou da metamemória pode ser pretendida. É essa eventualidade que aparece subjacente na expressão ‘memória coletiva’ (CANDAU, 2014, p. 24).

Outra considerável contribuição do autor é a distinção entre memória forte e fraca. A primeira pode ser definida como “uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo” (CANDAU, 2014, p. 44). Pode ser encontrada facilmente em grupos pequenos. Enquanto isso, a memória fraca é “difícilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos”, pois não possui “contornos bem definidos”, sendo “difusa e superficial” (CANDAU, 2014, p. 44).

Assim, entende-se que quando se trata de uma memória fraca há uma perda de memória e, também, uma perda de identidade.

1.3.1 Lugar e Não Lugar

Como forma de compreender a definição de “lugar” e de “pertencimento”, Marc Augé, em sua obra *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade* (1994), discute a diferença entre lugares e não lugares.

O primeiro, conhecido como “lugar antropológico”, se baseia na ideia de pertencimento. Um espaço criador de identidade que pode constituir um local de nascimento, da intimidade do lar. Delimita as fronteiras entre o indivíduo e os outros.

“É princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 1994, p. 51).

Em oposição ao lugar antropológico está o “não lugar”, caracterizado como um lugar de passagem, que é incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. A antropologia compreende isso como resultado das relações vazias e passageiras da sociedade e do mundo contemporâneo cada vez mais acelerado, que o autor chama de “supermodernidade”.

Os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta (AUGÉ, 1994, p. 36).

Os fatores que fazem parte da supermodernidade provocaram transformações na relação dos indivíduos com o espaço, na mobilidade social e no enorme fluxo de informação, os quais geram também a impressão de que o mundo encolheu. E esse mundo “não tem as dimensões exatas daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar” (AUGÉ, 1994, p. 37).

Para o autor, os fatores enfraquecem as referências coletivas, gerando um individualismo exacerbado, porém sem identidade. Assim, torna-se importante perceber que discutir o espaço é também discutir a própria identidade de um grupo. “Temos que reaprender a pensar o espaço” (AUGÉ, 1994, p. 38).

Em função desses apontamentos, o pesquisador propõe como objetivo de pesquisa observar de que maneira a fotografia contribui para a recuperação de fragmentos históricos de Góes Artigas.

2 HISTÓRIA DE GÓES ARTIGAS

Como já destacado anteriormente, o primeiro passo da proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória é iniciar uma busca por informações e dados oficiais em documentos. Logo de início, ainda durante o projeto de pesquisa, o autor notou a escassez de materiais a respeito da localidade do estudo. Kossoy (2016, p. 127), citando o historiador José Honório Rodrigues, sustenta que sempre houve despreço pelos arquivos, pois “as próprias expressões arquivar e arquivado estão sempre associadas à ideia de coisa morta, desprezível, desdenhada”.

Quando algo sobrevive é através de descendentes, quando os arquivos não passaram a ocupar demasiado espaço em suas casas. Assim, em busca de laços do passado para entender a continuidade do presente, o autor se deparou com alguns acervos particulares de famílias que passaram pela comunidade, sendo que, na maioria dos casos, foi encontrado “inúmeros estranhos e mais estranhos coabitando álbuns danificados e velhas caixas de sapatos onde se amontoam cartas saudosas e antigas fotografias” (KOSSOY, 2016, p. 128).

Em muitos casos, as memórias recebem atenção dos indivíduos pertencentes a um grupo, pois culturalmente existe clareza sobre a importância desses materiais, o que resulta em uma vasta bibliografia histórica na área. Entretanto, esse não é o caso de Góes Artigas, que parece permanecer invisível no mundo contemporâneo. Este trabalho trata de um caso em que inexistem levantamentos anteriores, visto que quase nada parece ter sido pesquisado e quase tudo está por fazer. Em situações como essa, a pesquisa se viabilizará por meio da consulta às mais diversificadas fontes, “de paciente organização e fichamento das informações obtidas do cruzamento dessas informações entre si e com aquelas que serão descobertas ao longo de futuras pesquisas” (KOSSOY, 2001, p. 58), trazendo assim novos elementos para a interpretação de sua história.

Os próximos parágrafos reúnem informações colhidas e que, posteriormente no Capítulo 5, serão complementadas com memórias dos personagens escolhidos para aplicação da metodologia, a partir do auxílio das imagens fotográficas.

2.1 OS ESPAÇOS GEOGRÁFICOS

É difícil de se pensar em uma delimitação entre rural e urbano, onde começa e termina um e outro. De forma primitiva, entende-se que o primeiro é relativo à vida no campo e o segundo no âmbito da cidade. Entretanto, percebe-se que com as transformações que vêm acontecendo com o decorrer do tempo, surge um desafio para conseguir classificar essas mudanças.

O *manual da base territorial*, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, explica que uma área urbana seria aquela referente a localidade criada através de uma lei municipal, enquanto a área rural, por sua vez é aquela que não foi acrescentada nesse perímetro urbano e “caracteriza-se por uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional” (IBGE, 2014, p. 22), incluindo campos, florestas, lavouras e pastos.

Contudo, Graziano da Silva (1997, p. 43) sugere que “o rural só pode ser entendido como sendo um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização econômica, as cidades não podem ser identificadas apenas com a atividade industrial”. Isso mostra que ambos estão interligados e são uma extensão do outro. No livro “*Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil*”, organizado pelo IBGE em 2017, o conceito de *continuum* também é proposto como uma das formas de assimilação para essa questão, uma ideia que busca compreender o rural e o urbano como partes de uma mesma estrutura.

Em Góes Artigas, desde os primeiros contatos com a comunidade, o autor a conheceu como um distrito, rodeado por outros distritos com características semelhantes. A partir disso, foi necessário buscar compreender o que delimitava e quais especificações eram necessárias para uma área ser considerada um distrito.

Então, a partir da apresentação de urbano e rural, tornou-se necessário entender previamente a ideia de cidade. Para Pinto (2003, p. 29), um município “é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal”, levando assim o mesmo nome da localidade, que corresponde à zona urbana municipal. Ela passa a ser classificada de forma quantitativa, através do seu número mínimo de habitantes, e qualitativa, levando em consideração sua organização, que demanda ações que visam ao “bem-estar da população atendendo a todos os setores diretamente ligados à qualidade de vida social” (PINA; LIMA *apud* SILVA, 2008, p. 11).

A cidade em si destaca-se em seus aspectos políticos e econômicos, por meio de um governo próprio, constituído de prefeito, vice prefeito, câmara de vereadores e leis próprias. Sua influência afeta também o território ao seu entorno, no caso, a zona rural que “pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila” (PINTO, 2003, p. 29). Nessa perspectiva, entende-se que o distrito é uma subdivisão do município, que possui como sede a vila⁵, e um povoado de maior concentração populacional, como foi o caso da emancipação⁶ de Inácio Martins em 1960. Pinto (2003) complementa que o distrito

não tem organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município. O distrito tem a mesma denominação de sua vila e, somente pode ser criado por meio de lei municipal. No entanto, os requisitos exigidos para a criação de um distrito são estabelecidos por meio de lei estadual. O município não pode, por si só, instalar distritos adotando critérios. Faz-se necessário que um povoado atenda todas as exigências determinadas pela legislação estadual para que o município, por meio de uma lei municipal aprovada pela Câmara de Vereadores local, o eleve à categoria de distrito (PINTO, 2003, p. 57).

Assim, descobriu-se que nunca houve uma elevação da comunidade de Góes Artigas à distrito, nem pela cidade de Guarapuava, muito menos por Inácio Martins. A nomenclatura de distrito surgiu de forma popular entre seus moradores e seguiu sendo compartilhada entre familiares e amigos. Por isso, este autor decidiu trabalhar com a termo “comunidade rural” para denominar a região de estudo, considerando que o povo ali se desenvolve e vive no campo, com uma economia frágil, afastado de grandes centros urbanos. Todavia, em alguns momentos durante os depoimentos, Góes Artigas será citada como distrito pelos depoentes.

2.2 NARRATIVA EXPANDIDA EM GÓES ARTIGAS

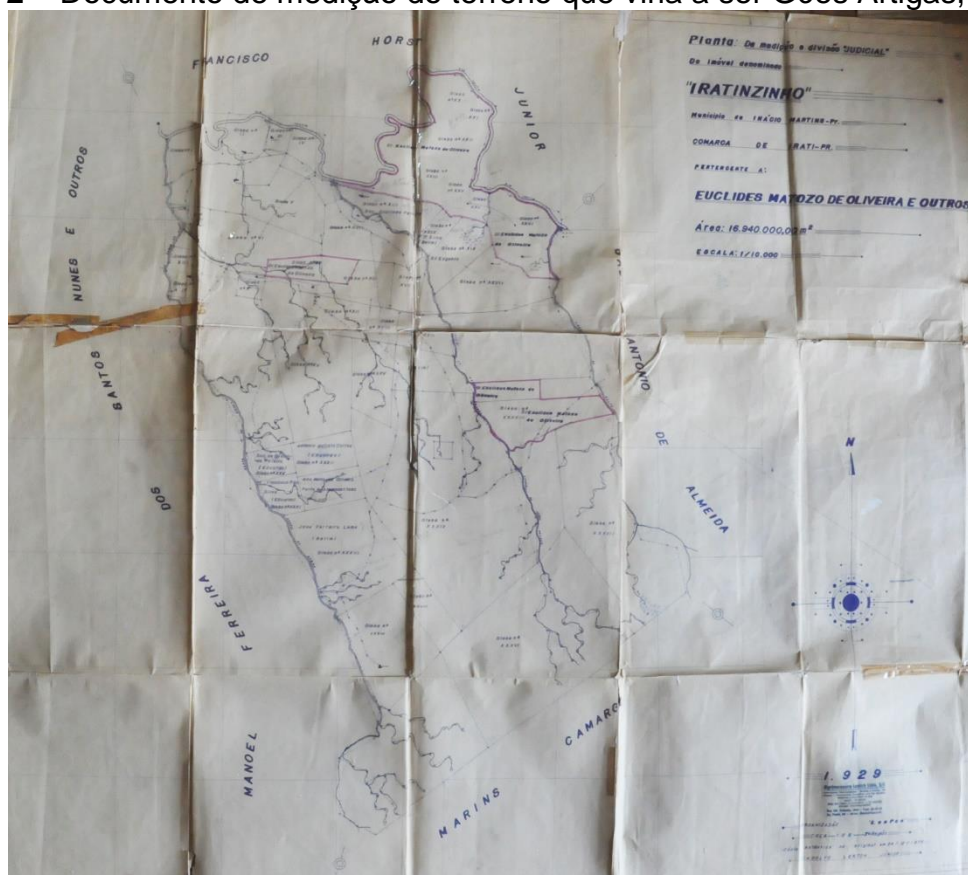
Góes Artigas é uma comunidade rural localizada no município de Inácio Martins, às margens da PR-364, na região centro-sul do Paraná. Se desconhece uma data correta sobre a sua fundação ou início da comunidade,

⁵ No Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, exatamente no artigo 4º, destaca-se que a localidade que não fosse sede do município teria a categoria de vila. Entretanto, atualmente, o termo “vila” é usado apenas no sentido informal, podendo designar um conjunto de casas individuais, que foram construídas em um terreno ou praça em comum.

⁶ Inácio Martins foi considerado distrito de Guarapuava até 1960. A partir da sua emancipação, as comunidades vizinhas do novo município passaram a pertencer à Inácio Martins também, como Góes Artigas.

entretanto, durante a investigação realizada, encontrou-se o mapa de medição do terreno da região, datado do ano de 1929. No documento (Figura 2), a área da região de 16.940.000m² é pertencente a “Euclides Matozo de Oliveira e outros”, levando o nome de Iratizinho.

Figura 2 – Documento de medição do terreno que viria a ser Góes Artigas, de 1929



Fonte: Acervo pessoal da Família Matozo

Não se sabe ao certo quando passou a ser chamada de Góes Artigas⁷, mas a região sempre foi rodeada de pequenas outras comunidades: Faxinal do Posto, Papagaios, Colônia Alemanha, Terra Cortada, dentre outros. Apesar do documento apresentar Góes Artigas como parte do “município de Inácio Martins”, pertencente a comarca de Irati, surge o primeiro conflito. Segundo a lei estadual nº 971, de 09 de abril de 1910, a região de Inácio era conhecida como Distrito Judiciário de Guarapuavinha⁸, sendo considerada como um distrito sede, onde apenas em 1960, exatamente na data de 25 de julho, através da lei estadual nº 4.245, que o território

⁷ O nome é uma homenagem ao engenheiro José de Góes Artigas.

⁸ Na Lei nº 93, de 14 de setembro de 1948, no artigo 6º sobre as comarcas de 3ª entrância de Guarapuava, é possível ver que “Guarapuavinha” é citado como distrito da cidade de Guarapuava.

foi desmembrado do município de Guarapuava e teve sua denominação alterada para Inácio Martins, homenagem ao diretor responsável pela construção da estrada de ferro do município (FERREIRA, 2006, p. 141).

As famílias, as que chegaram ainda no início e as que permanecem até hoje, vivem no campo através da cultura rural local, trabalhando com a criação de animais, produção de leite e alimentos agroecológicos. Uma vasta região composta por pinheiros do Paraná, árvores de imbuia e de erva mate, tornou-se um convite para a economia regional. A evidência disso é a instalação de empresas⁹ madeireiras que descobriram ali uma oportunidade de crescimento a partir dos recursos florestais da região. O depoimento¹⁰ compartilhado pelo pesquisador Murilo Walter Teixeira (2012), fundador de um espaço cultural destinado à preservação, pesquisa e divulgação da história de Guarapuava, explica que “normalmente as serrarias precisavam de mão de obra”, mas por vezes era algo escasso, considerando que havia um número pequeno de moradores naquela região. Essa dificuldade levava as serrarias a procurarem os operários em cidades distantes, que então traziam a família para acompanhar essa oportunidade de emprego, sendo “a razão do aumento populacional dessas regiões”.

Nas localidades foi necessária a criação de uma infraestrutura mínima para o funcionamento dessas serrarias. Como foi o caso das indústrias *João José Zattar S/A* que se instalaram a 30 km de Góes Artigas, em 1940. Localizada “em meio de vastas florestas de araucária, imbuia e outras madeiras nobres” (SALLES, 2013, p. 249), a organização assegurava aspectos para a qualidade de vida dos funcionários, como casas, espaço para festas públicas, farmácia e igreja.

Com a chegada da estrada de ferro na região, considerando a necessidade de escoamento estratégico, já que não era possível depender da Estrada Estratégica BR-35, atual BR-277, por causa de suas condições, a serraria abriu uma estrada que se estendia até Góes Artigas, facilitando o seu transporte até o carregamento que aconteceria na estação ferroviária. Nesse trajeto, outras empresas

⁹O jornal *Folha do Oeste*, em matéria de 26 de maio 1946, destaca dezoito serrarias no núcleos de Inácio Martins e Góes Artigas durante aquele período, sendo elas: “Leão Junior Cia S. A., Emílio A. Gomes & Filhos S.A., Junqueira, Melo & Cia, Caetano Zaaelon & Filhos, F. V. de Araújo & Filhos, Negrinho Camargo & Irmão, Milton Silva & Cia, Ludgero Borgo & Cia, João Slompo, Nicolau Pecuche, João Manzur, Irmão Betega, Frederico Kock, Nicolau Repka, Broneslau Wronsk, Chik Kifuri e Irmãos Araújo. A maioria foi criada por familiares, filhos ou irmãos (SANTOS, 2015, p. 57).

¹⁰O depoimento é coletado por estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, em 2012, para o projeto da disciplina de Jornalismo Especializado.

foram se instalando, serrando a madeira de suas cercanias e outras localidades, como a *Irmão Betega*, no faxinal de São Domingos, e *Zaapelon & Filhos*, que ficava em Florestal.

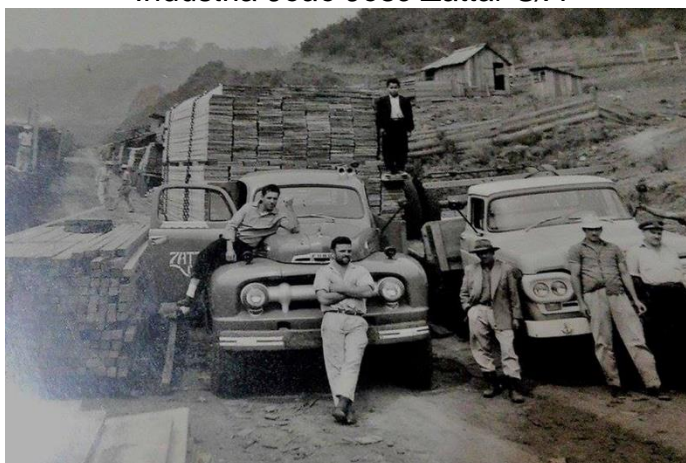
Algumas delas montaram escritórios na comunidade de Góes Artigas para receber seus funcionários e os caminhões carregados de madeira (Figura 3 e Figura 4). Posteriormente, todos os carregamentos eram colocados nos vagões do trem pelo gerente de carregamento e empregados. Durante as entrevistas realizadas, os entrevistados Irene Druciaki e Pedro Monteiro citaram a *Serraria Carrolo*, de posse de Luiz Carrolo, que ficava locada na comunidade de Góes Artigas e seu funcionamento se deu ainda antes do início da estação ferroviária.

Figura 3 – Ao fundo do registro, pilha de tábuas de madeira na serraria



Fonte: Acervo pessoal de Darcy Gumiero

Figura 4 – Carregamento de vagões em Góes Artigas - Caminhões da Indústria *João José Zattar S/A*



Fonte: Acervo pessoal de Antonio Polzin Sobrinho

Percebe-se, então, que foi através do ciclo da madeira que surgiu a necessidade da estrada de ferro na região, que será explicada na parte 2.3. Após anos de exploração, o ciclo da madeira foi diminuindo e muitos trabalhadores migraram para cidades vizinhas em busca de oportunidades de trabalho, principalmente as novas gerações, o que provocou um efeito de esvaziamento na comunidade.

2.3 A ESTRADA DE FERRO

Como se viu, com a exportação dos materiais explorados, tornou-se necessário melhores condições de locomoção em substituição ao tropeirismo, que lidava com as duras realidades das estradas da época. Mas, além disso, Pauluk (2013, p.17), no seu trabalho *Intervenção na paisagem ferroviária*, explica que o principal objetivo da ferrovia, da linha férrea Ponta Grossa – Guarapuava, era povoar as regiões do interior do Brasil e conectar São Paulo ao sul do país.

Segundo Luz (2010, p. 167), ao longo do crescimento dos trilhos ferroviários, muitas edificações surgiram no cenário paranaense, das quais se podem destacar estações, paradas, oficinas, depósitos, pontes, residências, armazéns, vilas operárias, dentre outros bens (PAULUK, 2013, p 27). Assim, no ano de 1945, é inaugurado as edificações da ferrovia e a estrada de ferro em Góes Artigas, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC)¹¹.

Figura 5 – Emblema da Rede encontrado nas estações ferroviárias



Fotografia: Débora Alice Pauluk
Fonte: Acervo de Débora Alice Pauluk, 2011

¹¹ A RVPSC foi uma autarquia federal instituída em 1942, pelo presidente Getúlio Vargas, surgindo da fusão de quatro ferrovias do Paraná e Santa Catarina que estavam em situações precárias de funcionamento, sendo elas: Estrada de Ferro Paraná, Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, Estrada de Ferro Norte do Paraná e Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (KROETZ, 1984).

Figura 6 – Título e foto da reportagem sobre a inauguração da estação em Góes Artigas

A cerimônia de inauguração de novo trecho da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina



Fonte: Recorte feito em matéria do Jornal *Folha da Manhã*

Na reportagem do jornal *Folha da Manhã* (Figura 6), de 1945, de São Paulo, o texto descrevia como foi a festividade em comemoração àquele marco na região. Segundo o texto, a celebração teve início em Inácio Martins, contando com a presença do diretor superintendente da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, o Coronel Durival Britto e Silva¹², onde o hasteamento do pavilhão nacional foi realizado de forma simbólica. A seguir, seguiram de “trem especial” até a comunidade de Góes Artigas, onde “foi a caravana festivamente recebida pela população local e das cidades vizinhas, tendo dado as boas-vindas ao prefeito Municipal de Guarapuava, Sr. Antonio Lustosa de Oliveira”.

Nessa ocasião, usou da palavra o Coronel Durivel Brito e Sliva, historiando as realizações da Estrada que dirige e as possibilidades e progresso da região, terminando por se congratular pela concretização **desse melhoranto de vital importância** para toda a zona. Seguiu-se com a palavra, em nome da cidade de Guarapuava, o Sr Joaquim Prestes. Em seguida, convidado pelo Superintendente da Estrada, o Prefeito Municipal de Guarapuava, Sr. Antonio Lustosa, cortou a fita inaugural do trecho férreo (FOLHA DA MANHÃ, 1945 – Negrito do autor).

Ainda na reportagem, o texto conta que a Estação leva o nome de Góes Artigas em homenagem ao engenheiro José de Góes Artigas, “ex inspetor geral

¹² O estádio Durival Britto e Silva, em Curitiba (PR), é uma homenagem ao então superintendente na época da construção do estádio, inaugurado em 1947. O terreno onde foi construído era propriedade da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPS) que, junto aos seus funcionários, fundou o antigo Clube Atlético Ferroviário.

da Estrada” e que a região ali era “fértil, recoberta por extensos pinheirais”. E como forma de celebração, após os gestos simbólicos da inauguração, o texto finaliza contando que a prefeitura “ofereceu às autoridades e ao povo um churrasco, sendo abatidas 25 cabeças de gado” ofertadas pela própria população.

Anexo à estação, foi construído um conjunto de casas para os trabalhadores, totalizando 12 residências. Segundo Pauluk (2013, p. 24), citando Monastirsky (2006, p. 6), a maioria das cidades do Campos Gerais do Paraná originou-se com a inauguração de estações de cargas que “serviam de convergência ao sistema viário [...] e/ou alguma serraria ou engenho de erva-mate importante”, que é o que aconteceu para a formação de Góes Artigas, um núcleo que foi estabelecido na linha ferroviária durante o seu período de implantação e funcionamento.

A estação fazia parte de um trecho ferroviário que cortava seis municípios do Paraná: Ponta Grossa, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Irati, Inácio Martins e Guarapuava, trajeto em que, Pauluk (2013, p. 26) destaca 30 pontos estratégicos com as estações que pertenciam ao ramal.

Figura 7 – Estações ferroviárias no trajeto Guarapuava – Ponta Grossa



Fonte: Pauluk (2013), editado pelo autor

Legenda das Estações Ferroviárias: 1 Ponta Grossa; 2 Oficinas; 3 Rio Tibaji; 4 Roxo Roiz; 5 Guaragi; 6 Valinhos do Sul; 7 Rio das Almas; 8 Teixeira Soares; 9 Diamantina; 10 Fernandes Pinheiro; 11 Florestal; 12 Irati; 13 Engenheiro Gutierrez; 14 Monjoloo; 15 Arroio Grande; 16 Governador Ribas; 17 Água Clara; 18 Cerro Leão; 19 Inácio Martins; 20 Rocha Lourdes; 21 Góes Artigas; 22 Padre Chagas; 23 Afonso Camargo; 24 Engenheiro João Passos; 25 Guarapuava; 26 Rebouças; 27 Roberto Helling; 28 Rio Azul; 29 Minduí; 30 Mallet

Posteriormente, em 1951, o serviço de transporte de passageiros tornou-se possível no trajeto Ponta Grossa – Guarapuava, sendo o principal meio de transporte dos moradores da região. O jornal *Folha do Oeste* apresenta como uma novidade no texto “Cidades que surgem” na primeira edição de 1946.

Qualquer que seja o viandante que haja transitado pelo ramal ferroviária de Guarapuava, nos últimos tempos, certamente ficará devéras bem impressionado com o aparecimento, como por encanto, que da noite para o dia, se operou nas margens desse ramal, de duas novas cidades: <Inácio Martins> e <Góis Artigas>. Tanto uma como a outra, que há cerca de quatro anos não passavam de matas habitadas por feras bravias, hoje são, no entanto, habitadas por um punhado de patrícios dignos, que, tanto na indústria como no comércio honestos, vem dando áquelas estações ferroviárias o aspecto de verdadeiras cidades, trazendo às ruas dessas novas povoações o movimento oriundo do seu labor – movimento esse constante do vai-e-vem de centenas de carros e caminhões que pela manhã se dirigem ao trabalho nas dezenas de serrarias que ali exploram a indústria da madeira, que é beneficiada em suas fábricas de caixas, laminadoras, papel e serrarias propriamente ditas, para após uma labula honesta, retornarem a seus lares, orgulhosos, por haverem ganho honradamente o pão para si e para seus filhos (FOLHA DO OESTE, 1946, p.2).

Tanto que no mesmo ano, em outubro de 1951, descendentes alemães (Suábios do Danúbio) vieram de Santos (SP) para Góes Artigas de Maria Fumaça, onde desceram na estação ferroviária da comunidade.

‘Quando chegamos a Góes Artigas, caminhões vindos da colônia já nos esperavam. E estava frio, muito frio naquela noite, havia geada. [...] Não trouxemos nada para nos aquecer na bagagem de mão. Afinal, estávamos viajando para o calor do Brasil’, lembra a pioneira Rosina Lemler Spiess (AGRARIA, 2016).

O ponto de chegada dos alemães era Góes Artigas, pois a estação ferroviária só se instalou em Guarapuava três anos depois, no ano de 1954. Assim, com a chegada do grupo vindo de outro país, a Prefeitura de Guarapuava disponibilizou caminhões para que os levassem até a região que se instalariam no município. É importante destacar que, enquanto o trecho ferroviário não era construído, o trajeto da comunidade rural até a cidade de Guarapuava era feito apenas pela BR-35, atual BR-277. Uma das opções, nesse caso, era o serviço de ônibus como pode ser observado em uma propaganda (Figura 8) de 1946.

Figura 8 – Anúncio empresa de ônibus

Nova Empresa de Ônibus
 Góes Artigas — Guarapuava — Iguaçu
Conforto—Segurança—Rapidez
Horário :

Partida de Iguaçu — 2.as e 6.as feiras	as 7 hrs.
Chegada em Guarapuava	as 14 hrs.
Partida para Góes Artigas, no mesmo dia	as 15 hrs.
Partida de Góes Artigas — 3.as feiras	as 7,30 hrs.
Chegada em Guarapuava	as 10 hrs.
Retorna a Góes Artigas (mesmo dia)	as 15 hrs.
As 4.as feiras parte de Góes Artigas	as 7,30 hrs.
Chega a Guarapuava	as 10 hrs.
Parte para Iguaçu no mesmo dia	as 10,40 hrs.
Aos sábados parte de Góes Artigas	as 7,30 hrs.
Chega em Guarapuava	as 10 hrs.
Segue no mesmo dia para Iguaçu	as 10,40 hrs.

Estação Rodoviária
 Guarapuava-“Hotel Popular”. Góes Artigas-“Nevo Hotel”
 IGUAÇU—PENSÃO—SANT’ANA
 O horário acima será observado com a máxima atenção
 SIMIONI & NOVACOSKI. Concessionários

Fonte: Recorte feito da edição 7, página 2 do jornal *Folha do Oeste* (1946)

Para aqueles que tinham o privilégio de fazer a viagem de trem, os vagões de transporte eram divididos em duas classes. A diferença entre os dois era que o de primeira classe possuía assentos estofados, enquanto o outro era de madeira. Além do transporte de passageiros, a linha ganhou destaque por funcionar como ponto de manutenção de trens, reabastecendo com água (Figura 9) e lenha. Segundo o ex funcionário da linha férrea, José Vilmar de Andrade¹³ os trabalhadores eram contratados através de concurso público.

A passagem do trem pela comunidade acontecia em dois momentos distintos do dia. Pela manhã, o trem partia de Góes Artigas em direção à Ponta Grossa, parando no entroncamento do ramal de Engenheiro Gutierrez para seguir para o destino final. No final da tarde, ele retornava com outros passageiros. A partir da inauguração da estação em Guarapuava, em 1954, esse outro município passou a ser o destino inicial e final da rota.

¹³ José foi empregado da rede durante 14 anos, trabalhando nos ramais de Roxo Rois, Teixeira Soares, Água Clara, Engenheiro João Passos, Góes Artigas e Inácio Martins, durante as décadas de 1970 e 1980. Porém, permaneceu um período de tempo pequeno (aproximadamente 2 anos) na comunidade rural estudada nesta pesquisa, por isso, não será um dos entrevistados na metodologia da fotografia como disparadora do gatilho da memória. Entrevista cedida em: 27 out 2019.

Figura 9 – Caixa d'água da Estação Ferroviária de Góes Artigas



Fonte: Acervo pessoal da Família Matozo

A rotina de trabalho na estação era de 12 horas, com folga de 36 horas (ANDRADE, 2019), com escalação proveniente de Ponta Grossa. Os funcionários eram diferenciados através de seus chapéus, os quepes. O verde era de uso do chefe geral da estação, responsável pela documentação local, pelo fechamento de tudo que era transportado no mês pelos vagões. O quepe vermelho era do agente e o azul dos auxiliares, responsáveis pelas manobras ferroviárias, mudando as chaves de mola que redirecionava o destino da locomotiva que passaria ali, além disso, também eram responsáveis pelo carregamento de vagões.

A falta de investimentos e a implantação de rodovias a partir dos anos 1960 ocasionaram o abandono da malha férrea brasileira. Assim, segundo Giesbrecht (2018), o trecho Ponta Grossa – Guarapuava transportou passageiros até 1983, continuando depois disso apenas com os trens de carga. Em razão disso, percebe-se que durante o período que não existia o ramal rodoviário, a ferrovia desempenhava um papel importante. Assim, mesmo com poucos documentos acerca da história local, a estação ferroviária e os trilhos do trem permanecem marcados na memória e no imaginário daquelas pessoas que já passaram por, ou ainda habitam, a comunidade rural de Góes Artigas.

Figura 10 – Imagem tomada em 2019: Estação Ferroviária abandonada



Fotografia: André Luiz Justus Czovny
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

Figura 11 – Imagem tomada em 2019: outra perspectiva da Estação Ferroviária abandonada



Fotografia: André Luiz Justus Czovny
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

3 OS MORADORES SELECIONADOS

Tanto o recorte temporal de 35 anos como a modalidade de migração de algumas famílias, caracterizada pelo deslocamento da comunidade em direção às cidades, foram fatores que demonstraram que esta pesquisa não seria apenas com personagens atuais da comunidade de Góes Artigas, mas também em cidades vizinhas como Guarapuava e Inácio Martins. Ainda no início, o pesquisador recebeu a indicação¹⁴ de que, para compreender sobre as memórias daquela região, seria preciso conversar com algumas famílias: Matozo, Padilha, Gumiero e Macarroni.

A partir de breves conversas com personagens desses grupos, outras pessoas foram indicadas pelos próprios entrevistados, levando em consideração a relação com a comunidade e com o período estudado. Entretanto, um fato percebido durante a produção das entrevistas foi que o tempo torna-se amigo e inimigo nesse processo. Por um lado, ele apresenta personagens com ricas lembranças sobre um passado recente, por outro, quando muito se passa, surge a sensação de atraso, de que já não é possível encontrar mais algumas pessoas. Em Góes Artigas esse sentimento foi constante desde as primeiras conversas, pois entre uma indicação ou outra, as pessoas repetiam “uma pena que o morador já faleceu”. Halbwachs (1990, p. 74) pondera que “é depois da morte de alguém que a atenção dos seus se fixa com maior força sobre sua pessoa”. Assim, esses nomes ficam aqui registrados como forma de homenagem: Antônio Padilha, Dona Maria Padilha, Rosa Camargo (Rosa Cota), Deolinda Gumiero, Dona Albertina Lopes e Dona Jovina.

No primeiro momento, foram selecionados 19 nomes, mas não foi possível agendar um encontro com três deles: Alzira Padilha (Inácio Martins), Henrique Carollo (Campo Mourão) e Angelo Sequinel (Campo Mourão). Os outros 16 fizeram parte da primeira aplicação da técnica de história oral. Destes, o pesquisador teve que cortar 6 nomes pela necessidade de analisar os resultados com uma amostra menor e, também, por particularidades pessoais de cada indivíduo.

¹⁴ A antropóloga Taisa Lewitzki deu as primeiras indicações para o autor em 2018. Ela foi responsável pela criação e atualização de um projeto chamado Blog do Góes, uma plataforma online que compartilhava as memórias e acontecimentos da comunidade, que funcionou entre 2011 e 2013.

Quadro 1 – Grupo dos não-selecionados e suas justificativas

Nome	Justificativa
Maria de Lurdes Fontana Pinto	Insistiu que não tinha muitas lembranças e indicou o irmão Pedro Monteiro. Mora em Guarapuava.
Maria Rosa Lewitzki	Moradora de Góes Artigas há 20 anos, atuante na Casa da Cultura da comunidade. Chegou em Góes Artigas após 1980.
José Vilmar de Andrade	Trabalhou 14 anos em estações ferroviárias, permanecendo como substituto em um período posterior ao estudado em Góes Artigas. Mora em Inácio Martins.
Zilda Ferreira Bastos	Cresceu em outra comunidade. Em Florestal, 12 km de Góes Artigas, onde estava localizada a serraria <i>Zaapelo & Filhos</i> . Mora em Inácio Martins.
Seu Dejamir	Chegou em Góes Artigas no final do período estudado. Indicação do jornalista Kléber Fernandes.
Arildo Gumiero	Responsável pelos trabalhos da capela local. Poucas lembranças locais que foram compartilhadas pela avó Rosa Camargo. Mora em Góes Artigas.

Fonte: Elaborado pelo autor

Apesar do grupo não participar da segunda parte da metodologia, os depoimentos foram importantes para contribuir na construção geral do período definido como recorte (1945-1980), além de auxiliar na construção do portfólio.

Na pesquisa, todos os entrevistados selecionados são apresentados a partir de suas próprias avaliações de vida e cada um contribui com as suas lembranças. Bosi (1994, p. 54) justifica que “se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar”, mostrando que as condições do momento da entrevista podem influenciar no comportamento do personagem. Nesse caso, após a apresentação de cada um é contextualizado as produções de cada uma das conversas que foram coletadas pelo pesquisador.

3.1 OS DEZ SELECIONADOS PARA O GATILHO DA MEMÓRIA

O quadro final de selecionados reuniu o depoimento de cinco homens e cinco mulheres, assim como recomendado por Hoffmann (2014, p. 76) que sugere

“equilibrar os selecionados entre homens e mulheres, com diferentes profissões e advindos de distintas etnias e classes sociais, para que o panorama apresentado nas análises contemplasse a diversidade da população no período”. No caso da comunidade estudada, percebe-se que a maioria trabalhou com o serviço pesado da roça. Seus nomes são apresentados a seguir, no quadro 2, e também individualmente em subitens.

Quadro 2 – Seleção final e definição dos 10 pioneiros com os quais foi aplicada a metodologia com o uso de portfólio de fotografias

Nome do entrevistado	Data de nascimento	Profissão que exerceu/exerce	Ano de chegada em Góes Artigas
Antonio Acir Portela	02/07/1951	Telegrafista, Pastor	1959
Amilton Fontana Matoso	23/01/1961	Trabalhador rural	1961
Irene Bastos Druciaki	06/11/1949	Professora, empresária e advogada	1949
Pedro Monteiro	27/05/1941	Cabelereiro	1946
Mercedes Rosa da Luz	14/01/1945	Professora, costureira e trabalhadora rural	1946
Maria Tereza Darczyk Fernandes	06/05/1940	Trabalhadora rural	1940
Maria do Carmo Maia Sabadin	16/07/1945	Doméstica/cuidadora	1950
Nicolau Rodrigues de Meira	09/01/1942	Empresário	1967
Sebastiana Macarroni de Oliveira Farias	08/11/1922	Trabalhadora Rural	1944
Darcy José Gumiero	25/10/1937	Trabalhador de serraria, empresário e motorista escolar	1947

Fonte: Elaborado pelo autor

A transcrição das entrevistas buscou respeitar a forma de expressão dos entrevistados e o material coletado (áudios, fotografias em alta resolução e as transcrições) está disponível para consulta anexado ao final da pesquisa em pen drive. Tanto o primeiro encontro quanto o segundo foram gravados com um aparelho gravador e, também, com um aparelho celular como forma de segurança.

3.1.1 Antonio Acir Portela

Nascido em 2 de junho de 1951, Antonio Acir Portela foi o primeiro entrevistado que compartilhou suas lembranças com o pesquisador. Seus pais eram Daniel Portela de Oliveira e Maria Isabel de Oliveira, ambos residentes da comunidade de São Domingos em Inácio Martins. Eles se casaram em 1929 e tiveram três filhos: Luci Portela dos Santos, Milton Portela de Oliveira e Antonio Acir Portela.

O entrevistado brinca que “nasceu por acidente” em Guarapuava, já que na época sua avó Luiza Machado de Oliveira morava na cidade. Após o seu nascimento, a família retornou para São Domingos, onde moraram até 1958.

Meus irmãos nasceram lá em São Domingos, mas minha mãe estava com 42 anos e a gravidez era de risco e ela veio para Guarapuava por que a minha avó estava morando aqui em uma chácara. Daí eu nasci aqui por acidente, mas sou de lá. Me criei em São Domingos até os 8 anos e depois vim para o Góes para estudar (PORTELA, 2018).

Segundo Antonio, São Domingos poderia ser considerado um distrito grande, pois contava com uma serraria e “até um cartório”, entretanto a ida para Góes Artigas foi necessária por causa dos seus estudos e dos irmãos. Outro aspecto que auxiliou na chegada da família foi um terreno de plantação do seu pai, pequeno agricultor, que ficava nas proximidades da comunidade.

Em 1959, aos 8 anos, Acir entrou direto no segundo ano do Grupo Escolar Santanna, tendo aulas com a professora Nair Bastos Druciaki. Para ele, isso só foi possível pelas aulas e lições que recebeu em casa com a sua mãe, a qual reconhece como sua primeira professora.

Durante os 9 anos que permaneceu na região, terminou os estudos até o quarto ano e teve diferentes experiências profissionais. Com 11 anos, ele trabalhou na casa de “secos e molhados” do seu cunhado Aristóteles Vieira dos Santos, com sociedade de Natalino Vieira da Rocha. Esse comércio pertenceu ao Roberto Roth e Ema Hauagge Roth antes da década de 1960 e, durante a pesquisa, eles serão citados mais vezes, pois percebe-se que constantemente novas famílias assumiam empresas na comunidade que haviam pertencido a outras famílias. Segundo seu depoimento, ele permaneceu auxiliando esse comércio durante três anos, até os 14 anos de idade.

Após isso, recebeu a oferta para ser “praticante de telégrafo”, uma oportunidade de estudo na estação ferroviária de Góes Artigas, onde permaneceu até os 16 anos de idade.

Pratiquei dois anos telegrafia. [...] Os praticantes eram o Serafim Silva e eu. Nós éramos estudantes de telegrafia, praticava de graça. Fiz por dois anos. Eu tinha 14 anos, foi dos 14 aos 16, por aí. [...] A gente aprendeu telegrafia e daí a gente ajudava fazia o serviço de escrita, despachar vagão e todo serviço de escrita ali, ajudando e auxiliando o agente telegrafista. A gente fazia isso porque já estava estudando de graça (PORTELA, 2019).

Sua saída se deu pela oferta de trabalho como aprendiz, no escritório de carregamento da Indústria Zattar, em Góes Artigas, que no ano seguinte o levou para a comunidade de Zattarlandia, em 1968.

Atualmente, Antonio é casado com Elisabete Portela e juntos residem em Guarapuava. Aos 68 anos, sua dedicação exclusiva é na carreira como pastor evangélico.

Figura 12 – Antonio Acir Portela



Fotografia: André Luiz Justus Czovny

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

3.1.1.1 Condições de produção da entrevista

A primeira entrevista com Antonio Acir Portela, sem o portfólio de fotografias, foi feita em 11 de junho de 2018, na sua residência em Guarapuava. O encontro aconteceu por indicação de familiares do pesquisador e moradores de Góes

Artigas, resultando no primeiro trabalho¹⁵ com a comunidade estudada. A entrevista teve duração de 76 minutos, com apenas uma interrupção da esposa, que ofereceu um café para acompanhar a conversa após perceber que muitas histórias ainda seriam contadas.

Na segunda entrevista, com data de 30 de outubro de 2019, o entrevistado recebeu o autor em sua casa novamente. A conversa aconteceu na sala de estar, onde Antonio comentou estar incomodado com a falta de luz naquele cômodo, explicando a possível reforma que pretendia fazer.

O início da conversa se deu com perguntas de Antonio a respeito de outras pessoas que o pesquisador já havia entrevistado. A duração foi de 80 minutos, com três interrupções. A primeira foi da chegada de sua esposa na casa, que cumprimentou o marido e o pesquisador, lembrando da última visita no ano anterior. A segunda foi de um animal de estimação, que Antonio sentiu-se incomodado pela possibilidade de atrapalhar a entrevista. E o terceiro foi da esposa explicando que estava de saída para o mercado, exclusivamente para comprar ração para os animais.

3.1.2 Amilton Fontana Matoso

Amilton Fontana Matoso nasceu em 23 de janeiro de 1961. Aos 58 anos, “Mirto” como é conhecido, possui documentos e registros fotográficos dos seus pais, Euclides Matoso de Oliveira e Antonia Ida Fontana. A caixa de memórias foi um achado surpreendente para o autor que estava preocupado com a ausência de material sobre Góes Artigas, o que resultou em três visitas ao entrevistado.

Acredita-se que a família Matoso tem uma relação muito próxima com o início da formação da comunidade. Seu pai nasceu na comunidade de Papagaios, pertencente a Inácio Martins, e a mãe no município de Rebouças. Após se casarem, chegaram a morar em Cascavel, mas logo vieram para Góes antes mesmo da construção da estrada de ferro. Juntos tiveram três filhos: Amilton, Pedro (Licinho) e Alberto.

Na comunidade permaneceram com a avó materna Anita Bortoleto, dona de um antigo hotel. Seu pai sempre trabalhou com lavoura, sendo eleito vereador

¹⁵ O trabalho “Reminiscências de uma fotografia: fragmentos da construção histórica do Distrito de Góes Artigas – PR” foi apresentado no GP Fotografia, no XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento que faz parte do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

de Inácio Martins, na gestão 1970/1973. Enquanto isso, Antonia Ida Fontana é lembrada pelo seu trabalho com educação na região, onde iniciou lecionando na Escola Menino Jesus e depois esteve à frente da Escola Isolada de Góes Artigas. Seu filho lembra que ela era uma professora rígida, tanto que em seu testemunho, ele diz ter sido reprovado no quarto ano (pela mãe) para dar exemplo para os outros alunos.

A minha mãe é do tempo que dava varada. Se eu sentasse junto com um aluno e eu aprontasse, eu apanhava. Toda vida foi assim, a mãe surrava nós na casa ou lá. Então, como é que a mãe fazia? A mãe fazia uma tabuinha e escrevia licença. Uma porção de vez ela pegou alunos jogando búlica lá fora. Se eu precisava ir na patente, lá era patente, lá fora tinha patente, dos piás e das meninas. Daí pegava aquele papelzinho escrito, ia lá fora e deixava em cima da mesa, quem não tivesse, não podia sair. E daí tinha um campinho ali na frente do campo, da escola, a minha mãe tinha um apito desses de futebol e quando dava o horário ela (barulho de apito) apitava e todo mundo vinha para dentro. E os pais mandavam surrar os alunos se não obedecessem, eles vinham tirar satisfação e surravam na casa também (MATOSO, 2019).

Amilton sempre ajudou o pai na lavoura, anos de esforço que dão resultado até hoje com suas plantações de milho, de feijão ou o que for favorável para o período. Casado com Doraci Fontana Matoso (Dorinha), os dois permanecem morando no mesmo terreno que o entrevistado cresceu.

Figura 13 – Amilton e Doraci Matoso



Fotografia: André Luiz Justus Czovny
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

3.1.2.1 Condições de produção da entrevista

O contato foi sugerido pela sobrinha Thais Matoso e outros familiares, que ajudaram a agendar a entrevista. Assim, a primeira entrevista foi marcada para 15 de junho de 2019, na residência do casal em Góes Artigas. No entanto, por causa de uma dificuldade de locomoção, o pesquisador entrou em contato por telefone para alterar para o dia seguinte a conversa. Recepcionado pelos casal, o autor foi convidado a permanecer na cozinha já que Dorinha preparava um chimarrão para uma visita também.

Durante toda a conversa, quando registros fotográficos e documentos escolares eram apresentados ao pesquisador, se passaram 114 minutos de gravação, pois o número de materiais novos apresentados era grande. A princípio a conversa era apenas com Amilton, porém, o pesquisador percebeu a vontade da esposa de compartilhar algumas lembranças, contribuindo e corrigindo o marido em momentos de confusão de memórias. A conversa terminou com um café preparado pela família.

O segundo encontro, no dia 27 de setembro de 2019, foi apenas para fotografar a maioria dos arquivos pertencentes à família, já que não foi possível registrar todos os materiais e realizar a primeira entrevista no dia 15 de junho. Tanto que o uso de gravador foi dispensado nessa ocasião.

O terceiro encontro também foi na residência do casal, em 29 de outubro de 2019. Ao chegar no local, Dorinha estava dando aulas de reforço para a filha de uma vizinha, cumprimentou o pesquisador e convidou a aluna para irem em outro ambiente, deixando a cozinha para a entrevista e aplicação da metodológica com o marido. A conversa seguiu sem interrupções, apenas quando o entrevistado sentia necessidade de confirmar alguma informação com a esposa que estava na sala ao lado. No geral, foram 77 minutos de gravação com um aparelho gravador e um celular nesse dia, que terminou novamente com um café organizado pela Doraci.

3.1.3 Irene Bastos Druciaki

Nascida em 6 de novembro de 1949, Irene é uma mulher com muito orgulho da sua história. Filha de Pedro Druciaki e Nair Bastos Druciaki, morou até os 15 anos em Góes Artigas.

Ao ser questionada sobre as origens dos pais, ela deixa claro que as lembranças sobre o passado lhe foram repassadas. O pai era de uma comunidade chamada Rio Corrente e a mãe de Cadeadinho, ambas são comunidade pertencentes a cidade de Irati. Eles se casaram em 14 de janeiro de 1949 e logo Irene nasceu.

O pai foi motorista de caminhão, fez dormentes para a estrada de ferro e também trabalhou na lavoura. A mãe veio para a comunidade contratada pela empresa da Família Carolo, que possuía serraria e fábrica de caixas de fósforo de palito ali. Segundo Irene, sua mãe foi uma das primeiras professoras de Góes Artigas. Tanto que os três primeiros anos escolares, Irene teve aulas com a sua mãe. Não havia quarto ano na comunidade, o que a levou até a cidade de Guarapuava para estudar, na Escola de Aplicação Visconde de Guarapuava.

Quando tinha entre 14 e 15 anos, a família mudou-se para Inácio Martins por motivos de trabalho para o seu pai. E, logo em seguida, Irene retornou sozinha para Góes Artigas para dar aulas, durante dois anos, na Escola Menino Jesus.

E voltei a lecionar lá em Góes Artigas. Naquele tempo não exigiam muito, tinha que ter 18 anos, eu não tinha bem 18 anos quando voltei. Eu acredito que deveria ter 16 anos, 17 anos, foi quando eu voltei para lecionar lá. Eu fiquei morando com uma família lá, do seu Renato Vonijone, que era filho da Dona Celmira Vonijone, do seu Emiliano Vonijone, que eles tinham comércio lá. Então, eles me hospedavam lá, durante o tempo que eu frequentava lá (DRUCIAKI, 2019).

Percebe-se a emoção quando o assunto é educação na vida da entrevistada, principalmente, pela relação com a sua mãe que lecionou durante anos também.

Eu segui os passos daquilo que eu aprendi porque eu fui aluna da minha mãe. O tempo todo que eu estive ali em Góes Artigas. E tudo que eu aprendi com ela, eu buscava transmitir para os meus alunos pois eu sempre via que era muito importante a forma que ela nos conduzia na escola, com que ela nos ensinava, o respeito, o amor ao próximo, enfim, tudo aquilo que a pessoa precisa para crescer respeitando o próximo (DRUCIAKI, 2019).

Após isso, retornou para Inácio Martins, onde continuou como professora. Aos 21 anos, Irene tornou-se a primeira mulher vereadora¹⁶ de Inácio Martins, se elegendo em último lugar, na gestão 1970-1973. Foi o momento que ela se envolveu por completo na comunidade, pois queria mostrar trabalho, mostrar que era possível fazer a diferença naquela região. Assumiu a inspetoria municipal de ensino, criando vínculos com professores e comunidades do interior.

¹⁶ Mesma gestão que o pai de Amilton Fontana Matoso tornou-se vereador em Inácio Martins.

Na eleição seguinte (Figura 14), por causa de divergências políticas, ajudou a criar uma chapa para concorrer contra a do prefeito na época, “se hoje eu não sou fácil de lidar, imagina naquela época” (DRUCIAKI, 2019). O apoio que não teve durante a primeira campanha apareceu nesse segundo momento, fazendo de Irene a vereadora mais votada em Inácio Martins, com 563 votos, na gestão 1973-1976.

Figura 14 – Propaganda da candidata a vereadora



Fonte: Acervo pessoal de Amilton Fontana Matoso

Além disso, a entrevistada se emociona ao contar que fez muita coisa, trabalhando com comércio e restaurante. Mãe de dois filhos, Alexandre Andrade Silva e William Bastos Andrade, ela sentiu que algo faltava na sua vida, que ela não tinha uma profissão determinada. Então, em 2009, decidiu fazer a graduação em Direito, em Guarapuava. Hoje, aos 70 anos, ela sente-se realizada, faz da atual profissão uma forma de ajudar as pessoas, pois para ela “por falta do conhecimento, muitos deixam de ter a justiça que merecem” (DRUCIAKI, 2019).

Figura 15 – Irene Druciaki em seu escritório de advocacia



Fotografia: André Luiz Justus Czovny
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

3.1.3.1 Condições de produção da entrevista

A indicação de Irene veio de Amilton Matoso e do jornalista Kleber Fernandes. A primeira entrevista ficou agendada para 8 de outubro de 2019 no seu escritório, anexo a sua residência. A conversa teve início com a curiosidade a respeito do trabalho a ser desenvolvido e seguiu com duas interrupções e uma pausa. A primeira interrupção aconteceu com 6 minutos de gravação e a segunda com 24 minutos, ambas de clientes que chegaram para tirarem dúvidas processuais. Nesses momentos, a entrevistada solicitava que se pausasse a gravação, por se tratar de assuntos particulares de seus clientes. Quando 61 minutos já haviam sido gravados, o telefone toca interferindo na entrevista, momento que acontece uma pausa para o almoço. Ao retornar, acompanhados de um café preparado pela própria Irene na cozinha da sua residência, a gravação foi finalizada com um total de 86 minutos.

O segundo encontro aconteceu em 28 de outubro de 2019, quando o pesquisador foi recepcionado novamente no escritório de advocacia. Irene comentou estar incomodada com o fato de estar sem luz durante o início da gravação, brincou “não devo ter pago a luz”. A conversa teve duração de 51 minutos, sem nenhuma interrupção.

3.1.4 Pedro Monteiro

Nascido em 27 de maio de 1941, Pedro foi o primeiro a nascer entre 9 irmãos. Filho de Joaquim Monteiro e Luisa Monteiro, a família sempre acompanhou o pai com suas ofertas de trabalho. Moraram no Km 113, em Rebouças, onde Pedro nasceu, depois foram para Cascavel e Foz do Iguaçu. Após isso, seguiram acompanhando a construção da estrada de ferro, passando pelo Km 108, Km 104 e Km 113, até retornarem para Góes Artigas no hotel que era da sua avó Anita Bortoleto.

O entrevistado chegou em Góes em 1946, aos 5 anos, onde permaneceu até os 10 anos. No início teve aulas em casa com a tia, Ida Fontana. Após isso, os pais decidiram mandar o filho para Ponta Grossa para fazer o ginásio, pois segundo o entrevistado havia apenas o primário na comunidade rural. Apesar de afirmar que gostava de ir para a escola, sua paixão pelo futebol fez com que desistisse dos estudos para apenas pensar no esporte.

[...] Lá em Ponta Grossa quando eu abandonei meu estudo lá, eu estava na terceira série do ginásio, daí não fui mais estudar, pois me interessava só treinar [...]. Eles descobriram que eu não estava mais estudando, que eu não ia mais para a aula, daí o pai mandou trazer de volta. Venha pra cá (MONTEIRO, 2019).

Apesar de desistir dos estudos, sua família só soube após dois anos, quando seu tio avisou que o seu pai queria que ele retornasse para Góes Artigas, afinal, segundo o próprio “fazia dois anos que não estava indo mais para a escola, mas vinha para a casa nas férias, para eles eu estava estudando né” (MONTEIRO, 2019).

Nessa situação, aos 16 anos, ele sentiu a necessidade de aprender uma profissão, foi quando lhe ensinaram a fazer cortes de cabelo, abrindo um salão anexo ao hotel que, agora, havia sido comprado pelos seus pais. Com a sua ida para o exército, trabalhou como responsável pela farmácia, onde gostava muito “de ler bulas de remédios” (MONTEIRO, 2019).

Retornou para Góes após dois anos, contrariando o pai, que não achava correto o pedido de baixa do quartel. Voltou a trabalhar como cabelereiro ainda no hotel, mas com a falta de movimento na comunidade, comprou um salão em Guarapuava, onde permanece até hoje.

Figura 16 – Pedro Monteiro em seu local de trabalho



Fotografia: André Luiz Justus Czovny
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

3.1.4.1 Condições de produção da entrevista

A indicação de Pedro veio de sua irmã Maria de Lurdes Fontana Pinto e do entrevistado Antonio Portela, que intermediou o primeiro contato com o pesquisador. A primeira entrevista aconteceu em 8 de outubro de 2019, no seu local de trabalho em Guarapuava, após o expediente.

O seu salão fica situado em frente ao terminal de ônibus da cidade, o que causou certo desconforto ainda no início da conversa, fazendo com que Pedro levantasse para fechar a porta do estabelecimento, justificando que haveria muitos ruídos por causa da chegada e saída dos veículos. A duração foi de 62 minutos e, no final, o entrevistado trouxe algumas fotografias que guardava do seu passado, as quais o pesquisador aproveitou para fotografar também.

A segunda entrevista foi em 29 de outubro de 2019, novamente no seu salão com duração de 87 minutos. No local havia um funcionário ainda que guardava seus materiais de trabalho. Interrompeu posteriormente apenas para se despedir do seu colega. Assim, a conversa teve início com alguns questionamentos a respeito de um antigo anúncio de hotel em Góes Artigas, que o pesquisador encontrou

e encaminhou para Pedro. Por fim, o pesquisador não conseguiu seguir a ordem linear do roteiro de perguntas com cada tópico, mas nenhuma questão deixou de ser perguntada.

3.1.5 Mercedes Rosa da Luz

Nascida em 14 de janeiro de 1945, em Guarapuavinha, antiga denominação de Inácio Martins, Mercedes desconhece a identidade do seu pai, mas acredita que o nome era Eugênio. Deixou a família quando a entrevistada era recém-nascida, ficando ela e sua mãe Durvalina Ferreira Bastos em Cadeadinho, comunidade do município de Irati.

Após esse acontecimento, a mãe decidiu morar com a filha em Góes Artigas, em 1946. Foram recebidas pelos avós Manoel Ferreira de Bastos e Angelina Ferreira Bastos. Na comunidade, além de sempre trabalharem na lavoura, toda a família plantava e tinha criação de animais para cuidar em casa. Ao completar 25 anos, Mercedes passa a atuar como professora na escola Menino Jesus, permanecendo até seus 48 anos.

Mãe de cinco filhos: Zenilde Fátima da Luz, Sebastião Silverio da Luz, Janete Fátima da Luz, Josiane da Luz e Jocele da Luz.

A entrevistada demonstra grande entusiasmo dos tempos em Góes Artigas, principalmente, em relação aos bailes e aos jogos de futebol daquela época. Em 1986, já casada com José Silveiro da Luz, conhecido como “Zezão” pela fama no futebol, vieram morar em Guarapuava para que seus filhos estudassem, cidade em que, onde foi a entrevistada trabalhou como costureira. Quando completou 57 anos, a família foi surpreendida com um câncer de mama, sendo proibida de continuar trabalhando.

Figura 17 – Mercedes Rosa da Luz



Fotografia: André Luiz Justus Czovny
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

Essa notícia fez com a entrevistada voltasse para as origens em Góes Artigas, pois seu esposo ainda trabalhava com lavoura durante a semana, permanecendo até 2010. Atualmente, Mercedes enfrenta novamente outra batalha contra o câncer, que reapareceu em 2016, buscando força nos filhos e netos.

3.1.5.1 Condições de produção da entrevista

Indicada pelo jornalista Kleber Fernandes, a entrevista ficou agendada para 30 de outubro na sua residência em Guarapuava. No início da entrevista, o pesquisador comentou que não saberia se encontraria Mercedes na cidade, pois sabia que ela visitava muito os filhos que moram em outro país. Com isso, ela aproveitou o momento para compartilhar que não poderia mais viajar de avião, por indicação médica, já que seu câncer havia voltado. Todavia, a partir da explicação de como seria o trabalho do pesquisador, a conversa foi ganhando um aspecto mais animado. Tanto é que Mercedes questionou se seria filmada, pois então mandaria para seus filhos nos Estados Unidos.

O pesquisador explicou que não optou pela utilização do audiovisual com receio de que muitos entrevistados se sentissem envergonhados no momento.

Por mais que seja uma sugestão apresentada na dissertação de Mestrado de Adgélzira Capeloti Pereira (2015), foi decidido não incorporar o audiovisual na metodologia que testa a fotografia como disparadora do gatilho da memória.

A conversa que aconteceu em sua sala de estar teve duração de 86 minutos. Sem nenhuma interrupção durante a entrevista, percebeu-se que Mercedes tem um carinho grande por Góes Artigas, motivo que a levou novamente para a comunidade após o seu primeiro câncer. No fim, o pesquisador perguntou se ela era possuidora de alguma lembrança fotográfica do tempo que havia relatado e um álbum de fotografias foi apresentado, aproveitando mais alguns minutos para conversarem sobre aqueles registros.

3.1.6 Maria Tereza Darczyk Fernandes

Nascida em 6 de maio de 1940 em Góes Artigas, Maria sempre foi conhecida como Marica. Filha de Basílio Darczyk e Estanislava Dupezaki (Estacha). Seu pai era feitor da estrada de ferro, mas assim como Mercedes, Maria não o conheceu, apenas em uma vaga lembrança de uma fotografia antiga. Segundo a entrevistada, sua mãe casou cedo, aos 14 anos, permanecendo três meses ao lado do marido, que foi embora e do qual nunca mais teve notícias.

Em busca de oportunidades de trabalho, a mãe deixou a filha com 2 anos aos cuidados da avó. Ela se chamava Maria Dupezaki e foi responsável pela criação de Maria, que cresceu junto aos primos.

Figura 18 – Maria Tereza Darczyk Fernandes



Fonte: Acervo pessoal de Kleber Fernandes

Desde pequena, ajudava trabalhando pesado na roça com a família. Segundo ela, sua avó insistia para que arranjasse um marido e não precisasse continuar com essa realidade.

Ela (a avó) queria que eu casasse porque não queria que eu fosse, nós parava em uns paióis lá, mas Deus cuidou de nós, tinha cobra, tinha tudo quanto é bicho lá. Às vezes ficava só eu com a prima. Os primos vinham pra cá, tinha os primos que trabalhavam né, não tinham dó, os antigos não tinham dó de ninguém, eles queriam saber de quem trabalhasse né. Eu tinha uns 12 anos. Eu tinha que trabalhar, pois como que a gente ia comer né (FERNANDES, 2019).

Aos 17 anos, Marica casou-se com Mateus Fernandes e juntos criaram oito filhos. Atualmente, aos 79 anos, ela continua morando na comunidade, mas diz ter poucas lembranças a respeito do seu passado.

3.1.6.1 Condições de produção da entrevista

A indicação foi do jornalista Kleber Fernandes, pois a entrevistada é sua avó. Antes de marcarmos o encontro, ele comentou que ela diz ter dificuldade

com lembranças a respeito do seu passado, mas que acreditava que junto dele, ela poderia compartilhar algumas memórias do seu tempo em Góes Artigas.

A entrevista ficou marcada para 24 de outubro, no período da tarde. Logo na chegada a sua casa, que fica próximo à Igreja Menino Jesus, percebeu-se que Marica estava envergonhada. A conversa aconteceu na sala e, durante toda a conversa, aconteceram intervenções de Kleber, como forma de auxiliar no desenvolvimento da conversa. Alguns ruídos são percebidos no áudio por causa dos cachorros que estavam na frente da residência.

Nesse caso, o pesquisador novamente não conseguiu seguir a ordem linear do roteiro de perguntas com cada tópico, mas nenhuma questão deixou de ser perguntada. A duração da conversa foi de 44 minutos.

3.1.7 Maria do Carmo Maia Sabadin

Maria nasceu em 16 de julho de 1945, mesmo ano da inauguração da estação ferroviária de Góes Artigas. Os pais, Ermínio Maia da Silva e Durvalina Maia Rodrigues, vieram da cidade de Paula Freitas (PR) para Inácio Martins, especificamente para a comunidade de Sobradinho.

A chegada em Góes, foi aos 5 anos, em 1950, para onde toda a família se mudou. Com 11 filhos, o pai cortava lenha para vender para os trens e cuidava da manutenção da estrada de ferro, trocando os dormentes. Enquanto isso, sua mãe era responsável pelos cuidados da casa e crescimento dos filhos.

Maria estudou na Escola Municipal Menino Jesus, onde teve aula com a professora Nair Bastos Druciaki, elogiando muito sua técnica e, também, declarando que foi naquele tempo que começou sua paixão e facilidade com os números.

O que eu aprendi já tá gravado aqui por que eu não sou esquecida não. O que eu gostava mais era matemática. Pra começar, eu vou no mercado, vou pondo as coisas, vou vendo o preço, vou pondo as coisas no carrinho e quando chega no caixa eu digo 'vai dar um pouquinho mais que isso aqui' e as moças vão batendo batendo batendo... é né (SABADINA, 2019).

Aos 21 anos, chegou em Guarapuava (1966) para trabalhar como cuidadora de duas crianças na casa de uma família, com a qual permaneceu por seis anos. Nos últimos quatro anos desse período, a família residiu em Antonina (PR) e Maria os acompanhou.

Aos 28 anos, em 1973, retornou para Góes Artigas para trabalhar como cuidadora e doméstica para o Seu Nicolau Rodrigues de Meira, onde permaneceu até 1975. Nesse período, seus pais já moravam em Guarapuava, o que a motivou a mudar-se para lá, onde trabalhou no Hospital Estrela de Belém por dois anos.

Figura 19 – Maria e os retratos de sua família



Fotografia: André Luiz Justus Czovny
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

O pai faleceu em 1977, mesmo ano em que perdeu três irmãos e amigos em um acidente de carro - uma batida entre um Maverick e uma Kombi – do qual Maria foi a única sobrevivente do Maverick. A entrevistada mostrou um jornal com a notícia sobre o ocorrido, uma lembrança pelo milagre de ter sobrevivido, “dali quatro dias eu saí do hospital e no outro ano eu fui pagar minha promessa em Aparecida [no Santuário Nacional de Nossa Senhora de Aparecida]” (SABADIN, 2019).

Se casou em 1993, vivendo ao lado do marido durante 7 anos, até que um ataque cardíaco o levou. Logo em seguida veio a morte de sua mãe também. Apesar de tantas despedidas, Maria deixa claro que é grata a Deus por ainda estar viva, uma devoção que agradece através de seus trabalhos no grupo Legião de Maria atualmente.

3.1.7.1 Condições de produção da entrevista

Maria foi indicação de Cleuza Meira, pois trabalhou na casa de sua família em Góes Artigas. O primeiro contato foi por telefone, no qual a entrevistada demonstrou entusiasmo na colaboração com o trabalho. Assim, a entrevista ficou marcada para a manhã do dia 25 de outubro.

O pesquisador teve dificuldade de encontrar a casa, pois estava com a numeração errada. Assim que chegou à residência, a entrevistada o recepcionou em sua cozinha, local que é visível observar os retratos pelas paredes e armários do cômodo. Logo no início, ofereceu um café enquanto uma caixa com fotografias era apresentada para mostrar as lembranças que guardava.

A gravação durou 97 minutos, com uma interrupção antes da aplicação do uso de fotografias, pois a entrevistada necessitava começar a preparar o almoço para a sua família. A opção encontrada pelo pesquisador foi apresentar o portfólio para ela, enquanto a mesma preparava a comida.

3.1.8 Nicolau Rodrigues de Meira

Nascido em 9 de janeiro de 1942, o entrevistado é filho de João Rodrigues de Meira e de Catarina Obal de Meira. Os pais eram de Cruz Machado (PR), mas Nicolau nasceu na comunidade de Concórdia, ali mesmo na cidade. Durante os anos, chegaram a morar em outros pequenos municípios do Paraná, como Laranjeiras do Sul e Putinga. Por onde passaram, trabalharam com agricultura, ervamate e criação de abelhas.

Aos 25 anos, já casado com Valtina Vieira de Meira, tiveram três meninas: Cleuza Aparecida de Meira, Rosângela de Meira e Rosimare Daluz Rodrigues de Meira.

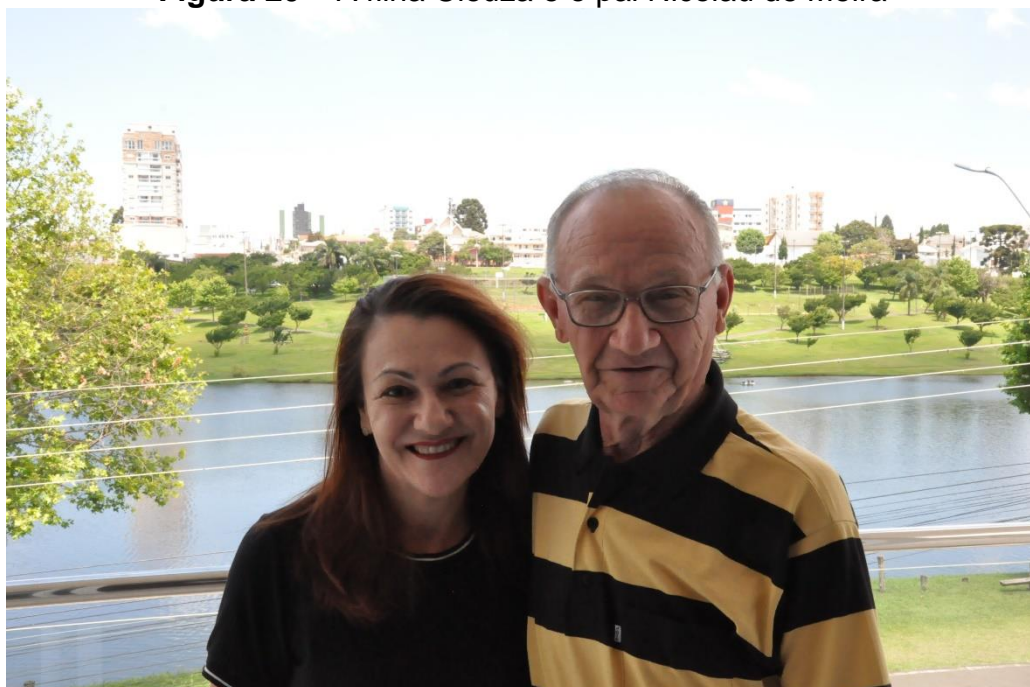
No início, sua família morou em Inácio Martins e depois mudou-se para Góes Artigas, em 1967. Nessa época, sua filha Cleuza Meira¹⁷ tinha um ano de idade. Lá comprou uma casa de comércio, de “secos e molhados”, da Emma Hauagge e do Roberto Roth, que pertenceu anteriormente ao cunhado de Antonio Acir Portela.

¹⁷ Como a filha também participa com comentários durante a entrevista, o pesquisador utiliza a referência MEIRAA para as falas de Nicolau e MEIRAB para as colocações de Cleuza.

O entrevistado sempre trabalhou com comércio, tendo a família ao lado para ajudar.

Eu lembro que quando eu era pequena, o pai ia entregar mercadoria do comércio, ali próximo em Papagaios, em algum lugar. Então como era liso e não tinha cascalho, o carro rodopiava. Então, eu ficava com muito medo e, às vezes, ele colocava corrente nos pneus. Para ir para Inácio Martins então, até chegar em Inácio era muito demorado por que era liso que nem sabão, daí o carro virava sabe (MEIRAb, 2019).

Figura 20 – A filha Cleuza e o pai Nicolau de Meira



Fotografia: André Luiz Justus Czovny

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

Após 22 anos vivendo em Góes Artigas, Nicolau decidiu morar em Guarapuava, onde as filhas já estudavam e trabalhavam. Atualmente, aos 77 anos, Nicolau aproveita a sua aposentadoria na cidade de Guarapuava, dedicando alguns momentos como fiel na Congregação Cristã. Além disso, disse ser fã dos programas jornalísticos de televisão e do programa de rádio Voz do Brasil.

3.1.8.1 Condições de produção da entrevista

A indicação surgiu através da prima do pesquisador, Paula Harmatiuka, que comentou que trabalhava com a filha do entrevistado, Cleuza Meira. Após entrar em contato para agendar o encontro, alguns registros fotográficos e documentos da família foram compartilhados via aplicativo de mensagem, contribuindo com o material reunido para esse trabalho.

A entrevista aconteceu no dia 26 de outubro de 2019, na residência da filha. Enquanto esperavam a chegada do Nicolau, o pesquisador explicou sobre a pesquisa e como seria a conversa com seu pai. Logo que ele chegou, a entrevista teve início. Durante a primeira parte da gravação, apenas uma intervenção aconteceu com a chegada de um dos netos do Nicolau. Entretanto, durante os dois momentos da entrevista, Cleuza achou necessário auxiliar em alguns pontos que o pai sentia dificuldade em recordar. Por esse motivo, o pesquisador não conseguiu seguir a ordem linear do roteiro de perguntas pois uma resposta conectava-se com outra questão.

Além disso, percebe-se pela primeira vez que o processo foi cansativo para um entrevistado, que comentou que o número de imagens era grande. A duração foi de 103 minutos. Por fim, a família apresentou um livro antigo com a história de Guarapuava para que o pesquisador tivesse conhecimento.

3.1.9 Sebastiana Macarroni de Oliveira Farias

Sebastiana é filha de Domingo Macarroni e Olimpia Macarroni. Nasceu em 25 de outubro de 1922, na comunidade de Cadeadinho, em Irati. É a entrevista mais velha entre os depoentes. Seus pais tiveram 8 filhos, sendo 3 homens e 5 mulheres.

Chegou em Góes Artigas com um pouco mais de 20 anos, próximo da inauguração da estação ferroviária, pois diz ter participado desse momento importante para a região. Sua vinda se deu pela compra de um terreno, onde vive até hoje aos 97 anos.

Sebastiana explica que nunca teve a oportunidade de estudar, visto que trabalhou a vida inteira na roça com seus pais, a quem ajudava capinando terrenos. Atualmente, tem problemas respiratórios em razão da falta de um pulmão e passou a ter dificuldade de locomoção após a retirada de um rim. Segue com sua religiosidade forte, mas reclama por não conseguir acompanhar as missas da comunidade, por isso supre essa necessidade assistindo todos os dias as missas na TV Aparecida, no período da manhã e da tarde.

Figura 21 – Sebastiana Macarroni de Oliveira Farias

Fotografia: André Luiz Justus Czovny
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

3.1.9.1 Condições de produção da entrevista

Sebastiana foi indicada por todos os entrevistados citados neste trabalho, mas com a observação que ela não falaria com o pesquisador por estar adoentada. Decidido a conhecer a entrevistada e a situação de sua saúde, no dia 24 de outubro de 2019, o pesquisador fez uma visita para a família.

Seus familiares explicaram que ela tem uma memória boa e que, certamente, contribuiria para o trabalho. Ficou combinado um retorno, no dia 29 de outubro pela manhã, para entrevistá-la, acompanhada da família que auxiliaria na mediação das perguntas, pois Sebastiana possui diagnóstico de surdez, o que pede um tom elevado de voz para que ela entenda.

No dia da entrevista, apenas o neto estava disponível para ajudar, pois os outros familiares tiveram contratempos. Essa situação gerou certa insegurança na entrevistada, que demonstrou estar desconfortável durante todo aquele período.

A gravação teve início no quarto da entrevistada. Um lugar de paredes azul, onde ao lado da sua cama, notava-se um grande aparelho para auxiliar na respiração. Na maioria dos momentos, Sebastiana apenas concordava com as perguntas, relatando que algumas coisas não lembrava mais. Foram poucas

respostas que se desenvolveram durante a conversa. Outro motivo é que sua dicção é confusa, dificultando a decupagem do material gravado.

Seu neto interfere em alguns momentos refazendo as perguntas, já que era para ele que olhava quando não ouvia o que era questionado. Ela se queixou também sobre uma dor na barriga.

A gravação finalizou com 27 minutos, uma duração bem inferior as outras realizadas. Entretanto, a entrevistada é a moradora mais velha de Góes Artigas, sendo indicada por todos que o pesquisador conversou. Assim, foi decidido manter a gravação e dar ênfase para os trechos em que a resposta desenvolveu.

3.1.10 Darcy José Gumiero

Nasceu em 25 de outubro de 1937, no município Imbituva (PR). Seus pais eram Amadeus Gumiero e Diolinda Maciel Gumiero, que juntos tiveram 11 filhos. Sua chegada em Góes Artigas aconteceu quando tinha 10 anos.

A mãe era dona de casa e o pai foi funcionário de serraria, o que levou Darcy a trabalhar junto dele ainda aos 13 anos. Foi “puxador de tora” no reboque, na serraria Elias Zattar, durante 19 anos. Após isso, trabalhou na roça, foi inspetor¹⁸ da comunidade e depois ainda foi motorista escolar de ônibus durante 22 anos, levando alunos de comunidades rurais para Inácio Martins.

Após a morte do pai, sua mãe veio morar com Darcy e juntos abriram uma “bodega” na comunidade. No ano de 1982, Darcy foi eleito vereador de Inácio Martins, “fui eleito por 5 ou 10 votos. Entrei em último lugar. Fiquemos 6 anos e o que temos em Góes foi requerimento meu” (GUMIERO, 2019).

Atualmente, aos 82 anos, Darcy perdeu o movimento das pernas e segue com a saúde debilitada que, segundo ele, é resultado de anos de trabalho pesado.

¹⁸ Segundo depoimentos, o “inspetor” era um tipo de segurança da comunidade. Ele resolvia as brigas e confusões que aconteciam no lugar. Caso fosse algo que fugisse do controle do responsável, o caso era encaminhado para a polícia de Inácio Martins.

Figura 22 – Darcy José Gumiero



Fonte: Acervo pessoal da Família Gumiero

3.1.10.1 Condições de produção da entrevista

Assim como Sebastiana, Darcy foi indicado por muitas pessoas de Góes Artigas por ser a segunda pessoa mais velha na comunidade. Porém, cada indicação vinha acompanhada de um alerta de que o indivíduo estava doente e não toparia conversar. O pesquisador então decidiu conversar com o jornalista Kleber Fernandes que se comprometeu a acompanhar a entrevista, pois era conhecido do possível entrevistado.

O encontro aconteceu no dia 24 de outubro, sendo que o pesquisador havia sido avisado que deveria realizar todo o roteiro naquele dia caso o personagem topasse conversar. Ao chegar no quarto, a cuidadora explicou que ele havia deitado naquele momento para descansar, mas que ainda não estava dormindo.

Kleber pediu licença e tentou animar o senhor que estava deitado. Porém, logo declarou que não lembrava de nada e que não poderia contribuir com o trabalho. Mesmo assim, deixando o roteiro de perguntas de lado, o pesquisador

insistiu em outras indagações a respeito do passado de Darcy, o que fez com que começasse a contar as primeiras lembranças, que eram a respeito do seu jipe, da sua rural e outros veículos que teve.

Apesar de não seguir o roteiro de perguntas, todas elas foram realizadas e encaixadas conforme a conversa acontecia, tendo interferências do jornalista como forma de auxiliar no processo, pois o mesmo conhecia a vida do entrevistado.

Na segunda parte da conversa, descobriu-se que Darcy possui problemas na visão, enxergando muito pouco, o que dificultava a aplicação do portfólio com imagens fotográficas que faz parte da metodologia de trabalho. Nesse momento se questionou se o personagem deveria ou não fazer parte desse grupo de entrevistados. Contudo, foi decidido por manter o entrevistado pelo rico depoimento compartilhado na primeira parte.

3.2 O RECORTE DE TEMPO

Pelo recorte ser de 35 anos, o pesquisador decidiu construir uma tabela para conseguir visualizar se os 10 entrevistados contemplavam juntos o período de 1945 até 1980. Nota-se que alguns passaram pela comunidade por um pequeno tempo e outros permaneceram o período inteiro.

Quadro 3 – Período que cada entrevistado permaneceu em Góes Artigas

Nome do entrevistado	1945-1949	1950-1954	1955-1959	1960-1964	1965-1969	1970-1974	1975-1980
Antonio A. P.			X	X	X		
Amilton F. M.				X	X	X	X
Irene B. D.		X	X	X	X		
Pedro M.	X	X		X			
Mercedes R.	X	X	X	X	X	X	X
Maria T. D. F.	X	X	X	X	X	X	X
Maria C. M. S.		X	X	X	X		X
Nicolau R. M.					X	X	X
Sebastiana M.	X	X	X	X	X	X	X
Darcy J. G.	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor

4 GÓES ARTIGAS POR SEUS MORADORES

Durante as entrevistas, os dez selecionados foram convidados a contar como foram os seus primeiros anos na comunidade de Góes Artigas, oferecendo um panorama do processo de desenvolvimento da comunidade no período estudado.

Essa primeira parte da conversa foi conduzida pelo pesquisador a partir do levantamento de questões sobre infraestrutura, alimentação, educação, comércio, saúde, religião, lazer, política e segurança, fatores esses, sugeridos por Teixeira (2013, p. 111), que “formam uma cidade”. Neste trabalho, pela formação da comunidade estar conectada com a estrada de ferro, o item estação ferroviária foi acrescentado ao final, totalizando dez tópicos.

É importante destacar que nesse momento nenhum auxílio imagético foi utilizado, todas as informações aqui manifestadas foram repassadas antes da apresentação do portfólio de imagens¹⁹, são apontamentos dos entrevistados provocados a partir de perguntas do pesquisador. Para Moccelin (2018, p. 95), esse momento tem como proposta “deixar que o entrevistado narre suas recordações sem grandes interrupções”, por mais que o resultado disso seja a apresentação de longas histórias e afastamento do assunto tratado no tópico.

A seguir, o panorama compartilhado sobre a comunidade rural, a partir da visão dos dez selecionados.

4.1 INFRAESTRUTURA

Com poucas estradas na comunidade, percebe-se que demorou muito tempo para a chegada de melhores condições²⁰ na região. A locomotiva a vapor era a melhor opção para quem precisava se deslocar até as cidades mais próximas. Pelas informações fornecidas pelos entrevistados, as estradas eram precárias e o principal meio de transporte era a carroça. Darcy José Gumiero conta que, no início, esses trechos eram feitos “a muque”, pois não existia máquina naquela época, o que parece ter mudado algum tempo depois, quando as estradas passaram a ser cuidadas pela Prefeitura de Guarapuava, segundo Irene Druciaki.

¹⁹ O resultado das memórias despertadas a partir do uso de fotografias será evidenciado no capítulo 5.

²⁰ A PR-364, que liga Góes Artigas a Guarapuava, foi pavimentada recentemente, no início de 2018.

Nossa, era muito buraco. Nossa, era uma estrada muito muito deficitária. Nossa, eu acho que demorei muito tempo para conhecer uma tal de patrola, que alisava a estrada lá. Era bem complicado, eu não tenho bem certeza, não posso afirmar, mas Guarapuava é que fazia toda a assistência das estradas até aqui em Inácio Martins. Imagine, Inácio pertencia a Guarapuava, como tantos outros municípios que existem hoje, comarcas inclusive que pertenciam a Guarapuava né (DRUCIAKI, 2019).

Outra pessoa que reforça essa manutenção é Pedro Monteiro, que explica que muito da infraestrutura local era fruto das madeiras que se instalavam ali nas proximidades.

As estradas eram precárias, né, as estradas eram estradas de chão, né, era conservada pela prefeitura e pela população. Eles arrumavam. Às vezes tinha dois ou três funcionários da prefeitura para consertar 15 quilômetros de estrada, né, pra cá e pra lá. E tinha muita madeira que conservava as estradas para chegar até Góes Artigas. Carregava-se muito caminhão de madeira em Góes Artigas. [...] Tinha bastante gente ali, a mão de obra era quase só madeira e lavoura (MONTEIRO, 2019).

Por ser um ponto de carregamento, Antonio Acir Portela lembra da estrada que foi feita exclusivamente para facilitar o transporte de madeira de Zattarlândia, região próxima da cidade de Pinhão (PR), até a comunidade rural. Durante todo o trajeto, outras serrarias foram se instalando no novo trecho.

A estrada vinha de Zattarlândia, passava beirando São Domingos. Pra cá de São Domingos tinha Faxinal do Posto, que tinha a serraria dos Betega, daí mais ali, antes de chegar no Góes, tinha a serraria do Guelman e depois tinha a serraria do Elias Zattar, do quilômetro 101. Todas essas serrarias se utilizavam dessa estrada que era do Zattar para trazer madeira para Góes Artigas. [...] Ali tinha no Góes carregamento dos Betega, carregava madeira, madeira de imbuia, madeira de pinheiro. Tinha carregamento do Zattar [...] e tinha carregamento da Fiat Lux, que carregava torinha para mandar para Irati para fósforo, né. Era um movimento grande (PORTELA, 2019).

Para eles, o grande problema eram os dias chuvosos, o que impossibilitava a locomoção das carroças que eram puxadas por animais de carga. Maria Tereza Darczyk Fernandes brinca ao relatar que sentia pena dos cavalos, pois haviam algumas subidas na região e que “os cavalos não podiam, tinha que ajudar a empurrar” (FERNANDES, 2019), assim como Mercedes Rosa da Luz ri ao comentar que o melhor era abandonar a carroça nos dias chuvosos, afinal apenas “vazia ela passava”.

É possível perceber também que alguns entrevistados, que chegaram ou nasceram a partir de 1960 em Góes Artigas, possuíam condições melhores de

transporte, como é o caso do Amilton Fontana Matoso, que comenta que além da tradicional carroça, o pai tinha um *jeep*. Segundo ele, as estradas eram “estretas” e o veículo “patinava” em dias de chuva. Caso semelhante era o de Nicolau Rodrigues de Meira, sua filha lembra que o pai utilizava correntes presas nos pneus para conseguir fazer as entregas comerciais.

Eu lembro quando era pequena, o pai ia entregar mercadoria do comércio ali próximo, [...] como era liso e não tinha cascalho, o carro rodopiava e eu ficava com muito medo. E, às vezes, ele colocava corrente nos pneus. Pra ir para Inácio Martins então, até chegar em Inácio era demorado porque era liso que nem sabão, daí o carro virava (MEIRAb, 2019).

Outro ponto apontado por todos foi a estrutura das residências da comunidade. A maioria era simples, mas todas com uma beleza particular. As casas eram de madeira, com telhados construídos a partir de pequenas tábuas de pinheiro, como relataram Antonio Acir Portela e Irene Druciaki, justificando que não era comum usar telha de barro naquele tempo.

Muitas delas tinham sóte [sic], o sótão que chamam, né. A maioria. E umas tinham porão também. Eram casas assim grande. Coberta de tabuinha maioria, poucas eram com telha, a maioria era tabuinha. Tabuinha era umas tabuinhas que era feito de pinheiro bem feitinho, bem arrumadinho, que era a cobertura das casas. Era assim que era. Tudo de madeira. Algumas tinham vidraças, outras não tinham, mas eram todas bonitinhas com pintura, né. Tudo ajeitadinho as casas (PORTELA, 2019).

Na área externa das casas, havia sempre uma pequena estrutura que era o banheiro. Maria do Carmo Maia Sabadin foi a única que comentou sobre como eram os chuveiros durante o período que viveu em Góes Artigas.

Para tomar banho nós tinha nosso chuveirão. Era um balde com um negócio, assim, que nem, vamos supor, uma cabeça de um regador. Tinha um botãozinho e a gente virava, assim, e caía água morninha ali para a gente tomar banho [...] (SABADIN, 2019).

A entrevistada explica que era necessário esquentar a água no fogão de barro, pois não havia eletricidade nas casas. Tanto é que, na sua casa, sua família mesmo construiu o artefato para aquecer os alimentos. “O nosso era feito de uma caixa de madeira, enchia de terra, daí fazia de tijolo para, daí, erguer para pôr a chapa e, daí, colocava uma portinha [...] e, daí, o chaminé para ir embora a fumaça” (SABADIN, 2019). Além disso, os lampiões eram a forma de iluminar os cômodos durante a noite, sendo comuns aqueles que funcionavam a querosene, mas Antonio

Acir Portela sugere que algumas famílias também possuíam lampiões a gás. Enquanto isso, Mercedes Rosa da Luz conta que sua família tinha o costume de usar velas, pois segundo ela a “vela era só pra levar nos quartos para nós não ficar fedendo pra dormir, né. Se não ficava fedendo querosene”.

A partir dos depoimentos, percebe-se que apenas as casas da vila ferroviária possuíam melhores condições. Eram estruturas de alvenaria, com instalação sanitária e água encanada. Irene Druciaki ilustra que

As casas chiques eram as casas da rede, como nós dizia, né. As casas que tinha banheiro dentro de casa, nossa, era um luxo porque, naquela época, as casinhas eram lá fora, né, então, só as casas da rede que era um chique. Eram de material, tinha um piso. Nossa, era tudo de bom, né. Tinha a casa do chefe da estação, do guarda chave, que eram as melhores e depois dos que chamavam eles de “turmeiros”, que era o pessoal que fazia o trabalho na área ali (DRUCIAKI, 2019).

Sebastiana Macarroni disse não lembrar muito de como era a comunidade antigamente, das poucas lembranças compartilhadas, ela disse apenas que “as estradas eram boas”, ao contrário do que foi relatado pelos outros depoentes.

4.2 ALIMENTAÇÃO

Sobre o modo de se alimentar, as declarações dos dez entrevistados foram parecidas. Era normal de encontrar nas residências e, até mesmo, na escola, pequenas hortas como forma de subsistência para cada grupo familiar. Entre diversas hortaliças citadas, as mais lembradas foram: batata doce, mandioca, pepino, alface e abóbora.

É arroz, feijão, chicória do mato. Nós comia muita chicória do mato lá nos paios. E mostarda e couve, né. Plantava de tudo um pouco. Mandioca, batata doce, né. Fazia pamonha de milho verde quando tinha aquelas baciadas, né. Eu não gostava de mandioca e nem de pamonha quando era menina. Eu tenho uma neta também que não gosta de nada e eu digo que com o tempo aprende a comer. [...] Eu aprendi, daí. Minha mãe fazia pamonha, aquelas baciadas e eu não comia [...], “ah não tem gosto nenhum” e é “bão” né (FERNANDES, 2019).

Pelos anos de trabalho em serraria, Darcy Gumiero comenta que gostava de “comida grosseira”. O tradicional feijão com arroz nunca faltava, acompanhado do ovo crioulo. Era comum a criação de animais na comunidade. Nicolau Rodrigues de Meira conta que sempre criou galinhas, mas que “os pintinhos

adoeciam, né, e não se criavam” até que recebeu o conselho de um vendedor para dar ração para os animais.

Se criava, mas só uma parte. Daí nós tinha horta, mas, agora diz horta, era um quintalzinho que plantava miudeza. Sujava tudo ali e criava bastante galinha. [...] Você vê a quantia de galinha que eu tinha, [...] elas vinham com oito, dez, dose pintinhos e, daí, a gente pegava. Tinha um reservadinho e colocava ali, daí, uns oito dias, dez dias, já largavam da galinha e se criavam. E uns três e quatro mês já estava gorda. [...] Então, a turma comprava dessas carnes congeladas, eles pegavam lá e trocavam comigo [...] porque eles queriam o caipira (MEIRAA, 2019).

Além disso, Nicolau passou a criar porcos, chegando a ter 20 cabeças ao mesmo tempo. Segundo seu testemunho, ele “teve um que deu 300 quilos” e que só conseguiu derrubar com a ajuda do seu cachorro Sultão, que cercava o animal e, então, atacava. A carne abatida era vendida principalmente no seu comércio na comunidade. Entretanto, é importante destacar que a carne não era um item comum nas refeições durante a semana. Na casa de Antonio Acir Portela a refeição era reforçada com a carne de porco aos finais de semana. O pastor comentou que eles guardavam na lata de banha, “pois não tinha geladeira naquele tempo, então, tinha que ser assim”, era a forma que os moradores encontraram para que a carne não estragasse.

Olha, assim, quando a gente morava bem mato a dentro, como eu te comentei, a gente tinha vaca de leite, a gente tinha porco, galinha, a gente tinha todos os bichinhos que forneciam a carne [...] a minha família matava um porco e ia uma palhetinha pro vizinho da direita, um quarto para o vizinho da esquerda, de forma que quando eles, como eles diziam na época, carneavam o porco, eles mandavam para a gente também. Carne de gado era muito raro a gente comprar, muito raro mesmo, sabe. Mais era a carne de porco, de cabrito, de frango. [...] o básico era o feijão, o arroz, a carne dos bichinhos que a gente criava (DRUCIAKI, 2019).

Assim como Irene, Mercedes Rosa da Luz explica que sua família “comia mais carne de porco porque gado a gente matava mais no final do ano, um terneirinho ou bezerro” (DA LUZ, 2019), por causa das festividades de fim de ano. Apesar disso, a entrevistada comenta que chegou a experimentar outros tipos de carne animal, pois sua família e muitos vizinhos caçavam pelas matas que rodeavam a comunidade.

De pato eu não gostava, de pato era muito dura a carne. [...] caçavam muito, os caçadores, nossa. Tinha os vizinhos, nossa, me avô gostava muito de caçar também. Tinha vizinho nosso que ele tinha carne do que você chegasse na casa dele e perguntasse, ele tinha. Eu comi carne de capivara, de porco do mato, de tudo quanto é coisa na casa dele. Ele tinha uma cozinha de chão, ele secava e aquela carne ficava branquinha, assim, puxava e tirava as

lascas. Comia puro porque já estava assado de tanto ficar na fumaça (DALUZ, 2019).

Outra figura que gostava da caça era o pai de Maria do Carmo Maia Sabadin. A espingarda que ele usava para caçar pato e marreco é guardada no quarto da filha eternizando as lembranças daquele tempo.

4.3 EDUCAÇÃO

Os depoentes comentam que no início havia apenas uma escola em Góes Artigas, a Menino Jesus, que respondia ao município de Guarapuava. Posteriormente, foi aberta uma escola do estado, que levou o nome de Escola Isolada de Góes Artigas, organizada pela professora Antonia Ida Matoso. Não se sabe o ano correto de cada uma, mas há livros de chamada da Escola Isolada, com 23 alunos matriculados, da professora Antonia, que datam de 1951.

As duas trabalhavam com ensino primário, com classes de 1º, 2º, 3º e 4º ano. A estrutura de ambas escolas era simples, em madeira, com um pátio na frente. Dentro das salas, Maria Tereza Darczyk Fernandes lembra que as carteiras/cadeiras eram divididas por dois alunos, feitas com tábuas, “era fácil de sair, [...] era bem simples” (FERNANDES, 2019). Segundo ela, havia até mesmo um tinteiro em cada uma. Pedro Monteiro auxilia explicando uma pouco a dinâmica dentro da sala de aula:

Eram umas carteiras grandes, sentava de dois em dois. As meninas para cá e os meninos para cá. Teve um tempo que o primeiro e o segundo ano eram pra cá, terceiro e quarto para lá, tudo na mesma sala. [...] Tinha só um professor né. Era tudo misturado. O professor era rigoroso (MONTEIRO, 2019).

Irene Druciaki, professora e filha de professora, recorda-se que era costume rezar e cantar o Hino Nacional antes do início das aulas “e na saída o Hino a Bandeira”. Ela reforça a excelência dos professores ao dizer que “o respeito era muito grande, a fala da professora era muito ouvida, não só pelos alunos, mas pelos seus pais também” (DRUCIAKI, 2019). Assim como Irene, Maria do Carmo Maia Sabadin destaca que os alunos eram muito educados dentro da escola.

Era muito respeito. Quando chegava uma pessoa estranha, todo mundo se levantava para cumprimentar. Ninguém sentava sem a visita mandar nós sentar. Era respeito, não tinha fuzuê como tem hoje em dia. Saia pra rua, saia

de duas em duas, de dois em dois. Tudo quietinho, não era a algazarra como é hoje em dia. Falta de educação que Deus que me perdoe (SABADIN, 2019).

Dos selecionados, muitos recordaram-se da professora Antonia Ida Matoso²¹, da Escola Isolada de Góes Artigas, e Nair Bastos Druciaki²², da Escola Municipal Menino Jesus. A manutenção dessas escolas era de responsabilidade dos professores, não havia outros funcionários que pudessem ajudar com a limpeza, por isso a professora “varria os terreiros com ajuda dos alunos e nunca nenhum aluno morreu por ajudar a professora a limpar a sala” (DRUCIAKI, 2019). Enquanto isso, Mercedes Rosa da Luz fala orgulhosa que aprendeu com a sua professora como lustrar sua carteira, ela “levava cera porque queria caprichar. Daí, encerava a carteira, em cima, o banco, levava um paninho e lustrava. Dona Ida ensinava nós”.

Tanto Irene como Mercedes, que mais tarde foram professoras também, contam que no período que estudaram, cada aluno tinha que levar o seu lanche para o intervalo do recreio, a sua “broa com banha” (DRUCIAKI, 2019). Para Antonio Acir Portela, esse momento era seu favorito por causa do futebol, “na frente do grupo ali tinha um campinho, nós ficava brincando de futebol”. Posteriormente, segundo a filha de Nicolau de Meira, os alunos contribuíam com algum ingrediente para que a professora fizesse a merenda.

Eu gostava. Lembro que a minha mãe e meu pai me levavam. Era pertinho, mas eles levavam. [...] Depois do terceiro ano ao quarto eu ia a pé, do ladinho da estrada porque era perto, próximo ao comércio. Eu lembro que na época de pinhão, a gente ia um pouquinho mais cedo para juntar pinhão, que tinha muitos pinheiros próximos da escola. Então, a gente adorava colher pinhão ali do chão para depois assar, fazer na hora do recreio. A gente fazia muito a própria merenda. A Dona Ida pedia, na época, que cada criança contribuísse com algum alimento para a gente fazer uma sopa gostosa para o recreio. E todo dia, ela escalava dois alunos para fazer a sopa. [...] E a gente se sentia o máximo por ir fazer a sopa. E a gente fazia aquelas sopas maravilhosas para o recreio, com ingredientes que a gente levava de casa (MEIRAb, 2019).

A advogada Irene lembra-se como foi voltar para a comunidade como professora aos 16 anos.

Não houve uma alteração muito grande, continuava sendo da mesma forma. Eu seguia os passos daquilo que eu aprendi porque eu fui aluna da minha mãe o tempo todo que estive ali em Góes Artigas. E aquilo que eu aprendi com ela, eu buscava transmitir para os meus alunos, pois eu sempre vi que era assim muito importante, a forma como ela nos conduzia na escola, como

²¹ Mãe de Amilton Matoso.

²² Mãe de Irene Druciaki.

ela nos ensinava, o respeito, o amor ao próximo. Enfim, tudo aquilo que a pessoa precisa para crescer respeitando o próximo (DRUCIAKI, 2019).

Outros professores que passaram pela comunidade foram citados brevemente durante os depoimentos, como: Dona Maíra, Dona Marli Oliveira, Dona Mercedes (entrevistada), Elisabete Matoso, Dona Dalila, Dona Terezinha, Dona Vilma e João de Mattos. Atualmente, apenas a Escola Municipal Menino Jesus permanece funcionando na comunidade de Góes Artigas.

Darcy Gumiero não estudou na região e Sebastiana “nunca foi em escola nenhuma”, logo quando criança já teve que se dedicar ao trabalho na roça para ajudar sua família, “tinha que trabalhar todos os dias” (FARIAS, 2019).

4.4 COMÉRCIO

Os apontamentos sobre os estabelecimentos comerciais seguem durante toda a conversa. Os entrevistados contam que a comunidade de Góes Artigas chegou a ter três armazéns funcionando ao mesmo tempo, além de inúmeros bares. Nenhum deles tinha uma identidade ou nome, cada casa levava o nome de quem administrava a loja.

Foi possível notar durante as falas uma confusão inicial, pelo pesquisador, quando o assunto são os estabelecimentos, justamente pela razão de que aquela casa de secos e molhados teve diferentes donos durante os anos estudados, como é o caso do comércio em frente a estação ferroviária, que os primeiros donos foram Ema Hauhagge e Roberto Roth. Em seguida, no início de 1960, Aristóteles Vieira dos Santos e Natalino Viera da Rocha comandaram o lugar, período que Antonio Acir Portela lá trabalhou como funcionário, “pessoal de Alemainha vinham comprar ali, dos Papagaios vinham comprar ali. [...] Vinha muita gente de fora” (PORTELA, 2019).

Era um comércio grande. É, você entrava aqui e tinha essa parte de cá que era tecido, calçado, daí tinha também, como é que chama aquilo lá, retró. Essas coisas e tal, carretel de fio, era ali. Daí, depois mais pra cá, daí, mais pra cá, do lado de cá, já vinha os doces e, mais no canto aqui, daí, tinha um negócio grande assim que colocava trigo dentro, trigo, arroz. Despejava ali dentro com tampa né, aí, tinha a repartição, trigo, arroz, feijão, né. E ali, então, a gente começava atendendo as pessoas. Era grande o comércio, bem grandão, e a casa era enorme também, atrás morava meu cunhado, era grande. E tinha um sótão lá em cima, então a gente começava atendendo

uma pessoa, vendendo fazenda²³, calçado, depois vinha para vender, por exemplo, arroz, feijão, trigo, depois deixava mais pro fim para vender a banha, a lata de banha, daí, depois mais pro fim ainda, fumo, fumo de corda que vendia. E querosene era por último que a gente vendia, daí tinha pia para a gente lavar a mão ali. Querosene era por último para não ficar cheirando os alimentos, né, era muito grande e o depósito era embaixo, descia as escadas para pegar as coisas lá embaixo (PORTELA 2019).

O entrevistado conta que, após dois ou três anos, seu cunhado revendeu novamente aos antigos donos, que novamente venderam para outros proprietários, Nicolau Rodrigues de Meira e Valtina Vieira de Meira. Nicolau conta que na sua época, ele vendia até remédio, “eu comprava de viajantes, fazia pedido e tudo”. Sua filha Cleuza descreve como era entrar no estabelecimento.

Eu lembro que quando você entrava, do lado direito era só bebidas de litros, né, ali tinha até as pinguinhas que vendiam de copinho, tá. Então, era na entrada, do lado direito, era uma prateleira muito grande só de litros e bebidas. Daí, na frente, entrando de frente, tinha alimentos, enlatados. [...] Colocava feijão, arroz, açúcar. Eu lembro da banha, eles traziam as latinhas. Tinha um açougue também, então, ali, eles vendiam a carne, faziam a linguiça, faziam o torresmo e tinha a banha. Então, tinha os toucinhos que eles esfumaçavam e, então, eles preparavam tudo ali. E as pessoas vinha com latinha e levava a banha. Eu lembro, também, que eles compravam o fumo de grama, era cortado [...]. Daí, do outro lado, tinha os alumínio em geral e tinha um outro lado, na esquerda, que era só tecidos e roupas feitas, sapatos [...]. Tinha vitrine que era só de doces, perfumes, bijuterias, umas vitrines bonitas para a época ali, né. Era bem organizado. Daí, tinha os depósitos, nos depósitos o pai armazenava sacos de farinha (MEIRAb, 2019)

Irene Druciaki e Maria do Carmo Maia Sabadin contam que outro comércio ficava próximo à Capela Menino Jesus. Seu primeiro dono foi Ismael Toledo que, em seguida, vendeu para Emiliano Vonijone e Renato Vonijone em 1960, que por trabalhar com dormente “tinha que ter ali as mercadorias para vender para os funcionários dele” (SABADIN, 2019).

Para cima da linha e, justamente, onde eu parava para dar aula depois, que era o comércio do seu Emiliano, do Renato Vonijone [...]. Ali era o local onde era esse armazém, muito bem sortido, com produtos muito bom, secos e molhados, bebidas e fumo em corda, querosene, né, tecidos e aviamentos para costura, calçados, o que você quiser, prego, tinha de tudo porque digamos que era um supermercado, mas tinha uns produtos muito bons ali (DRUCIAKI, 2019).

Irene Druciaki ainda comenta que “para baixo um pouco tinha outro comércio que era do seu José Carlos, bem numa esquina”, o qual também é lembrado

²³ A palavra “fazenda” pode significar “o que está feito”, por isso que alguns personagens chamam tecido ou pano de lã de “fazenda”.

por Pedro Monteiro, que explica que esse outro estabelecimento ficava próximo a casa que morava ali na vila ferroviária. “Na esquina tinha o seu José Carlos, um gaúcho também que tinha um armazém [...] e depois mais tarde montou um barzão de bilhar ali, né”.

Com o tempo, os armazéns foram diminuindo, ficando apenas os bares, como o “bar do Juca” e o “bar do Gumiero” (MONTEIRO, 2019). Ainda assim, alguns bares eram como pequenos armazéns, como a “bodega” que Darcy Gumiero administrava junto com sua mãe Diolinda Maciel Gumiero. Ele recorda-se que era necessário ir para a cidade de Guarapuava comprar os produtos para revender.

Amilton, Maria do Carmo e Darcy lembram de que após serem pesados os alimentos, que eram soltos, os vendedores os colocavam dentro de um pacote que eles mesmo faziam.

Nós tinha que fazer pacote desses papel de embrulho porque não existia sacola, não existia nada disso aí [...]. Nós fazia os pacotes [...] de papel de embrulho. E outra, o pessoal, às vezes trazia uma ‘malinha’, uma ‘malinha’ comprida assim muitos vinham a cavalo e traziam na garupa do cavalo aquelas ‘malinhas’, então, colocava dois quilos de açúcar, dois de trigo, dois de arroz, colocava e amarrava ali (GUMIERO, 2019).

Para os moradores não havia concorrência pois a comunidade era muito grande, além de ser um ponto de referência comercial para outras pequenas localidades próximas. Darcy Gumiero deixa claro que ele não se importava com os outros estabelecimento, ele tinha o seu valor. “Fazia o preço que queria, eu tinha o preço certo, [...] meu preço era esse. Se eu comprava a mercadoria, eu tirava a minha porcentagem e colocava em cima” (GUMIERO, 2019).

4.5 SAÚDE

A comunidade não possuía nenhum posto de atendimento, durante o período estudado, sendo a cidade de Guarapuava o local mais próximo para qualquer tipo de atendimento. Percebe-se, assim, que os depoentes acreditam que “não tinha tanta doença como agora” (FERNANDES, 2019) e as que surgiam eram sempre tratadas com remédios caseiros ou com as opções encontradas nos armazéns.

Amilton Fontana Matoso lembra que quando criança teve bronquite e recebeu cuidados da sua mãe em casa. Quando sua bronquite estava forte, Ida Fontana “molhava o lenço, ensopava de álcool e amarrava no pescoço” do filho para

afrouxar a inflamação. Para Cleuza Meira, que também sofria de bronquite, a única forma que sua mãe encontrou de ajudá-la foi levando-a de trem para tratar na cidade de Rio Azul.

Os chás eram a primeira opção, muitas vezes a única, que a família tinha em Góes Artigas. Maria do Carmo Maia Sabain revela que a comunidade passou por um “surto do sarampo” e que o chá de sabugueiro era a melhor solução.

A criança começava com febre e ficava angustiada com aquele olho vermelho. Eles iam lá no mato, traziam sabugueiro, faziam chá, deixava esfriar e dava para a criança tomar. E resguardava a criança. Quando tomava aquele chá dava uma acalmada na febre porque o chá era quente, daí, acalmava aquela febre. Quando você ia ver a criança estava com aquele grosseirão porque estava o sarampo para dentro e não tinha jeito de sair pra fora. [...] E, daí, se resguardava ali um mês e pouco (SABADIN, 2019).

Pedro Monteiro confirma a eficácia do chá, pois ele e seus três irmãos tiveram sarampo. “Sarei na base de chá de sabugueiro, uma semana tomando um suador, fechado em um quarto” (MONTEIRO, 2019). Sua mãe aproveitava as idas para Guarapuava para comprar remédios para dor de dente e dor de ouvido, se precavendo para uma necessidade futura. Para sua família, “naquele tempo não vendia remédio” (MONTEIRO, 2019).

O costume pelo chá estava relacionado com o cultivo das plantas nas hortas de cada família. Antonio lembra do chá de pau amargo para o estômago. Amilton cita que o chá de mel com hortelã ajudava com a bronquite. Maria Tereza diz que o chá de casca de pau-de-andrade era bom para feridas. E, por fim, Mercedes conta que o chá de endro e o chá de flor de laranja eram opções para tratamento da gripe.

Chá de arruda era bom para ar que, às vezes a pessoa tinha ar, se tremia, se torcia. Era bom chá de arruda, chá de folha de semente de mostarda, a gente moía a semente da mostarda, que era pra ar né. [...] chá de marcela [...] que era bom para diarreia, para vômito, eu sabia de tudo. [...] E as crianças saravam. Por isso, eu digo que hoje em dia, as pessoas não tem paciência de dar o remédio porque o remédio de casa, antes de três dias ela não começa a melhorar não (DA LUZ, 2019).

Para Irene “a crença popular sempre teve, assim, uma força muito grande” na comunidade que morava, pois “você acredita e acontece. Tomava o chá acreditando que ia sarar e sarava mesmo” (DRUCIAKI, 2019).

Quando se tratava de gravidez, a única opção para as famílias era procurar uma parteira. Juvina Viera foi lembrada por todos os entrevistado, “ela que

atendia todo mundo [...] depois que eu cresci, cansei de levar ela, [...] ficava aguardando, até ela atender para daí eu voltar para casa” (MATOSO, 2019). Quando ela não chegava em tempo, as vizinhança ajudava, como foi o caso do irmão de Irene. Enquanto seu pai chamava a parteira, a vizinha “foi ajudar a socorrer” e terminou auxiliando no parto do bebê (DRUCIANKI, 2019). Os nomes de Francisca Dutra, Maria José e Diolinda Maciel Gumiero também foram lembrados como parteiras.

Enquanto isso, Alcebides Viera de Lima, José de Mello, Angeli Barbosa e Emília são citados como curandeiros e benzedeiros da comunidade rural.

Eu lembro que para dor de dente, tinha os curandeiros. Tinha a Dona Emília que eles levavam. Ela dizia assim ‘vou curar tua dor de dente’ e ela fazia uma oração ali e, às vezes, até indicava um chazinho. Tinham outros que curavam susto²⁴ com cera de abelha. Colocava num copo com água em cima da cabeça. E, aí, o pai como ele falou, tinha o Alcebides Vieira, que era um tio da minha mãe, curandeiro (MEIRAb, 2019).

Em casos mais graves, muitas vezes, após a não melhora com os tratamentos caseiros, os moradores se direcionavam para a cidade de Guarapuava para receber atendimento do Dr. Otto Rickli. No início, era necessário viajar pelo trem, mas “muitas vezes, os caminhões das madeireiras traziam o pessoal doente quando era meio grave, né. Se não tinha que vir de trem” (MONTEIRO, 2019). Com a chegada dos veículos menores na região, a filha de Nicolau conta que seu pai e Emiliano Vonijone “faziam a corrida se alguém ficasse doente” (MEIRAb, 2019), pois eram poucas famílias que tinham carro em Góes Artigas.

A cidade de Inácio Martins chegou a ser uma opção de consulta médica apenas mais tarde, sendo citada apenas por Maria do Carmo Maia Sabadin.

4.6 RELIGIÃO

Todos os moradores entrevistados demonstraram que a fé esteve muito presente na comunidade. Antes mesmo da chegada da estrada de ferro, Amilton e Antonio contam que já existia uma igreja em Góes Artigas. Acredita-se se tratar de uma capela já que era “era bem pequenininha [...] antes do cemitério, do lado esquerdo” (MATOSO, 2019) no terreno onde hoje mora Darcy. Desse período, os dois

²⁴Susto era quando se tratava de uma pessoa medrosa, com dificuldade para dormir. Comum com crianças.

comentam que sobrou uma escultura do menino Jesus, que se encontra na igreja Menino Jesus construída posteriormente.

As missas aconteciam aos domingos uma vez por mês, “às vezes até dois meses, três meses”, pois o padre era responsável pelo “município inteiro” (MATOSO, 2019). No início, ele era de Guarapuava e depois passou a ser de Inácio Martins. Irene explica que sentindo a necessidade de manter a fé, a comunidade se reunia para a realização de orações, próximo às nove horas, aos domingos de manhã. Quando ela e sua mãe foram catequistas na comunidade, assumiram algumas responsabilidades, “a gente que arrumava a igreja, que arrumava o altar, que limpava a igreja, que preparava para quando tinha missa” (DRUCIAKI, 2019).

Sebastiana, apesar das poucas palavras, demonstra que sempre foi uma fiel da comunidade. “Ia todos os dias”, mas pelas dificuldades de locomoção, por causa da saúde debilitada, permanece acompanhando missas que são transmitidas pela televisão (FARIAS, 2019).

Para Maria do Carmo Maia Sabadin, a fé não era um momento exclusivo do dia de domingo, mas durante todos os outros dias dentro de sua casa.

Cada um levantava e já fazia o sinal da cruz. E já entregava o dia, que nem agora, a gente continua, né. Daí, na hora do almoço, a gente dizia, nem que fosse lá no meio do mato, ‘obrigado Jesus pelo alimento que nós vamos se alimentar, nós te agradecemos e que nunca falte na mesa de ninguém’. [...] Na casa de noite, a gente rezava. Às vezes, estavam cansados, rezava um Pai Nosso, uma Ave Maria e entregava para Deus, para os anjos porque os anjos estavam presentes na nossa fé (SABADIN, 2019).

Amilton e Mercedes lembram que existia a tradição também de receber a santinha/capelinha em casa, como uma visita especial em cada residência.

Tinha a capelinha, até hoje vem nas casas. Por exemplo, a pessoa traz a capelinha na minha casa e eu já tenho a lista que passa para a outra. Tem sempre alguém da religião que coordena. Rezava o terço. Quase todo dia. [...] E quando vinha a capelinha, nós rezava juntos de joelho. E quando era festa também tinha as novenas, tudo nós participava da igreja, toda vida. Sempre tinha nove novenas (SABADIN, 2019).

A Festa do Menino Jesus, padroeiro da igreja, acontece sempre no mês de Dezembro. Antonio lembra que era vendido churrasco, “que chamava de assado”, e também bebidas. Eram feitos leilões para arrecadar fundos para a paróquia. As comunidades vizinhas prestigiavam a festa, “vinham de carroça, a cavalo e vinha ali de carro, de rural” (PORTELA, 2019), “vinha gente de toda parte, vinha

gente de trem para ir na missa” (MATOSO, 2019).

Apesar de Nicolau ser católico, ele explica que “só ia quando era pra fazer batizado, quando tinha uma festa, uma crisma”, mas sua filha Cleuza demonstra que os momentos na igreja sempre foram uma forma de reunião.

Era um momento de encontro, onde o pessoal se encontrava na missa, daí, conversava antes e depois da missa, aí, assistia a missa, aí a gente tinha os encontros de jovens mais tarde, quando eu cresci. E como o pai falou, [...] eles eram muito de ir nesses dias de festa de igreja. Então, era a única festa que tinha no lugarejo e, então, a gente fazia roupa. Eu lembro, a gente fazia vestido novo. Daí, nessas festas tinha as comunhão das crianças, o dia da comunhão [...] a gente fazia até vestido branco, arranjos para o cabelo (MEIRAb, 2019).

Maria Tereza conta que participava às vezes da tradicional festa, pois a família não tinha uma ligação tão forte com a religião, “nós não tinha nem roupa boa, nem calçado naquele tempo”.

Mercedes foi a única entrevistada a comentar que havia uma outra festa que acontecia no meio do ano, a Festa de Nossa Senhora da Salete.

4.7 LAZER

Por ser tratar de uma comunidade rural, Góes Artigas contava com um grande território de campos verdes, sendo um convite para a imaginação das crianças na época, como era o caso de Amilton. “Nós brincava muito em casa. Nós fazia carrinho de brinquedo, era tão bom. Fazia casinha de vassoura, cobria de mato, fazia até fogo” (MATOSO, 2019).

Maria Tereza conta que também brincou bastante quando criança, diferente de hoje que “qualquer coisinha já brigam”.

Nós brincava de casinha. Tinha grama, bastante. Tinha gramado e nós fazia o quarto, a cozinha, fazia tudo. Fazer a maior casa, era brincadeira de criança né. [...] Pra nós era bonito. Daí, as professoras, lá no campo, eles faziam jogo de correr. Meu primo Mario e a Leoni Rosa, tinham que correr em dois, tinha que colocar um ovo na colher e correr. [...] O primeiro Mário ganhava, ele e a Leoni eram mais rápidos, até na escola ganhavam nota boa (FERNANDES, 2019).

Para Irene, não havia muitas opções em Góes Artigas, “lá não tinha uma piscina, um clube recreativo realmente”. Ela explica que, aos domingos, as pessoas aproveitavam para visitar os vizinhos e “filar a boia” ou, então, tomar um café

da tarde, mas “não tinha aquilo de avisar quando estava chegando” (DRUCIAKI, 2019).

Outra opção aos domingos eram os jogos de futebol no campo da comunidade, que aconteciam esporadicamente. Antonio conta que “era meio ruimzão” para o esporte, mas que adorava assistir. Ele cita Júlio Espiga, esposo da parteira Jovina, como sendo um dos responsáveis pelos jogos. Entretanto, tanto Maria do Carmo como Antonio, comentam sobre o futebol ter uma organização na comunidade com presidente e tesoureiro, mas nenhum nome é citado.

Segundo Pedro, que cresceu jogando futebol, assim que retornou de Ponta Grossa²⁵, ele começou a fazer parte do time regular de Góes Artigas.

Nós não disputava torneio né porque não tinha como. Então, nós jogava. Nós vinha jogar no Guará, em Inácio Martins, no Bettega, ali pela vizinhança ali, né. Era assim, um jogo lá e outro aqui. Então, o costume era esse. [...] Na época eu tinha 16 anos. [...] nós ia jogar lá no outro lugar e davam almoço para a gente. Aí, quando eles vinham para Góes Artigas, nós dava almoço. Matava um cabrito e carne de gado era só quando o trem batia em uma vaca na estrada, se não era galinha, porco e cabrito, né. E era animado, dava uns jogos, assim, que você ficava anunciando de boca a boca, né. Jogo para quinze dias, um mês depois, ficava anunciando e todo mundo ficava esperando o jogo, né. [...] O campo ficava cheio de gente. [...] só não tinha vestiário e tinha que se trocar dentro do mato, né. Tinha um problema do rio do lado, ali. Tinha uma piaçada prática, às vezes o nego chutava a bola meio forte e a bola ia dentro da água, então, corriam lá embaixo, onde tinha um remanso, assim, né. Eles iam correndo e a bola ia descendinho, né. Daí, parava o jogo até vir a bola de novo. Era uma época boa (MONTEIRO, 2019).

Para Sebastiana as partidas de futebol não eram de seu interesse, declarando que prestigiava “às vezes” pois “tinham muitas brigas nos jogos” (FARIAS, 2019).

No caso de Darcy, ele jogou futebol até os 45 anos e, por isso, gostava de acompanhar os jogos aos domingos. Suas lembranças são das torcidas. Ele conta a história de uma moça que chegou a quebrar a sombrinha, “pois era fanática por jogo”. Ela tinha um namorado que participava dos jogos, por isso torcia “pro namorado e tinha uma outra dando em cima dele e ela ficou braba. Batia com força que chegou a quebrar” (GUMIERO, 2019).

²⁵ Pedro Monteiro foi para Ponta Grossa fazer o ginásio, pois já havia concluído o primário em Góes Artigas. O depoente conta que lá percebeu que não gostava de estudar, que o que ele queria era jogar futebol na cidade. Durante as férias, ele visitava a família em Góes Artigas e reafirmava que seguia com os estudos. O entrevistado seguiu com a mentira por mais de um ano, porém, assim que seu pai descobriu, teve que retornar para Góes Artigas de carona com uma caminhão da Indústria *João José Zattar S/A* que estava de passagem por Ponta Grossa.

O marido de Mercedes, o Zezão, também jogava no time. Ela lembra de uma ocasião em que as partidas começaram às sete horas da manhã e seguiram até o período da noite. Como não havia luz na no campo de futebol, os caminhões e os carros “acenderam todas as luzes para os caras jogar”, iluminando o campo “para terminar o jogo” (DA LUZ, 2019).

Quando os jogos não aconteciam, outra opção de lazer eram as festas do Clube Sociedade Recreativa Esperança. “Geralmente, acontecia dois bailes por mês” (PORTELA, 2019). Aos sábados acontecia o baile e, no dia seguinte, a matinê. Segundo Mercedes, o espaço era grande e destinado apenas para realização de eventos e bailes, que em alguns momentos eram embalados pelos seus tios que eram músicos.

Era um imenso de um clube e não cabia, não tinha jeito de dançar. Era só um clube de dança, não era de jogatina e nada, era só de dança. Mas vinha, nossa, os cantores de São Paulo, de Curitiba, de toda parte. A maioria era daqui mesmo. Bailinho de casamento, de aniversário, festa de igreja. Lá no Góes tinha muita gente que tocava e tem até hoje. [...] era meus tios que tocavam. Eu ia com eles e voltava com eles. Eu era a primeira que chegava e a última que saía. [...] Eu tive uma infância muito muito boa. E muito boa minha família que me levava em toda parte, me levavam em festa, em toda parte que iam eles me levavam. A minha tia não gostava, ela era só dez anos mais velha que eu, ela não gostava de ir, mas eu ia com eles. Eu aproveitei. Mas, também, eles diziam ‘nós te levamos em tudo quando é coisa, mas o dia que você fizer uma coisa errado, pode ficar sabendo que nunca mais você vai’ e o medo, né (DA LUZ, 2019).

Os entrevistados contam que, assim como os jogos, os bailes recebiam muitos moradores de comunidades vizinhas. Antonio conta que o clube era sempre movimentado, “vinha gente de Zattarlândia, gente de carro, de caminhão, vinha gente dos Papagaios, de Inácio Martins”.

Tinha muita moça, muito rapaz e vinha gente de fora. Ficava lotado. Daí, quando você entrava no clube, tinha um espaço aqui que era separado com uma areazinha. Daí, lá no fundo, tinha um botequinho. Daí, depois, saía da areazinha, entrava lá para dentro e já era o salão de dança. Do lado esquerdo, tinha um lugar um pouquinho mais alto, onde ficava as mesas, onde ficava as moças sentadas. Ou, quando de repente, achava um namorado, ficava o namorado com a moça, se não o rapaz só podia sentar lá se tivesse uma namorada. Ou, então, a esposa com a esposa. Se não tinha que ficar num banco, tinha uma bancarada [sic] aqui e depois ia lá convidar a moça para dançar (PORTELA, 2019).

Maria do Carmo recorda-se que os bailes de sábado começavam “oito horas da noite e terminava cinco ou seis horas da manhã”. Em um momento, segundo

a entrevistada, ocorreu uma votação para escolha da rainha e sua irmã era uma das candidatas.

Baile no clube era muito movimentado. [...] Essa minha irmã se candidatou a rainha. [...] Vinha de Inácio Martins, a Irene que arrumava isso. [...] Eu me lembro, ela estava com um vestido cor de rosa que eu fiz pra. Ela [...] daí eu tinha feito um pra mim, sabe, e na hora que fizeram a primeira contagem, essa aqui estava na frente. E, daí, quando foi a vez dessa aqui (outra), os pais dela puseram dinheiro para ela ganhar. E eu virei no que é aquele lá, peguei ‘onde que estão que eu mostro quem eu sou’, pisei no vestido e puxei. Sorte que ele era largo, né. [...] Eu mesma pisei numa ponta e puxei o resto, rasguei ele. Digo ‘o que que vocês estão pensando’, daí, a comadre Valtina me tirou de lá. ‘Maria, você está ficando pelada aí perto deles, fica feio’. Eu digo ‘não estou pelada, pois eu tenho roupa por baixo’ (SABADIN, 2019).

Os bailes, muitas vezes, eram embalados ao som de gaita e violão. Das lembranças, Antonio conta que Darcy Gumiero era um gaiteiro. E Nicolau, junto de sua filha, lembra que a esposa era cantora e, também, tocava gaita (acordeon).

Por fim, o clube era mantido através de colaboração de associados de Góes Artigas, mas apenas Darcy comentou ter sido sócio, aos 16 anos.

4.8 SEGURANÇA

Nos apontamentos dos entrevistados, não há nenhuma menção a assaltos ou práticas parecidas. Durante os outros tópicos, apenas algumas brigas foram lembradas, as quais eram comuns em dias de jogos e festas.

Todavia, Darcy conta que durante a construção da estrada em Góes Artigas, os trabalhadores construíram uma espécie de cadeia, uma estrutura pequena em madeira, que funcionava para manter presos indivíduos que fossem considerados perigosos [pelos próprios funcionários]. O lugar, que ficava localizado no terreno de Darcy, era de uso apenas dos feitores da estrada e, logo que a construção da estrada seguiu para Guarapuava, foi abandonada e não teve mais uso.

Posteriormente, como forma de conter qualquer enfrentamento, surgiram os responsáveis pela segurança da comunidade, conhecidos como inspetores. Existia o inspetor policial e o inspetor municipal. O primeiro estava responsável por apaziguar as brigas e desentendimentos na comunidade e o segundo era encarregado de resolver questões de criação e agricultura/plantação, como danos na roça.

Nicolau e Darcy foram inspetores no mesmo período. Eles contam que “quando não se resolvia em casa, mandava para Inácio” (GUMIERO, 2019), sendo

que em algumas situações, Nicolau chegou a ligar para a delegacia para que viessem até Góes Artigas. Outros dois inspetores citados foram Ermínio Maia da Silva e Euclides Matoso de Oliveira.

Lá tinha vários, meu tio foi muitos anos lá né, o Euclides Matoso. Ele foi muitas vezes. [...] Na época dava essas confusão de bêbado no jogo de futebol. Os caras bebiam e depois se desentendiam lá. Às vezes no clube, às vezes no fim do baile, começavam a se empurrar. Festa era só bebedeira. Mas de maneira geral era seguro. Não havia homicídio, não tinha roubo, não tinha nada. Tinha muito respeito, né. Respeitavam família. Respeitavam tudo, né. Hoje Góes Artigas do jeito que está lá, aquela quantidade de gente é muito pequena que está lá, acontece muito mais coisa hoje do que antigamente que era bastante gente (MONTEIRO, 2019).

Durante sua adolescência, Mercedes conta ter visto apenas uma briga na comunidade. Seu tio tentou apartar uma briga de faca no baile. Após conversar e pegar o objeto cortante do rapaz, sua mãe foi tomar a faca, pensando que era do tio e acabou cortando a mão do irmão, “mas não era ele que estava brigando” (DA LUZ, 2016).

Sobre essas lembranças, Irene questiona se o cargo de inspetor não era “mais uma lenda”, pois não se recorda da atuação de nenhum deles. Para ela, em Góes Artigas eram “os moradores mesmo que faziam, sabe. Se dois entravam no tapa, tinha três para segurar” (DRUCIAKI, 2019).

4.9 POLÍTICA

A maioria dos depoentes não soube falar com clareza sobre a temática em Góes Artigas. Acredita-se que seja por causa das mudanças políticas e geográficas que a região passou, no período em que a comunidade rural pertenceu a Guarapuava e, posteriormente, quando passou para o município de Inácio Martins (com a sua emancipação em 1960).

Contudo, alguns nomes foram citados, como: Euclides Matoso de Oliveira (pai de Amilton), Irene Druciaki (entrevistada), Darcy Gumiero (entrevistado) e Valtina Vieira de Meira (esposa de Nicolau). Os quatro foram vereadores em Inácio Martins e responsáveis por melhoria na comunidade rural.

Irene Druciaki sempre esteve envolvida com política partidária, tanto que conta com maestria seus trabalhos na Secretaria de Saúde, de Educação, de “Ação Social” (assistência social). Uma paixão que surgiu aos 17 anos, quando se

candidatou a vereadora de Inácio Martins.

Por incrível que te pareça, eu fui convidada para ser candidata a vereadora. Eu achei muito engraçado e divertido porque eu seria a única moça na época a ser convidada. Eu topei. [...] Eu achava que todo mundo que dizia que ia votar em mim, votaria realmente. 'Ledo engano' né, aprendi no tranco. [...] Eu me elegi em último lugar, mas me elegi. Eu fiquei tão magoada e tão bronqueada [sic], que durante esse período dali para adiante, eu fui desenvolvendo trabalhos junto com as comunidades. Eu fui me envolvendo até os últimos fios de cabelo. E nesse período, fui designada a trabalhar na inspetoria estadual do ensino, que era a Dona Zilda (Andrade) Conrado, que era a inspetora na época. Eu auxiliava ela porque ela dava conta das escolas estaduais e municipais de todo o ensino (DRUCIAKI, 2019).

A entrevistada conta que viu na sua primeira gestão (1970-1973) uma oportunidade de fazer a diferença para aquelas pessoas. A evidência de que o seu trabalho foi positivo apareceu nas eleições seguintes.

Neste período, eu tive um entrosamento muito grande com os professores do interior e tudo mais. E quando chegou a época da próxima eleição, eu me desentendi com a administração atual. Fechou o tempo! Se hoje eu já não sou fácil de lidar, aquele tempo eu era a pimenta malagueta em pessoa. [...] Na época era Arena e MDB. Eu formei a Arena II, já que tinha a Arena I, eu formei a Arena II. Para não fazer parte da panelinha do prefeito na época (Manoel Felipe Rodrigues Moraes). [...] E nesse grupo, eu tive o apoio de uma infinidade de pessoas que estavam desgostosas com a administração da época e fui eleita a mais votada [...]. Nessa época, tínhamos 1800 eleitores aproximadamente [...] e eu sozinha peguei 563 votos (DRUCIAKI, 2019).

Segundo Irene, ela foi a “primeira mulher no Oeste do Paraná [...] a se eleger num mandato eletivo” (DRUCIAKI, 2019). Ainda na sua primeira gestão, o pai de Amilton Matoso também foi eleito vereador. Nas eleições seguintes, Amilton conta que Euclides Matoso de Oliveira se candidatou como vice prefeito do candidato Emílio Turra. O slogan de campanha era “do voto de vocês depende o desenvolvimento do município, mais escolas, estradas, assistência para saúde, agricultura, pecuária, indústria e comércio”, mas acabaram perdendo para o candidato Pedro Bazia.

Após uma década, precisamente no ano de 1983, a comunidade voltou a ter representantes na câmara de vereadores de Inácio Martins. Darcy Gumiero explica que após ser inspetor da comunidade, pensando no desenvolvimento de Góes Artigas, decidiu candidatar-se a vereador pelo Partido Democrático Social (PDS). “Para mim foi bom, ganhava mais ou menos e ficamos seis anos. O que hoje tem em Góes é tudo requerimento meu. Tem uma pilha de requerimento guardado” (GUMIERO, 2019). O entrevistado destaca que a construção da escola Menino Jesus

em alvenaria, a eletricidade na comunidade e a recente chegada do posto de saúde foram frutos do seu trabalho durante as gestões que duraram de 1983 até 1988.

Segundo ele, Valtina Vieira de Meira foi responsável pela conquista de uma quadra de esporte, “dela que apareceu essa ‘cancha’ [sic] aí, só que não saiu naquela época, depois com o tempo que saiu” (GUMIERO, 2019). Ela foi vereadora pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) durante o mesmo período que Darcy. Sua filha explica que a mãe apresentou “vários projetos para a localidade de Góes Artigas. [...] de energia elétrica, asfalto, saneamento básico” e que todos foram efetuados (MEIRAb, 2019). A construção “da quadra de futebol e vôlei”, citada por Darcy, sua família explica que ela doou o “terreno para construção” (MEIRAb, 2019).

4.10 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

A chegada da estação ferroviária a Góes Artigas foi um marco para a comunidade. Agora aquela região fazia parte da rota ferroviária do Paraná. A importância disso é possível ser notada na emoção de cada um dos entrevistados ao falar sobre o tema.

Em setembro de 1945, deu-se a inauguração da estrada de ferro, reunindo figuras políticas como o prefeito de Guarapuava, Antonio Lustosa de Oliveira, e o superintendente da rede, Coronel Durival Brito e Silva. Segundo Sebastiana, “tinha muita gente”, pois era uma celebração diferente que estava acontecendo, uma festa. Maria Tereza Darczyk Fernandes diz ter participado também desse dia, sua avó a teria levado para assistir quando tinha cinco anos, mas reforça não lembrar desse momento específico. Suas lembranças giram em torno de uma época mais recente, das viagens que fez com sua cunhada para Inácio Martins.

A passagem do trem de passageiros se dava em dois momentos na comunidade. Durante a manhã, o trem “passava em Góes sete horas da manhã” (PORTELA, 2019) ou, então, “chegava oito horas lá” (SABADIN, 2019). Após isso, o meio de transporte retornava apenas “de tarde, o trem passava às sete horas, voltando” (PORTELA, 2019).

Para muitos, o trem virou atração, principalmente, aos finais de semana. Pedro explica que aqueles que não estavam trabalhando, aproveitavam para apreciar a passagem do trem pela comunidade.

Ali era um atrativo a passagem do trem, né. Quando o trem vinha de manhã, aqueles que não estavam trabalhando iam lá ver o trem passar. O trem chegava, parava um pouco, manobrava os vagão ali. Eles iam levando, depois que ia para frente, né. Depois que ia só até Góes, que eu lembro, o trem virava a volta. Tinha lá no fundo um triângulo que ele ia lá, virava a máquina e voltava. Depois que veio pra frente [para Guarapuava], aí tinha três linhas na estação. Uma pro carregamento de madeira, [...], outra uma linha onde eles colocavam os vagões vazios ou carregados e a primeira linha que era por onde o trem passava. E tinha um controle né, sempre tinha os trens de carga porque tinha muito vagão de madeira. Vinha trem de carga com vagões vazios. Deixava os vazios e levava os carregados (MONTEIRO, 2019).

Nota-se que nem todos os depoentes tiveram a oportunidade de andar de maria fumaça. Antonio acredita que assim que chegou em Góes Artigas, em 1959, não demorou muito para a chegada das máquinas a diesel. “Lembro quando chegou a primeira máquina, [...] nós fomos lá no morro para ver a máquina chegar, a máquina nova. Foi em 1960, se não me engano” (PORTELA, 2019).

Os vagões eram parecidos, tanto a maria fumaça quanto o outro trem. A maria fumaça que era mais devagar, né. Então, ali no Góes tinha, cada estação tinha uma caixa d’água como ali em Góes tem, né. Caixa d’água que vinha água lá do rio, que abastecia a máquina. Também tinha muita lenha ali para abastecer [...] que era tocado a lenha, né, a fogo. Depois veio outras máquinas e o trem andava mais rápido daí (PORTELA, 2019).

Irene foi uma das depoentes que conseguiu passar por essa experiência, relatando com entusiasmo os momentos que compartilhou com sua mãe, nas viagens até a cidade de Irati.

Eu andei de Maria Fumaça por muitas vezes. Eu ia com a minha mãe para Irati quando ela ia visitar a mulher onde ela trabalhou durante um bom tempo. Eu amava aquelas viagens, a gente saía, meu Deus do céu, cedo acho que oito horas lá de Góes Artigas e ia chegar lá pelas duas ou três da tarde em Irati. A mãe fazia aqueles pãozinho com requeijão, fazia aqueles encapotados²⁶ de galinha. Meu Deus! Que coisa bem boa. Então, a gente ia comendo a viagem inteira e até hoje eu não perdi o hábito de comer nas viagens. Eu adoro ter no carro coisa para ir comendo durante a viagem. Então, depois vieram as famosas máquinas de óleo cru [diesel] que eles chamavam né, que eu tenho muitas lembranças (DRUCIAKI, 2019).

Para Maria do Carmo, que conheceu os dois modelos, a passagem do trem era a oportunidade de vender algumas das frutas que ela colhia no terreno da sua casa. “Nós tinha muita fruta [...] eu enchia umas caixas de maçã e de pêssego. E de manhã eu ia vender na estação” (SABADIN, 2019). Além disso, o trem passou a

²⁶Segundo Antonio Acir Portela, encapotado era um bolo grande com pedaços de carne. “A gente comprava e era uma surpresa, às vezes podia ser até uma costela de galinha”. (PORTELA, 2018).

ser para Maria a oportunidade de viajar e conhecer outros municípios, como Guarapuava, Rio Azul e União da Vitória. “Tinha o carro [trem] de primeira que era o banco estofado e tinha os de segunda que era de madeira” (SABADIN, 2019), sendo a única diferença entre os dois tipos de vagões, além do valor da passagem²⁷.

Como as viagens eram longas, havia um banheiro dentro dos vagões. O sanitário ficava de um lado e do outro “tinha um lugar onde tinha água” (DRUCIAKI, 2019) para a higienização das mãos, mas que Irene se recorda como sendo algo “horrível”.

Durante as viagens, Irene, Antonio e Maria do Carmo lembram de um vendedor, uma espécie de “jornaleiro” (SABADIN, 2019), que vendia revistas, balas, chocolates, maçã, refrigerante e bebidas alcóolicas para os passageiros.

Sebastiana concorda que era bom andar de trem, mas que gostava de andar de ônibus também. Suas respostas vieram acompanhadas de uma tristeza pelo seu estado de saúde, afinal “agora nem sair de casa mais eu posso” (FARIAS, 2019).

Na estação de Góes Artigas, duas mulheres foram lembradas pelos depoentes. A primeira foi Cibila Eslongo, a única vendedora de lanches e café da estação. “Toda hora que o trem chegava, ela ia lá com as coisinhas dela para vender. Sonhos deliciosos, uns pãozinhos maravilhosos, suspiro que nunca mais comi igual” (DRUCIAKI, 2019). Pedro, Antonio e Mercedes também lembram como ela era caprichosa.

Ela fazia pãozinho. Ela fazia sonho. Ela fazia suspiro e cuca, bolo, pão de ló, bolacha. Ela tinha uma mesa na estação que ela deixava guardada, aonde abria ali para comprar as passagens. Então, aquela mesa ficava ali. [...] Aquele café dela [ela] levava nas chaleiras pois não existia garrafa térmica, né. Aquelas chaleiras velhas, desse tamanho, e levava assim. Ela tinha uns baldes velhos assim, que ela colocava metade, assim, de cinza e brasa por cima, para pôr as chaleiras para o café não esfriar. Mas vendia, não ficava nada na mesa dela. Ela muito bem feito (DA LUZ, 2019).

A segunda mulher lembrada é Alice, que por coincidência também vendia lanches na estação de Góes Artigas. Essa lembrança é de Amilton e Cleuza, ambos chegaram após 1960 na comunidade. Assim, entende-se que Alice veio a assumir esse trabalho posteriormente e não com o início da estação. “Eu lembro que a Dona Alice, que era nossa vizinha, [...] ela levava uma mesa, sonhos, cafezinho e

²⁷ Nenhum dos dez entrevistados conseguiu lembrar o valor da passagem, mas todos comentaram ser um preço acessível. “Era menos que a passagem de ônibus” (MEIRAb, 2019).

se instalava” (MEIRAb, 2019) e “quando o pessoal desembarcava, tomava um cafezinho, fazia um lanche” (MATOSO, 2019).

Os depoentes tiveram dificuldade de lembrar dos agentes que passaram pela estação nesse primeiro momento. Darcy comenta que “trocava a cada passo” os funcionários na região, mas tanto Pedro como Maria lembraram de um dos primeiros chefes da estação, Enedino Gonzaga. Outro agente lembrado foi seu Paulo, também chefe da estação. O funcionário, que era freguês de Nicolau, “viciado em cigarro” (MEIRAA, 2019), se suicidou dentro das edificações da estação. Amilton comenta que “ele se enforcou no trinco da porta” (MATOSO, 2019). Nicolau e a filha não souberam afirmar se era um “raminho”, como um galho, ou se foi com uma cinta, mas Cleuza afirmou que tinha nove anos quando isso aconteceu, sendo em 1976. Foi algo que assustou todo o distrito de Góes Artigas.

Os apontamentos gerados pelos depoentes a partir das temáticas propostas pelo pesquisador geraram as narrativas acima relacionados sobre a comunidade de Góes Artigas. Na segunda fase da entrevista, novas memórias surgiram, com o auxílio dos 13 registros imagéticos apresentados aos selecionados, e são apontadas no próximo capítulo.

5 ANÁLISE DAS IMAGENS E RESULTADO DA APLICAÇÃO DO GATILHO DA MEMÓRIA

A seleção e análise das treze imagens seguiu os apontamentos de Erwin Panofsky (2009) e Boris Kossoy (2001 e 2016). A partir dos preceitos teóricos desses autores, foi feita a análise iconográfica e a interpretação iconológica das fotografias, com o propósito de buscar nas imagens o seu “significado intrínseco ou conteúdo” (PANOFSKY, 2009).

A iconografia é definida por meio dos elementos encontrados na fotografia, o detalhamento do conteúdo apresentado na imagem, situando-se “ao nível da descrição, e não da interpretação” (KOSSOY, 2001, p. 95). Enquanto isso, Panofsky e Kossoy propõem também uma interpretação iconológica do registro fotografado, o que sugere buscar o significado do que é invisível a olho nu, ir além dos seus códigos iconográficos.

Será somente através da sensibilidade, do constante esforço de compreensão dos documentos e do conhecimento multidisciplinar do momento histórico fragmentariamente retratado que poderemos ultrapassar o plano iconográfico: o outro lado da imagem, além do registro fotográfico. Poderemos quiça decifrar olhares e gestos, compreender o entorno, decifrar o ausente. Na tentativa de ‘descongelarmos’ o documento poderemos, talvez, devolver aos cenários e personagens sua *anima*, ainda que seja por um instante. Poderemos, por fim, intuir sobre seus significados ocultos. O imaterial, que afinal é o que dá sentido à vida que se busca resgatar e compreender, pertence ao domínio da imaginação e dos sentimentos (KOSSOY, 2016, p. 134).

Apontada a diferença entre iconografia e iconologia, Kossoy (2016, p. 47-48) fala dos processos de construções de realidade, nos quais há a “primeira” e “segunda realidade” da fotografia. A primeira diz respeito à realidade do assunto, o momento fixo tal como era, considerando o seu contexto espacial e temporal. A segunda é a do documento fotográfico, o momento da primeira congelado em um artefato que traz as referências e lembranças pessoais de cada observador (KOSSOY, 2001, p. 152).

Assim, tais apontamentos somam para auxiliar na decodificação dos elementos dos registros selecionados e, também, nas inquietações do pesquisador que o instigam a querer saber o que está “por trás” dessas imagens. Além disso, as considerações dos dois autores foram essenciais para outras pesquisas desenvolvidas que também fazem uso da aplicação da proposta metodológica da

fotografia como disparadora do gatilho da memória, como nos trabalhos de Teixeira (2013), Kaster (2017) e Moccelin (2018).

Os registros foram selecionados conforme os apontamentos de Hoffmann (2010) sobre a organização de um portfólio único e apresentação aos entrevistados, levando em consideração “lugares de vivência, nos quais o sujeito se reconhece como parte integrante da cidade” (HOFFMANN, 2011 apud TEIXEIRA, 2013, p. 78). Assim, buscou-se lugares representativos, como igreja, escolas, a estação e festas, lugares de pertencimento dos entrevistados.

A seguir, as treze fotografias selecionadas para compor o portfólio da pesquisa.

Figura 23 – Mosaico de fotos apresentado aos entrevistados





Fonte: Elaborado pelo pesquisador. Data: 2019

As imagens foram apresentadas aos depoentes uma a uma, seguindo a ordem cronológica que pode ser conferida no mosaico (Figura 22). A maioria das

fotografias são lembranças de arquivos familiares e representam diferentes momentos na comunidade de Góes Artigas à época. As cinco primeiras fotos fazem parte do universo da estação ferroviária. As três seguintes mostram parte da comunidade. As imagens 9 (Figura 31), 10 (Figura 32) e 11 (Figura 33) dialogam sobre religião e festividades. E, por fim, as duas últimas destacam as atividades no universo escolar. Percebe-se então que todas estão relacionadas aos tópicos destacadas no primeiro momento da entrevista e que estão narrados no capítulo anterior (Capítulo 4).

É importante destacar que não há comentários dos dez personagens, apenas os fragmentos mais significativos são destacados pelo pesquisador, visto que alguns são repetitivos e outros não são desenvolvidos pelos personagens.

5.1 IMAGEM UM

O primeiro registro fotográfico foi tomado na estação ferroviária de Góes Artigas. Assim como a maioria das outras imagens, não se sabe sua origem. Ela foi encontrada pelo pesquisador em uma rede social, na página “Guarapuava – Histórica”, identificada como “Estação ferroviária Góes Artigas década de 60” com mais de 230 compartilhamentos.

A imagem mostra parte da estação com o letreiro que identificava a estrutura em alvenaria. Um número grande de indivíduos está em cima da plataforma, em frente à Maria Fumaça, que é identificada pelas janelas e a parte superior da locomotiva a vapor. Há indícios de que o movimento se daria pelo embarque e desembarque dos passageiros naquele trecho. É possível notar também quatro cavalos no retrato e, ao fundo, um morro com arbustos e pequenas árvores.

Figura 24 – Imagem um: Estação Ferroviária de Góes Artigas I



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Página Guarapuava – Histórica – www.facebook.com/antigaguaruava

As primeiras percepções dos entrevistados foram tentativas frustradas de identificação dos indivíduos que compõem a imagem, mesmo que isso não tenha sido solicitado em nenhum momento. “Não estou conhecendo ninguém aqui”, comenta Pedro Monteiro demonstrando certa insegurança. Mesmo assim, um sinal de entusiasmo aparece ao lembrar que “vivia dentro da estação”, afirmando que o momento retratado era a chegada do trem na comunidade.

Provavelmente era de manhã que o trem estava passando aqui. Por essa quantidade de gente, uma parte era morador da vila né, para ver gente viajando no trem também, daí, chegava aí. Sempre enchia de gente a plataforma aqui, a plataforma era um pedaço dele [da plataforma] para cá e outro para lá. [...] Uns esperando para viajar e outros curiosos. Olha os vagões aí. Eram dois vagões de passageiro. Dois vagões de passageiro e um vagão era o bagageiro (MONTEIRO, 2019).

No início, Amilton Fontana Matoso se confundiu ao afirmar que não havia nascido na época do registro porque a foto era “da década de 60”, talvez pela sua popularização na internet. Entretanto, o entrevistado reorganizou seu discurso em seguida. “Essa foto foi em 1960, eu acho, mas quando eu tinha uns sete ou oito anos, que a estação era assim, era desse tipo o movimento” (MATOSO, 2019). Essa movimentação que o entrevistado cita diz respeito a popularização do serviço de locomoção não apenas pelos moradores de Góes Artigas, mas pelas comunidades vizinhas, que com o transporte ferroviário conseguiam ter acesso a alguns serviços nas cidades de Guarapuava, Inácio Martins, Irati e Ponta Grossa.

Kossoy (2010, p. 115) explica que as imagens sempre “permitirão uma leitura plural”, variando conforme a interpretação de cada indivíduo sobre o assunto registrado, como é o caso da Maria do Carmo Maia Sabadin. Ela alerta, logo ao pegar a primeira imagem em mãos, “eu não estou muito boa da vista porque estou esperando uma cirurgia de catarata” (SABADIN, 2019). Ao ser questionada sobre a imagem um do portfólio, ela diz se tratar de uma comemoração da independência do Brasil, confundindo provavelmente com a imagem três (que é muito conhecida entre todos os entrevistados). Afinal, nessas datas comemorativas a estação ferroviária era um local de encontro de toda a comunidade.

A imagem fotográfica ainda desencadeia em Maria suas lembranças de quando adorava “bater peteca” nos terrenos em frente à casa de Emiliano Vonijone aos domingos. Ela conta que “quando estava quase na hora [do trem passar], a gente escutava ele apitar lá na volta grande [...] nós ‘ia’ para a estação para ver quem descia de trem” (SABADIN, 2019). Esse discurso de que a passagem do trem era como uma tradição é constantemente compartilhado pelos depoentes. Hoffmann (2015) afirma que essas reminiscências identificam uma ligação entre o indivíduo e aquele lugar de pertencimento.

Seja através das lembranças de um acontecimento da cidade ou da residência em que vivemos e fomos criados no passado, reavivadas por meio da imagem visual (a fotografia) e do depoimento oral, é possível identificar a relação do homem com o lugar de vivência, o sentimento de pertencimento e o afeto pelo lugar, importantes na constituição da identidade. Memórias evocadas por imagens do passado, que operaram e ainda operam de forma definitiva na construção da identidade de si e do outro (HOFFMANN, 2015, p. 61).

Irene Druciaki também reforça a ideia de que o trem era uma atração, “o divertimento” em Góes Artigas. “A chegada do trem era um acontecimento. Eu te disse que lá não havia diversão nenhuma. Ver o trem era tudo de bom”, comenta a depoente ao observar a fotografia. Com bom humor, ela explica que “não tinham táxis, tinham cavalos” e que a maioria desses era o meio de transporte de muitas famílias (principalmente das outras comunidades), “que deixavam os cavalos na casa dos vizinhos e pegavam o trem” (DRUCIAKI, 2019). Além disso, ela foi a única a apontar para a pequena janela no meio da estação, explicando que ali era um banheiro a disposição dos funcionários e passageiros.

Olhando para a imagem um, Mercedes Rosa da Luz se questiona se o pequeno risco branco horizontal ao lado da estação (no lado esquerdo) era a mesa

utilizada pela Cibila para vender seus salgados, doces e café. A entrevistada conta que não conheceu toda a estação por dentro e que suas lembranças eram dos poucos locais que ela tinha acesso como passageira.

A gente lembra nas partes que a gente entrava, né. Tinha as partes onde ficavam as pessoas que trabalhavam lá. A gente só entrava no portão da frente [...]. Eles abriam o portão quando era hora de comprar passagem. A gente entrava e sentava nos bancos lá. Tinha uma janelinha lá dentro que ficava o agente de estação vendendo [as passagens] (DA LUZ, 2019).

Apesar de os depoentes demonstrarem conhecimento da foto, por sua viralização na internet, Maria Tereza Darczyk Fernandes foi a única que demonstrou estar surpresa com a imagem, como se a visse pela primeira vez. Tanto que questionou repetidas vezes o pesquisador sobre como era possível alguém ter registrado esse momento naquele tempo.

5.2 IMAGEM DOIS

O segundo registro é uma fotografia da Maria Fumaça que era atração na comunidade todos os dias. A sua descoberta se deu pela Casa da Cultura, responsável pela divulgação das atividades culturais de Góes Artigas. O registro é identificado apenas como “Maria Fumaça”, sendo de autoria desconhecida.

No canto esquerdo superior percebe-se um ponto com árvores e, entre elas, uma araucária, que destaca-se pela sua altura. Ainda é possível identificar quatro indivíduos homens, todos com calças sociais, camisas e com um chapéu, conhecido como quepe, apetrecho comum entre funcionários da ferrovia, o que indica que os quatro homens eram funcionários da rede, assim como suspeita Amilton Matoso.

Sim, eles trabalhavam. Pelo boné [quepe] todos trabalhavam. Aqui deve ser o agente de estação, esse deve ser o maquinista, o auxiliar, tinha o manobrista. O manobrista virava a chave para o trem ir para um lado e para o outro. Carregava vagão, descarregava, desengatava vagão (MATOSO, 2019).

Figura 25 – Imagem dois: Maria fumaça e trabalhadores

Foto: Autor desconhecido

Fonte: Acervo fotográfico da Casa da Cultura de Góes Artigas

Tanto Irene Druciaki quanto Acir Portela alegam que o terceiro rapaz, da esquerda para a direita, que está com óculos escuros, era o agente da estação, João Polzin, responsável pela coordenação da circulação de trens, controle de pátios e relatórios operacionais. Lembrança a qual não havia sido compartilhada no primeiro momento da entrevista, momento em que nenhum dos entrevistados citaram o nome do agente. “Esse aqui é o sogro do meu irmão, o seu João Polzin [...], esse aqui era o chefe da estação. Tinha o boné [quepe] vermelho” (DRUCIAKI, 2019).

A imagem é creditada como parte do arquivo pessoal de “Mara Rosana Polzin Druciaki”. Durante o período de pesquisa, o pesquisador não conseguiu agendar uma entrevista presencial, mas confirmou, por meio de ligações telefônicas, que Mara era filha do agente. Conforme seu relato²⁸, seu pai (João Bastos Polzin) trabalhou de 1º de março de 1954 até 5 de maio de 1975 na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), passando pelas estações²⁹ de Joaquim Mortinho,

²⁸ Em seu depoimento via telefone, Mara destaca algumas particularidades durante esse período. Lembra do quepe vermelho do pai que a família ainda guarda e, também, das vezes que ele vendia passagem na estação de trem. Esse era o lugar preferido dela e dos irmãos para brincarem. A sua lembrança da Maria Fumaça é de que “parecia um monstro” por causa do barulho quando chegava e da fumaça que saía da locomotiva. Ademais, ela lembra de forma divertida de um senhor (Afonso) que tinha a função de varrer a plataforma do trem, mas que não gostava da específica tarefa. Assim, ele frequentemente oferecia o serviço para as crianças e, em troca, pagava com uma moeda. E como toda criança, Mara usava o “pagamento” para comprar doces na mercearia da comunidade.

²⁹ Ver Figura 7.

Governador Ribas, Engenheiro Gutierrez, Afonso Camargo, Góes Artigas (1960), Guarapuava e Engenheiro João Passos.

Para os dois entrevistados que reconhecem o agente, a foto data o período entre 1960 e 1970. No caso de Acir, sua lembrança se relaciona com o período em que estudou telegrafia na estação ferroviária. “Ele e o Padú que me ensinaram telegrafia. Esse homem aqui era gente fina, muito gente boa. Os outros acho que eram maquinistas” (PORTELA, 2019). João Polzin aposentou-se em 1985 e faleceu aos 76 anos em Guarapuava.

No caso de Pedro Monteiro, ao reconhecer a Maria Fumaça, sua atenção é direcionada para a grandiosidade da locomotiva, destacando que os indivíduos deveriam ser “gente da estação por causa do traje deles aqui. Eram sempre mais bem arrumadinhos assim” (MONTEIRO, 2019). Outro ponto que o entrevistado levanta é que alguém poderia ser o maquinista e, também, o foguista, funcionário encarregado de cuidar da caldeira do trem.

Mercedes Rosa da Luz, não reconhecendo ninguém, lembra que a estação ferroviária era um local para os casais se encontrarem. “No domingo, na estação, sempre enchia de namorado na estação. Enchia de namorado por causa que, daí, tinha sombra né, para não ficar no sol”, justificando que em Góes Artigas não havia um local para um encontro romântico.

Assim, o objetivo de reorganizar memórias e reformular narrativas a partir das imagens, nesta pesquisa, evidencia que o registro fotográfico é valorizado como instrumento e documento de pesquisa, conforme apresentado por Hoffmann (2010). Mesmo se tratando apenas da parte visual da história, sendo registrada no papel fotográfico, ela funciona como disparadora do gatilho da memória indo além e trazendo contribuições de fatos externos a ela, como Mercedes que lembra da estação como um local para namorar.

5.3 IMAGEM TRÊS

Apresentada aos depoentes como terceira fotografia³⁰ do portfólio, o registro apresenta uma festividade que celebra a independência do Brasil. Percebe-

³⁰Essa fotografia faz parte do artigo *Revisitação Fotográfica em Góes Artigas no Paraná: a fotografia como lembrança de duas épocas*, publicado e apresentado pelo pesquisador no 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em setembro de 2019, em Belém.

se a importância dada ao local (estação ferroviária) pela reunião de pessoas na ocasião. Em primeiro plano, é possível identificar crianças enfileiradas e duas bandeiras do Brasil ao fundo. Há ainda observadores acompanhando o evento na plataforma da estação. No canto do edifício, um letreiro com fontes em caixa alta identifica o local: Góes Artigas.

Pode se considerar que seja um dos registros fotográficos mais populares, assim como a imagem seis, entre as memórias de Góes Artigas, sendo reconhecido por todos os personagens que participaram da segunda parte da aplicação metodológica deste trabalho. Os entrevistados se identificam com a estação ferroviária e as festividades que aconteciam naquele determinado ponto. “A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (THOMPSON, 1992, p.25).

Além do mais, essa imagem fotográfica é muito compartilhada por antigos moradores nas redes sociais, sendo o gatilho para o pesquisador desenvolver este trabalho. O registro faz parte do acervo da Casa da Cultura de Góes Artigas e leva o título de “Estação Ferroviária de Góes Artigas”, de 1964, cedido também por Mara Polzin.

Figura 26 – Imagem três: Estação Ferroviária de Góes Artigas II

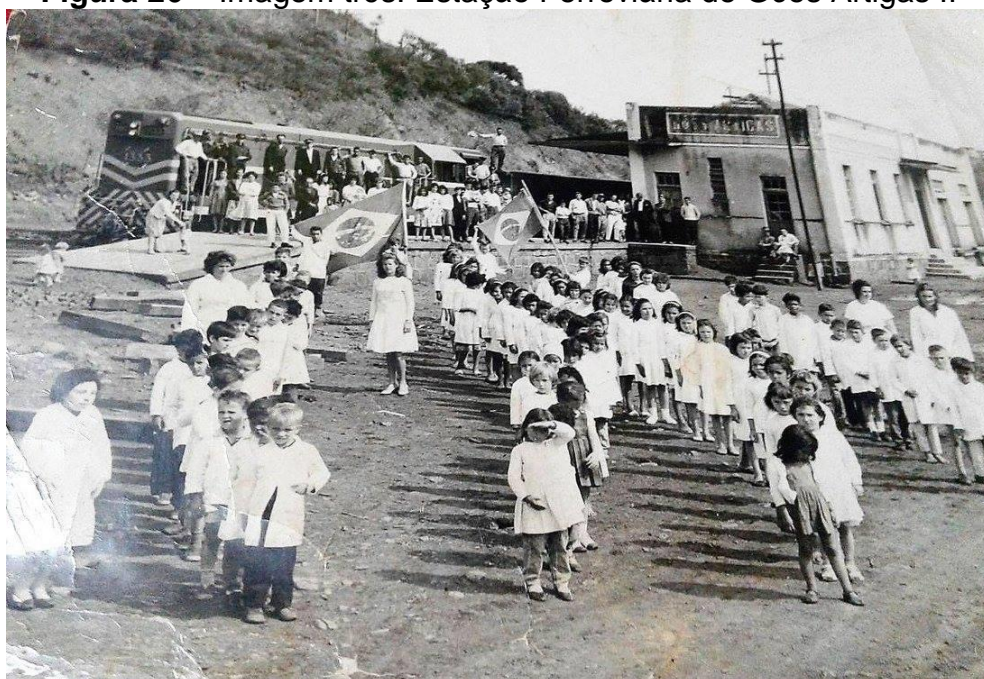


Foto: Autor desconhecido

Fonte: Acervo fotográfico da Casa da Cultura de Góes Artigas

Os entrevistados confirmam a festividade da data, um 7 de setembro, momento que reunia as duas escolas da comunidade rural de Góes Artigas (Escola Isolada de Góes Artigas e Escola Menino Jesus). Cada escola saía com seu grupo desfilando até a estação ferroviária, que funcionava como ponto de encontro para hastear a bandeira do Brasil. Mercedes Rosa da Luz (2019) lembra que não era apenas cantado o hino, outras atividades também aconteciam. “As crianças todas faziam poesia, declamavam, cantavam. Tinha dois ou três alunos que cantavam. Então, iam [todos] assistir. Está até os maquinistas aqui” (DA LUZ, 2019).

As duas professoras que foram lembradas no primeiro momento da metodologia ganham vida através da imagem fotográfica, sendo reconhecidas pela maioria dos entrevistados. A primeira é Ida Matoso Fontana que está no canto direito, ao lado da primeira fileira da direita para a esquerda, no caso, a primeira mulher que aparece cuidando das crianças. Mãe de Amilton Fontana Matoso, ela foi professora e responsável pela Escola Isolada de Góes Artigas.

A segunda é Nair Bastos Druciaki que está no canto esquerdo, ao lado da primeira fileira da esquerda para a direita, quase no final da fila de alunos. Mãe de Irene Druciaki, foi professora da Escola Menino Jesus, a primeira escola criada em Góes Artigas. Duas mulheres que constantemente aparecem nas lembranças dos entrevistados, considerando que muitos eventos na comunidade aconteciam por intermédio de ações desenvolvidas pelas duas escolas.

A entrevistada Irene Druciaki se reconhece na foto. “Eu não era professora, estou aqui só de enxada” (DRUCIAKI, 2019), sendo a menina entre a primeira e segunda fileira, da esquerda para a direita, em frente a bandeira. Observação que é apontada também por Amilton, Mercedes e Antonio.

Essa aqui é super minha conhecida, até eu estou aqui. Essa aqui é a Terezinha, foi uma professora. [...] Era um desfile de 7 de setembro. Vinham marchando desde lá [da escola], vinha da escola daqui e ia a escola de lá e se encontravam na estação. Cantavam o hino nacional. Nossa, era um evento. Lotava de gente para assistir (DRUCIAKI, 2019).

O que chama atenção é a “Terezinha” que não havia sido lembrada até o momento, mas que passa a ser reconhecida a partir do auxílio imagético por cinco dos entrevistados. Sua localização se encontra no canto esquerdo inferior, ao lado da primeira fileira de alunos. Antonio Acir Portela conta que ela era sua prima, filha de Ismael Portela, sendo professora durante anos, na Escola Menino Jesus.

Mercedes Rosa da Luz levou um período para reconhecê-la e se perguntou algumas vezes “quem é essa daqui, meu Deus?”. Curiosamente, ela havia sido a única depoente a comentar sobre uma educadora no primeiro momento da metodologia, alegando que uma professora “comia terra” e que os alunos tinham um sentimento de carinho por ela.

Essa relação de aproximação e reconhecimento dos entrevistados com pessoas presentes nas imagens cria uma sensação de pertencimento, pois mostra o desejo de sentir-se inserido na história e nos momentos guardados pela comunidade. Cada rosto reconhecido é um motivo de comemoração, assim como Mercedes ao demonstrar entusiasmo com a professora Terezinha. E isso se repete em todas as outras fotografias com elementos humanos, há uma inquietação dos entrevistados para identificar por nomes as pessoas que compõem a imagem, principalmente, pessoas influentes, como as professoras Ida e Nair. Enquanto isso, em situações opostas, quando não era possível se recordar dos personagens retratados, lamentavam-se.

A Terezinha. Por que que eu não vi antes? Eu vi que estava assim, “arcadinha”. É, essa aqui é a Terezinha. “Mãezinha” dela. Meu Deus. Mas ela era querida. Ela era muito querida, a Terezinha (DA LUZ, 2019).

Os entrevistados ainda destacam que ela tinha algumas limitações e que “trabalhava com bastante dificuldade” (PORTELA, 2019), por conta de um mau desenvolvimento do corpo. Além dela, outra professora lembrada é Maria Zorzi que está atrás da Ida Fontana Matoso. Ela auxiliava na escola, mas foi apontada apenas por Antonio e Amilton.

Na terceira fotografia ainda é possível ver um dos vagões do trem na estação, o que para Pedro Monteiro deve ser o momento de parada, considerando que o local funcionava como ponto de manutenção dos trens, que eram reabastecidos com água e lenha. “Veja aqui, aqui tem a máquina, já tem um [outro vagão] atrás aqui. De passageiro estava lá para trás” (MONTEIRO, 2019), o que mostra a importância de se produzir um registro imagético com o que era um dos símbolos da comunidade rural de Góes Artigas, o trem. Enquanto isso, o número de espectadores é observado por Maria do Carmo Maia Sabadin, que lembra com carinho dos moradores da região. “Esse povo estava assistindo porque eles iam assistir os filhos desfilarem. Era gente muito unido, sabe. E eles davam muito valor para o estudo lá” (SABADIN, 2019), destacando a participação dos moradores nas festividades locais.

Para Augé (1994) a identidade está justamente relacionada ao espaço e a relação dos indivíduos com ele. Percebe-se, assim, que o fator identitário aliado às memórias afetivas, a partir do espaço e do grupo constituído ao seu redor, caracterizam a estação ferroviária como um lugar para a maioria dos depoentes. Considerando que a partir dela, a comunidade rural tornou-se um ponto importante na região centro-sul.

Situação essa que Maria Tereza Darczyk Fernandes possui mais dificuldade, pois não lhe configura um lugar de memória ou de pertencimento, o que pode ser explicado pela vida difícil trabalhando na roça desde sua infância. Apesar disso, ela reconhece o local e que havia um momento dedicado ao hino nacional, mas volta a questionar a veracidade do registro, pois explica que “quase nem tinha foto [naquele tempo]”, pois quando casou seu sonho era registrar a cerimônia, mas não havia ninguém.

Desde o início da pesquisa, o pesquisador questionou os selecionados de quem poderia ter produzido as imagens de Góes Artigas que contemplam essa pesquisa e, na maioria dos casos, ninguém soube responder. Durante a imagem nove e imagem dez, alguns entrevistados comentam que era comum que os padres tivessem uma câmera para registrar os eventos (festas, comunhões e procissões), mas ninguém lembra de um nome. Kossoy (2001) observa essa questão, compreendendo que apenas a fotografia permanece.

A vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade. Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. **O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos.** De todo o processo, somente a fotografia sobrevive, algumas vezes em seu artefato original, outras vezes apenas o registro visual reproduzido. Os assuntos registrados nesta imagem atravessaram os tempos e são hoje vistos por olhos estranhos em lugares desconhecidos (KOSSOY, 2001, p. 156 – Negrito do autor).

Apesar disso, Antonio Acir Portela, enquanto observava a imagem três, cita um senhor chamado “Ruxiere”, morador de Guarapuava, que costumava tirar fotos dos casamentos e das famílias em Góes Artigas.

Era um senhor que ia de Guarapuava, que ia tirar foto lá de casamento. Aliás, não era de Guarapuava, ele morava no Jordão [...]. É esse [Ruxiere] mesmo. É esse mesmo, não sei se era polonês [...], a gente achava que era polonês, tinha jeito de polonês. Ele era muito chato para tirar foto. Eu acho que ele já morreu (PORTELA, 2019).

O mesmo já havia sido lembrado por Irene Druciaki e Amilton Matoso em conversas anteriores que não constam na gravação original. Eles relatavam que esse fotógrafo costumava usar tecidos presos em paredes ou, até mesmo, em varais para criar um fundo fotográfico. Situações como essa, de comentários antes ou após a gravação, são previstas por Thompson (1992) que explica que “muito frequentemente, quando o gravador é desligado, alguns fatos adicionais extremamente significativos podem ser fornecidos” (THOMPSON, 1992, p. 264).

Com base nessa informação, iniciou-se uma busca pelo nome “Ruxiere” na internet, mas que não levou a nenhum resultado. Assim, o pesquisador decidiu entrar em contato com fotógrafos antigos de Guarapuava, com a intenção de que alguém conhecesse ou tivesse qualquer informação sobre esse profissional citado pelos três entrevistados. O autor conversou com Cipriano Dalzotto, dono do antigo Estúdio Cipriano, com Roberto Yanagawa, com o auxílio da filha Tiekko Yanagawa, donos do antigo Estúdio Yanagawa, e com a família responsável pelo Foto Koris, ainda em funcionamento. Apesar dos mais de 50 anos de trabalho na região, ninguém lembrou de qualquer profissional com esse nome.

Após não conseguir nenhuma informação com os profissionais mais antigos da cidade, o pesquisador procurou um meio de divulgação que pudesse chamar atenção de moradores de Guarapuava, na expectativa que alguém tivesse alguma informação a respeito de “Ruxiere”. No dia 27 de novembro de 2019, foi optado pela criação de uma publicação em uma rede social, especificamente em um grupo de vendas popular da cidade de Guarapuava, que conta com mais de 250 mil membros. O texto era: “[MORA NO JORDÃO?] ‘Ruxiere’? Alguém conhece? Estou desenvolvendo uma pesquisa com fotografias antigas e alguns entrevistados me falaram que, antigamente (1960 e 1970), existia um morador do Jordão, conhecido como ‘Ruxiere’, que tirava e vendia fotos de famílias. Se alguém tiver alguma informação que possa me ajudar a localizá-lo ou alguém da família, me mande uma mensagem. Muito obrigado!”. Após alguns comentários de usuários, a guarapuavana Kelli Cristiane Lima respondeu “Ele era me avô. O nome dele era Riciere Portolan”.

Com essa descoberta, percebeu-se a semelhança do nome Ruxiere com Riciere, salientando que os três entrevistados (Amilton, Irene e Antonio) estavam certos sobre a existência do fotógrafo. Tanto que, ao pesquisar o nome correto na internet, descobriu-se que há uma rua, no bairro Jordão, em Guarapuava, que leva o nome de Rua Riciere Lodovico Portolan.

Após algumas tentativas de contato com outros membros da família, a filha Marina Portolan Spengler respondeu e compartilhou um pouco sobre a vida do pai. Segundo ela, ele fez muitos registros fotográficos de suas viagens durante anos, passando por Mato Grosso (Corumbá e Cuiabá) e Paraguai, no período de 1958. Ela ainda confirma que, aproximadamente, entre 1964 e 1967, Riciere viajava pelos distritos próximos de Guarapuava, “em Góes, em São Domingos, em Inácio Martins, [...] em Zattar, no Pinhão”, registrando eventos familiares locais.

Por fim, após a realização de todas as entrevistas com as imagens fotográficas do portfólio, o pesquisador se deparou com mais uma situação inesperada com a imagem três. Um registro semelhante foi compartilhado em uma rede social, mas com um enquadramento diferente, mostrando que a fotografia anterior havia sido reproduzida com um recorte. A seguir (Figura 27), percebe-se uma maior qualidade nos detalhes, como também os vagões de carga da locomotiva no canto direito e um senhor que antes havia sido recortado da cena. Além disso, nessa imagem não há no canto esquerdo inferior um amassado, como na fotografia do portfólio. Essas marcas do tempo são percebidas em outros pontos da imagem. A existência das duas imagens justifica-se porque durante as conversas com os depoentes e outros moradores de Góes Artigas, percebeu-se que existem reproduções fotográficas idênticas da época com diferentes pessoas.

Figura 27 – Registro original do 7 de setembro em Góes Artigas



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Casa da Cultura – www.facebook.com/CasaDaCulturaGoesArtigas

5.4 IMAGEM QUATRO

A quarta imagem do conjunto de fotografias apresentada é de 1951, sendo parte do acervo de fotografias do Museu Histórico de Entre Rios, da Fundação Cultural Suábio Brasileira, que conta a história dos alemães que se instalaram em Guarapuava. Em 5 de junho, o grupo chegou em Santos (SP) e no dia 8 desembarcou na comunidade rural de Góes Artigas. A parada na localidade aconteceu devido a demora na construção da estrada de ferro, ligando Góes Artigas até Guarapuava. Assim, o prefeito da cidade na época, Antônio Lustosa de Oliveira, enviou caminhões para transportar os imigrantes alemães e seus pertences até a cidade.

Na fotografia percebe-se o grande número de pessoas em frente aos vagões de passageiros, não sendo possível distinguir os possíveis moradores da comunidade com aqueles que acabavam de chegar de outro país. No canto direito é possível observar uma pilha de pertences. E, ao fundo, nota-se o grande número de árvores, que faziam parte daquele cenário rural.

Figura 28 – Imagem quatro: Chegada dos suábios em Góes Artigas



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Museu Histórico de Entre Rios da Fundação Cultural Suábio Brasileira

Como esperado, a maioria dos selecionados teve dificuldade de reconhecer a imagem, principalmente, pois ao contrário das outras, essa não era uma fotografia que circulava pelas redes sociais ou estava na Casa da Cultura de Góes Artigas. Outra explicação para essa falta de reconhecimento é compartilhada por

Maria Tereza Darczyk Fernandes, que enquanto admirava os pinheiros que hoje não existem mais, destaca que nunca havia ido até as colônias em Guarapuava, demonstrando que sequer sabia da existência tanto do registro quanto de um museu.

Os vagões de trem chamam atenção de dois dos depoentes, Antonio Acir Portela e Maria do Carmo Maia Sabadin. A lembrança é da aparência dos vagões de passageiros que todos compartilharam no primeiro momento da pesquisa, quando explanaram sobre como era a estação ferroviária e as viagens de locomotiva. “Geralmente, o último [vagão], o último era de primeira classe. Esse aqui era de primeira classe, aqui segunda e segunda. Eram três vagões de passageiros” (PORTELA, 2019). Maria Sabadin reforça a descrição, mas em alguns momentos surge certa confusão ao tratar sobre o meio de transporte em questão.

Tem vagões, né. O carro [trem] branco era o carro [trem] de primeira [classe]. O de trás era de segunda [classe]. Era assim, dava diferença. Os de primeira eram esses brancos e esse outro era de segunda, que era com o acento de madeira (SABADIN, 2019).

Pelo estranhamento com a fotografia, alguns relatos ficaram em torno do trem como atração e do trem como transporte de carga. Nicolau Rodrigues de Meira, por exemplo, aponta que ali deveria ser “a turma assistindo” a chegada do trem, semelhante ao que Pedro Monteiro relata ao dizer que “eles estão dando uma de curioso ali” (MONTEIRO, 2019). Entretanto, ao mesmo tempo, a imagem visual despertou em Nicolau curiosidade a respeito da velocidade do trem.

Quando pegava, que estava subindo, que estava pesado, os vagões iam mais devagar. Às vezes, chegava a patinar a máquina e sabe o que eles ‘ponhavam’ no trilho? Eles ‘ponhavam’ areia. [...] Eles colocavam enquanto estavam apanhando [com dificuldade], que, daí, patinava, jogava areia ali (MEIRAA, 2019).

A areia citada por Nicolau era utilizada no transporte ferroviário para aumentar o atrito das rodas da locomotiva, principalmente, na sua partida. É uma forma de quebrar a inércia para que as rodas não “patinem”, criando um atrito e movimentando o trem. O mesmo acontece em situações em que os trilhos estão em terrenos inclinados, que auxiliam na perda de tração por escorregamento.

“Eita mundo velho, que saudades desse trem”, diz Mercedes Rosa da Luz emocionada ao visualizar a fotografia pela primeira vez. O sentimento de pertencimento por algo que viveu e não existe mais, demonstra o quanto aquele período foi importante para ela, reforçando a afirmação de Kossoy (2001, p. 28) sobre

a fotografia como “um intrigante documento visual”, que atua de duas formas como “revelador de informações e detonador de emoções”. Segundo a depoente, os trens eram sempre lotados assim, “às vezes a gente não achava lugar” (DA LUZ, 2019). Ao perceber os pacotes no canto direito, reforça que tratava-se de um trem de carga. “Eu acho que era o alimento que chegou para os empregados. Eu acho que esse aqui é o alimento que chegou e as pessoas foram buscar” (DA LUZ, 2019), explicando que alguns moradores da região faziam encomendas direto pela estação de trem, diretamente pela Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), de Guarapuava para Góes Artigas.

No caso de Irene Druciaki, após algumas tentativas para decifrar o que se passava na imagem fotográfica, ela é a única a se questionar se não seria um registro da chegada dos povos suábios na região.

Isso pode ser coisa que foi descarregado. Esses vagões eram de passageiro, é. Esse aqui era vagão de segunda, está vendo? Esse era o de primeira. É, ele era diferente, exatamente. Mas tinha alguma coisa, olha, eu não sei. Será que não seria quando vieram os alemães? Porque olha a quantidade. [...] você tem que ver quem te deu essa foto para te dar uma noção (DRUCIAKI, 2019).

Assim que o pesquisador confirma sobre o que se trata a fotografia, a entrevistada relata que a percepção que ela tem do início da comunidade é a partir dos seus 5 anos, que, nesse caso, “esse pinhal já tinha sido detonado” (DRUCIAKI, 2019), fazendo referência a exploração de madeira ali na região.

Para Amilton Matoso era difícil entender como o pesquisador havia conseguido um registro fotográfico que ele não tinha conhecimento. “Mas como é que você pegou essa foto rapaz?” questiona o depoente. Ainda residindo em Góes Artigas, Amilton guarda com todo o cuidado as memórias da sua família que sobreviveram ao tempo. Tanto que, após entender o contexto do registro imagético, faz um pedido: “tem que passar para mim [a fotografia], para eu ter como lembrança” (MATOSO, 2019).

5.5 IMAGEM CINCO

Ainda como referência aos trilhos do trem que passam por Góes Artigas, a fotografia cinco é parte do acervo da Família Meira. Nota-se que há 20 indivíduos homens divididos em dois grupos. Eles estão sobre uma espécie de

carrinho nos trilhos e, além disso, ao redor há uma paisagem com árvores e arbustos. Aparentemente, 17 dos rapazes que são retratados estão com um chapéu sobre a cabeça

Figura 29 – Imagem cinco: Os turmeiros



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal Cleuza Meira

De início, antes de apresentá-la aos depoentes, o pesquisador acreditava se tratar de uma imagem de funcionários que trabalhavam na construção dos trilhos do trem. Entretanto, posteriormente, todos os entrevistados esclareceram que, na verdade, eles eram trabalhadores responsáveis pela manutenção dos trilhos do trem, sendo conhecidos como “turmeiros”³¹, como explica Antonio Acir Portela.

[Eles] trocavam dormente. Colocavam dormente. Se estragava o dormente, tiravam e colocavam outro. E arrumavam a linha. Se ficava torta a linha, eles trocavam. Eram os turmeiros. Esses aqui eram os turmeiros. Aqui não sei se posso conhecer alguns (PORTELA, 2019).

Os dormentes, que podem ser chamados de travessas, são peças colocadas de modo transversal na via férrea, assentando e fixando os trilhos. Seu material pode ser de metal, concreto ou madeira, como é o caso em Góes Artigas. Irene Druciaki explica que “na época da Maria Fumaça, tinha um grande problema, pois as faíscas [das rodas da locomotiva] queimavam muitos dormentes” (DRUCIAKI, 2019), necessitando constantemente de reparos.

³¹ No primeiro momento da metodologia com os depoentes, sem o auxílio dos registros imagéticos, apenas Irene Druciaki citou o termo “turmeiro” ao se referir as pessoas que moravam nas casas da estação ferroviária.

Pedro Monteiro lembra-se que a “turma da conserva” morava nas casinhas dos ferroviários, casas com um mesmo padrão arquitetônico, que ficavam próximas da estação. A forma que esses trabalhadores se locomoviam era com “vagonetes”, uma espécie de carro formado por uma base sustentada por quatro rodas e com um tipo de freio, no caso, uma madeira que ao puxar encostava em uma das rodas, forçando a parada. Na imagem cinco é possível ver no grupo da frente que o primeiro rapaz em pé, da esquerda para a direita, está com uma das mãos apoiada sobre o freio.

Eles levantavam de manhã, 4 e meia da manhã. Faziam a comida, botavam no vagonete e ‘pau na mula’, iam trabalhar. Às vezes, uma turma ia pra lá e outra pra cá. Daí, quando tinha reparo, alguma coisa para fazer na linha, ajeitar essas pedras, apertar trilhos, essas coisas eram função deles. Ó, esse aqui era um negócio que fazia assim [imita barulho]. Para empurrar o vagão e era um freio também, se puxasse para trás segurava (MONTEIRO, 2019).

Essas lembranças fizeram com que o depoente também lembrasse que era função do telégrafo avisar sobre a localidade desses funcionários que realizavam a manutenção da estrada de ferro, não sendo surpreendidos por nenhuma locomotiva que estivesse passando. “Então, aí que funcionava o telégrafo, né. ‘No trecho tal só passe de tal hora porque os turmeiros estão lá’. Eles chegavam e tiravam o vagonete da linha. Ficavam trabalhando, o trem passava e tudo normal, né” (MONTEIRO, 2019), tenta explicar sobre a logística da época, alertando que “quando era para trocar o trilho” é que a locomotiva “tinha que esperar” pois a manutenção era demorada.

Apesar de ser o quinto registro do portfólio de fotografias até o momento, Maria Tereza Darczyk Fernandes passa a demonstrar cansaço na leitura das imagens fotográficas, surgindo um desinteresse sobre a metodologia em si. Tanto que, a depoente pergunta algumas vezes “tem mais ainda?” e lembra de uma outra entrevista que deu para a filha de um senhor chamado Paulo. “A filha do Paulo veio aqui também, queria para estudar. Eu disse que eles faziam caixão. Daí, a moça ‘eu pensei que faziam caixão para colocar documento’, eu digo que é pro morto né” (FERNANDES, 2019), explicando que antigamente, quando um familiar falecia, a própria família construía o caixão para o sepultamento daquela pessoa.

5.6 IMAGEM SEIS

O propósito de seleção e apresentação da imagem seis foi despertar lembranças visuais sobre a comunidade rural de Góes Artigas. A fotografia selecionada faz parte dos registros imagéticos da Casa da Cultura e leva o título de “Vista da comunidade de Góes Artigas”. Para o pesquisador, só foi possível reconhecer a comunidade rural, por conta das três casas de ferroviários que aparecem no lado direito. É perceptível notar que a estrutura das casas é idêntica, um padrão das edificações da Rede de Viação Paraná-Santa (RVPSC), que seguem sobrevivendo ao tempo.

Outras residências são possíveis observar distribuídas pela imagem, percebendo que mais ao fundo existe uma distância maior entre os terrenos, o que é justificado pela criação de animais e plantação de verduras e legumes de cada residência. Ao fundo, nota-se uma grande quantidade de árvores, formando uma cor mais escura. E, também, uma grande araucária se destaca no centro da imagem fotográfica. Em primeiro plano, centralizado, entre os arbustos, um rapaz de chapéu chama atenção ao posar para o registro.

Figura 30 – Imagem seis: Vista parcial do centro de Góes Artigas I

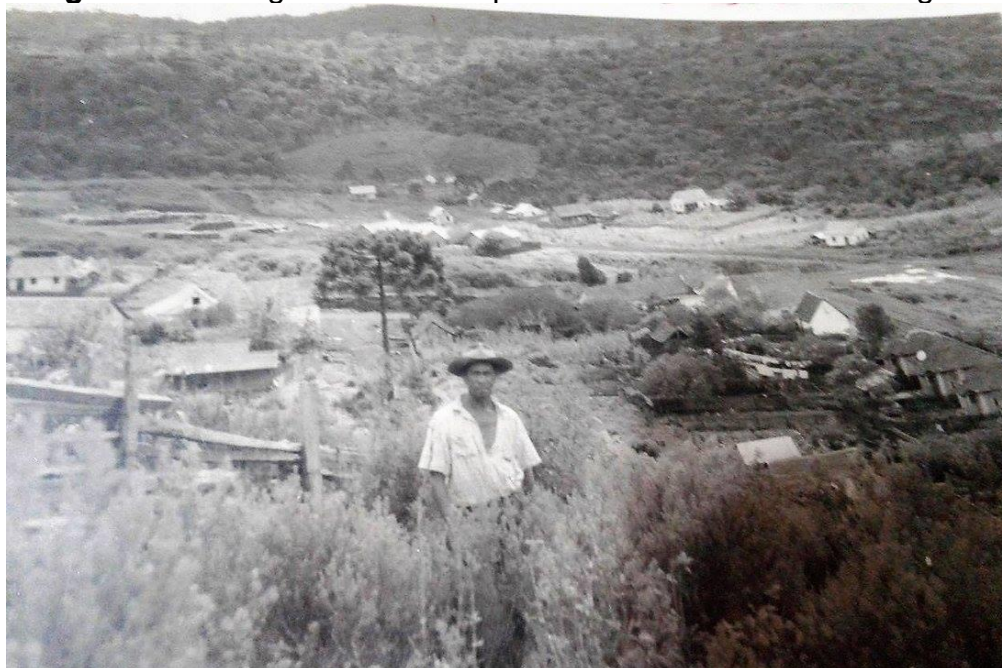


Foto: Autor desconhecido

Fonte: Acervo fotográfico da Casa da Cultura de Góes Artigas

O indivíduo da fotografia não é identificado por ninguém, mas Amilton Matoso arrisca dizer que ele se chamava Alvaristo, morador próximo à igreja, que apesar de não ser visível, ficava para o lado esquerdo. Outro ponto que o depoente destaca são os carregamentos de madeira que podem ser percebidos no lado superior esquerdo, antes da faixa mais escura com árvores.

Aqui é o carregamento. Aqui tinha um carregamento antes do triângulo. Carregava imbuia, carregava lasquinha. Antigamente, carregava para a [empresa] Klabin. Lasquinha, lascado, ponteiro de pinheiro, lenha para a maria fumaça, tudo vendia (MATOSO, 2019).

No caso de Mercedes Rosa da Luz, ao visualizar e reconhecer a região, lembra que o telhado que aparece cortado, no lado esquerdo, era a casa do José Hert, “um homem muito brincalhão, ‘gostador’ de baile” (DA LUZ, 2019). Segundo a entrevistada, quando não havia bailes na comunidade, era o José que organizava algumas reuniões, sendo comum ouvir “hoje tem baile no José Hert” (DA LUZ, 2019). Ainda ao observar a fotografia, a entrevistada se questiona se é possível ser uma ponte ao lado do personagem retratado, mas logo cai em gargalhadas e percebe que se trata de um cercado de madeira.

Enquanto isso, o que prende a atenção de Nicolau Meira e Cleuze Meira é uma discussão para descobrir se os arbustos que aparecem no registro imagético fazem parte de uma plantação ou se são “vassoura”. Ao chamar atenção do pesquisador, os dois explicam que eram plantas usadas para fazer vassoura, que “eles cortavam para varrer a casa, os terrenos” (MEIRAb, 2019). Como diz Halbwachs (1990, p. 60), é “na história vivida que se apoia a nossa memória” e “não na história aprendida”. Sendo assim, ao serem questionados pelo pesquisador sobre as residências e sobre o personagem da imagem seis, eles focam nas suas memórias pessoais, voltadas para a realidade que viveram durante aquele período, como os arbustos que eram cortados e eram transformados em vassouras de limpeza.

Tanto Acir Portela, Irene Druciaki e Pedro Monteiro notam o hotel da Luisa Monteiro, que muitos comentaram no primeiro momento da pesquisa. Apontado como a estrutura branca, Pedro destaca “que era ligado com a rede, depois das casas aqui”, explicando que ficava ao lado das casas dos ferroviários.

5.7 IMAGEM SETE

A próxima fotografia³² que compõe o portfólio desse trabalho também era conhecida entre os moradores antes do pesquisador aplicar a metodologia, assim como a imagem três. Parte do acervo imagético da Casa da Cultura, cedida por Felipe Toledo, leva o título de “Vista parcial do centro da comunidade de Góes Artigas”, sendo considerada de 1960.

Percebe-se nela seis estruturas em madeira, que ficavam próximo à estação ferroviária. As primeiras três, à esquerda de quem olha para a fotografia, eram moradias antigas. A estrutura maior central era uma casa de “secos e molhados”, um dos poucos comércios da região que vendia de grãos até querosene, citado pelos depoentes na primeira parte da entrevista. Ao lado, na casa menor próxima ao galpão de madeira, é a residência da moradora “Cibila”, que era responsável por vender café e bolos na estação de trem. No canto direito, cortado pelo momento do registro, uma parte da estrutura do que era conhecido pelos moradores como o Clube Recreativo de Góes Artigas, uma casa de festas onde realizavam bailes em alguns sábados à noite e matinês aos domingos. Além do mais, nota-se o grande número de árvores ao fundo e as estradas de chão em situações miseráveis.

Apesar da autoria desconhecida, quando o pesquisador contatou antigos fotógrafos de Guarapuava para saber sobre Riciere, o fotógrafo guarapuavano Cipriano Dalzoto alegou que tinha registros antigos da comunidade rural também, mas que estavam guardados em um dispositivo de drive na casa de um dos filhos. Após não conseguir encontrar, ele encaminhou a imagem sete alegando que era a única que havia identificado e que era de sua autoria.

³² Essa fotografia faz parte do artigo *Reminiscências de uma fotografia: fragmentos da construção histórica do Distrito de Góes Artigas-PR*, publicado e apresentando pelo pesquisador no 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em setembro de 2018, em Joinville.

Figura 31 – Imagem sete: Vista parcial do centro de Góes Artigas II



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Acervo fotográfico da Casa da Cultura de Góes Artigas

Os depoentes não tiveram dificuldade de descrever a maioria das estruturas que aparecem na imagem, muitas das localidades (armazém e clube) já haviam sido lembradas por eles, mas agora ganhavam uma imagem. Porém, Mercedes Rosa da Luz é a única capaz de descrever uma a uma com detalhes. Tanto que a imagem sete lhe causa uma explosão de sentimentos e lembranças, pois viveu muitos anos na primeira residência, da esquerda para a direita. Ali morava “Dona Aurora” e “Seu Juvelino”³³, antigos patrões de Mercedes, para os quais trabalhou cuidando da casa, a partir dos 16 anos. Uma das obrigações que tinha era “levantar no clarear do dia” para ordenhar as vacas e cuidar dos porcos. A entrevistada estampa um sorriso enquanto fala, reforçando duas vezes que sente saudades da época.

Aqui no cantinho, mas era um baita de um clube. Aqui era a casa da Dona Cibila, que fazia o café na estação. Aqui é a casa da Valtina, a Valtina a mãe da Cleuza [casa de comércio]. Aqui era a casa do comradre Lauro. Aqui era a casa do meu tio Tony e aqui a casa da Dona Autora. Essa aqui eu trabalhava. Eu trabalhava com eles. Eram uns pais para mim. E eu fumava naquele tempo. Todo mundo fumava, naquele tempo passado, todo mundo fumava. Meus avós. Só minha mãe que nunca fumou. O Seu Juvelino ia dormir, deixava o cigarrinho dele, no papel em cima do meu bidê para eu fumar na hora de dormir. E ela ‘Deus o livre’, se eu tivesse lavando a louça,

³³ Antonio Acir Portela (2019) reforça, durante a entrevista, que se trata da residência de Juvelino Gomes.

aquele tempo tinha muita estação aqui que tocava música no meio dia. Assim, ela fazia eu dançar com ela, com as mãos caindo água no meio da casa. Ela era muito querida, um casal bem velhinho, mas eles eram bem queridos. Muito ricos também (DA LUZ, 2019).

De acordo com Hoffmann (2010), é importante observar a forma como os depoentes organizam suas memórias a partir dos elementos presentes na imagem. No caso de Mercedes, a orientação e identificação por meio da casa de Aurora foi fundamental para que recordasse todo o espaço.

O ambiente e sua estrutura espacial facilitam a orientação, mas é necessário que sejam constituídos pontos e objetos concretos de identificação. Por isso é importante observar como o entrevistado se orienta ao explicar as ruas, utiliza pontos de referência para explicar ao pesquisador, e como se identifica com as construções e vias da cidade. A identidade do homem, implica na identidade do lugar e, conseqüentemente, na relação de pertencimento, de sentir fazer parte (HOFFMANN, 2010, p. 61).

Ao lado, como lembrado na primeira parte da metodologia, o armazém de secos e molhados ganha forma com o auxílio visual da imagem. Cleuza Meira compartilha com o pesquisador e seu pai, que foi um dos donos do local, que gostava de ajudá-los com o comércio. Lembra que, por causa da proximidade com a estação de trem, era comum aos domingos ou quando estava fechado à noite, que moradores ou passantes batessem no estabelecimento para realizarem alguma aquisição, pois “vinham de longe e queriam comprar alguma coisa” (MEIRAb, 2019). Pai e filha ainda lembram que não havia nenhuma identificação de que era um comércio, mas Nicolau Meira afirma que pregava algumas faixas de propaganda de bebida na frente da casa, “então quando tinha essas placas o povo já sabia e entrava. Era comum casa de comércio ter várias portas para o pessoal entrar” (MEIRAA, 2019).

A relação da Cleuza nesse processo é para somar aos resultados do pai. Conforme os apontamentos de Thompson (1992), a interferência de uma terceira pessoa nas memórias de um depoente, acrescenta informações mais precisas às fontes da pesquisa. Mesmo ela não fazendo parte do quadro de selecionados desse trabalho.

Para Maria do Carmo Maia Sabadin e Amilton Matoso, o que chama atenção na imagem é o poste do telégrafo que, certamente, passa despercebido por muitos observadores. “Era um poste que eles passavam telegrama pela estação. Então, em cada parte, não sei quantas distâncias tinha um poste com fios instalados de fio de telegrama” (SABADIN, 2019).

Para Pedro Monteiro, a imagem sete ilustra alguns pontos citados por ele no primeiro momento, como o armazém e o clube. “Esse ‘matão’ aqui, pra cá, no fundo do clube era o campo de futebol. [...] Sempre foi bastante floresta” (MONTEIRO, 2019), dando destaque por ser uma área com muitas árvores ao redor das casas. Peter Burke (2004, p. 237) sugere que “uma série de imagens oferece testemunha mais confiável do que imagens individuais”, como é possível ver na imagem a seguir (Figura 32), mostrando os fundos das estruturas relatadas pelos depoentes e funcionando como apoio da imagem sete.

Figura 32 – Campo de futebol, ao fundo a estação ferroviária e comunidade de Góes Artigas

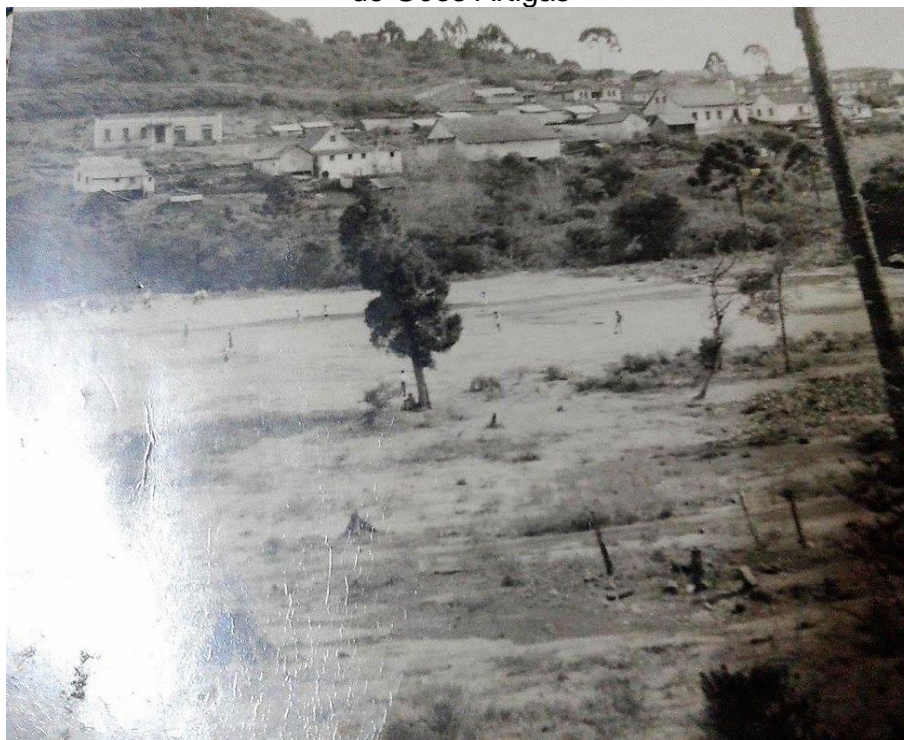


Foto: Autor desconhecido

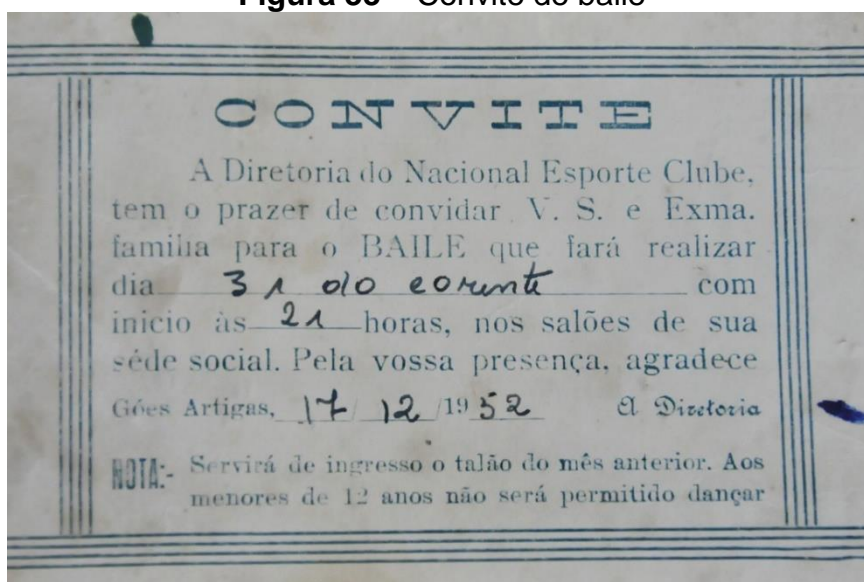
Fonte: Acervo fotográfico da Casa da Cultura de Góes Artigas

Os depoentes em geral citam que o clube da comunidade rural era aquela estrutura cortada no canto direito da fotografia. Mas, nesse momento, Irene Druciaki cria uma certa confusão no pesquisador, que até então acreditava que o nome era Clube Recreativo Esperança, como citado na primeira parte da metodologia. Além disso, foi possível perceber que a maioria dos entrevistados se referiam ao clube apenas por “Clube de Góes Artigas”.

A dúvida fez com que o pesquisador procurasse novamente no acervo de Amilton Matoso alguma informação ou documento a respeito desse local de lazer.

Isso só foi possível porque todos os documentos foram fotografados individualmente, contando mais de 150 cliques de fotografias, livros de chamada, bilhetes, objetos, entre outras coisas. O que se encontrou a partir dessa busca foi que, em 1952, o clube se chamava “Nacional Esporte Clube”, como é possível ver nesse convite para um baile de ano novo, no dia 31 de dezembro.

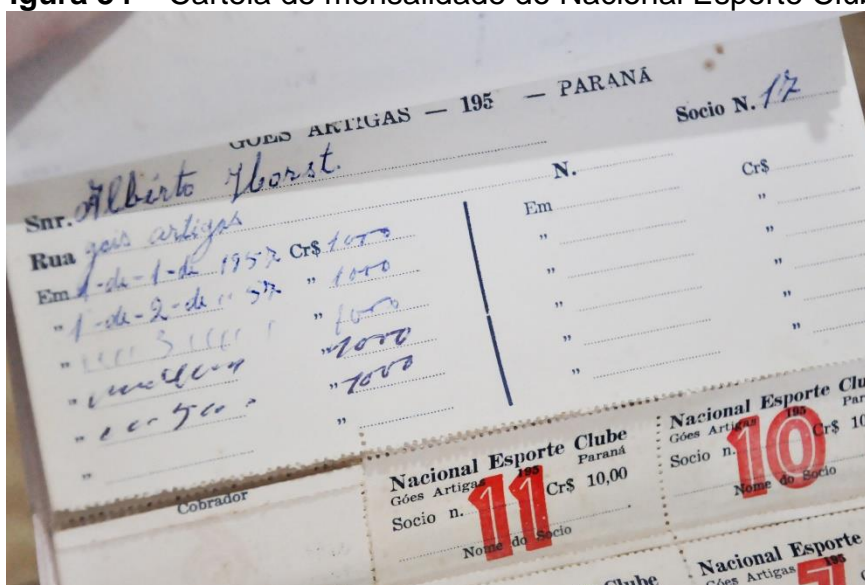
Figura 33 – Convite de baile



Fonte: Arquivo pessoal de Amilton Matoso.

Assim como, também, é possível ver uma cartela do “Nacional Esporte Clube”, que data o ano de 1957, com o nome do sócio nº 17, Alberto Horst. Na ocasião, nota-se que o valor mensal que cada sócio deveria pagar era de 10 cruzeiros.

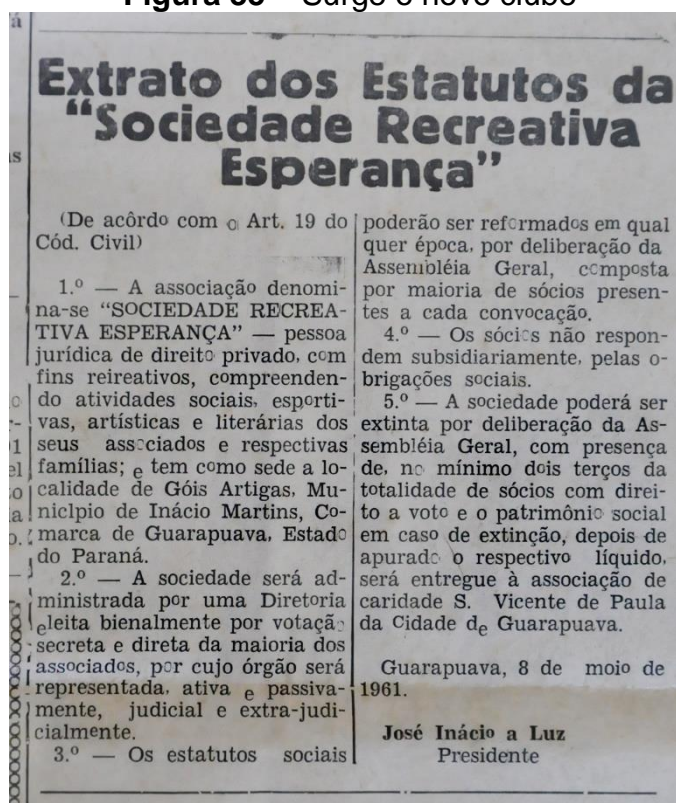
Figura 34 – Cartela de mensalidade do Nacional Esporte Clube



Fonte: Arquivo pessoal de Amilton Matoso

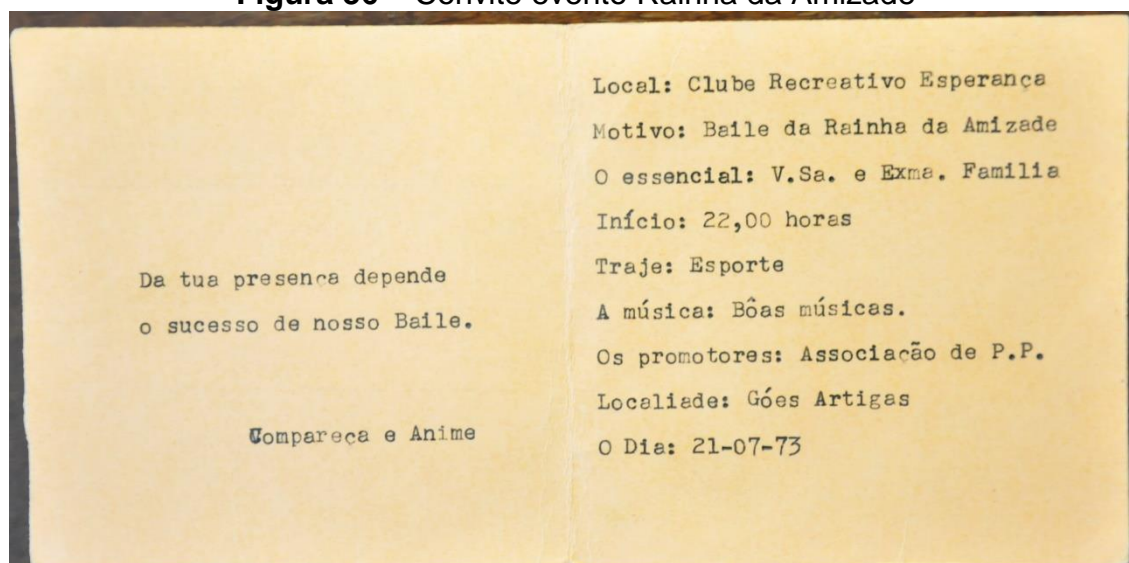
Entretanto, o jornal *Folha do Oeste* de Guarapuava, na segunda página, da edição de 25 de junho de 1961, publica um pequeno texto (Figura 35) contando sobre o estatuto da “Sociedade Recreativa Esperança” que surgia. Assim como, um convite (Figura 36) de 1973 também é encontrado.

Figura 35 – Surge o novo clube



Fonte: Arquivo pessoal Amilton Matoso

Figura 36 – Convite evento Rainha da Amizade



Fonte: Arquivo pessoal Amilton Matoso

Assim, nenhum indício do nome “Guarapuavinha” é encontrado nos acervos que o pesquisador teve acesso. Percebeu-se, então, que a cidade de Inácio Martins chamava-se Guarapuavinha quando ainda era um distrito, o que o levou a descobrir um antigo clube de Inácio Martins que levava o nome de “Clube Guarapuavinha”, como citado por Irene durante a leitura da imagem sete. Porém, é esperado que ocorra confusões de informações por parte de alguns depoentes, situação prevista por outros pesquisadores que aplicaram essa proposta metodológica, que reforçam que o trabalho de conferência de informação é fundamental e recorrente. “As checagens de informações e revisitas aos entrevistados para averiguação de dados são necessárias em diferentes momentos” (HOFFMANN *apud* TEIXEIRA, 2013, p. 158).

5.8 IMAGEM OITO

A oitava imagem apresenta um retrato da Pensão União, que alguns depoentes se referem como um hotel que existiu na região. Na fotografia, percebe-se a estrutura da residência em madeira com uma janela e uma porta. É possível compreender que seja a fachada do local, por causa da placa no alto que apresenta o nome do estabelecimento. Três sujeitos compõem o registro, sendo dois adultos de chapéu e uma criança.

Figura 37 – Imagem oito: Hotel em Góes Artigas



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal Amilton Matoso

Nicolau Meira, junto da filha, reconhece que se tratava de um registro fotográfico do antigo hotel, sempre fazendo referência como o hotel “do pai da Lurdes”, irmã de Pedro Monteiro. Eles explicam que muitos passageiros que vinham de trem ou, até mesmo, motoristas que passavam pela comunidade rural se hospedavam ali para que seguissem viagem no dia seguinte. Além disso, lembram que no local “serviam comida também, tinha um restaurante, tinha as mesinhas” (MEIRAb, 2019).

As primeiras observações de Mercedes Rosa da Luz são sobre a estética da residência, no caso, a janela e a porta, que ela diz ser “tão igual” a casa que morava em Góes Artigas. Dessa forma, tomando como base a fotografia em mãos, ela descreve como era sua casa. “Nossa era tão igual a minha casa, só que a minha porta não era desse lado. Aqui era a parede, era pra lá a área, o banheiro, tudo” (DA LUZ, 2019). Contudo, quando reconhece o hotel, descreve sobre o movimento assim como foi apontando por Nicolau e Cleuza.

Eu acho, não me lembro bem, que aqui tinha a entrada do hotel e tinha, daí, onde você entrava aqui para dentro que era o salão, onde você servia as comidas. E para trás, tinha as camas, os quartos e aqui era o barzinho que eles tinham. Tinha bebida, tinha tudo. Esse, eu lembrei. E aqui na entrada, aqui tinha um corredor grande que tinha uma meia-água bem comprida, que quando era um homem sozinho, que nem os motoristas, eles dormiam nos quartos para fora. Tinha noite que não tinha [vaga] para dar assim porque tinha muita gente por causa do trem e não podia ir porque já era noite, não tinha luz. Tinham que posar no hotel para depois ir na casa dos parentes procurar os parentes. Mas era muito bom, minha mocidade era muito boa (DA LUZ, 2019).

E como era esperado pelo pesquisador, Pedro Monteiro identifica o lugar logo no primeiro momento que têm a fotografia em suas mãos. A sua ligação afetiva com a pousada, que era dos avós e depois passou para os seus pais, facilita a rememoração daquele período que viveu. Assim, ele explica que, apesar de parecer pequeno, o hotel tinha outras estruturas menores vinculadas para trás, onde ficavam alguns quartos.

O hotel aqui. Essa placa, esse ‘hotel união’, eu me lembro desde que eu fui morar com a vó. Só não sei se a vó que mandou fazer ou se já tinha lá antes. E, daí, emendava a casa para cá. Tinha aquela área assim. Era tudo assim. Nunca foi reformado, acho que foi pintado uma vez. [...] Aqui era o restaurante. Depois o pai fechou um pedaço aqui e colocou um barzinho. Para dar pinga para os motoristas. E o restaurante ficou para cá. E aqui mais para o fundo tinha uns quartos também. E aqui do lado era uma ‘meia aguão’ [meia-água] que o pai mandou fazer depois. Tinha 9 quartos também (MONTEIRO, 2019).

Durante as entrevistas é possível acompanhar a vantagem da narrativa oral como modo de representação da história local, principalmente dos

menos escolarizados. Expressões de Pedro como “meia aguão” para ilustrar que havia uma meia-água junto da pousada, mas que por causa do número de quartos, é necessário adicionar o sufixo “ão” para mostrar que não era pequeno como o pesquisador poderia imaginar. “O acervo fraseológico e a caracterização vocabular de quem contou a história deve permanecer indicado” (MEIHY, 1996, p. 58). Nesses casos, aconselha-se corrigir os vícios de linguagens e erros de gramática, porém manter as expressões de narrativa dos selecionados.

Tanto Pedro como Amilton Matoso reconhecem os dois indivíduos com chapéu, sendo João Fontana Monteiro, tio dos dois, da esquerda, e Euclides Matoso de Oliveira, pai de Amilton, da direita. Em relação a criança, de todos os depoentes, apenas Pedro discorre um comentário. “Esse aqui era um criado da minha avó, o Ary. Minha avó pegou ele em Rebouças com 5 anos e até os 18 anos ele ficou com a vó. Deu um malandro preto, era bem pretinho” (MONTEIRO, 2019), referindo-se à cor de pele da criança.

Os outros depoentes não conseguiram identificar qualquer ligação com a imagem oito. Em alguns casos, o pesquisador ajudou a ler a placa, mas ainda justificaram não possuírem nenhuma lembrança a respeito.

5.9 IMAGEM NOVE

Apresentada aos depoentes como nona fotografia do portfólio, a imagem faz parte do acervo reunido pela Casa da Cultura, compartilhada pelo morador Pedro Licínio Matoso, irmão de Amilton.

A fotografia apresenta uma cena comum na comunidade rural estudada, as procissões. É possível observar no canto superior direito a capela em madeira, construída antes da década de 1960. O cercado ao redor era de madeira e, entre a estrada de chão, percebe-se muitos arbustos. A procissão de Nossa Senhora Aparecida reunia alunos, professoras e moradores de Góes Artigas. Ainda, percebe-se que o rapaz da frente carrega um crucifixo e um pouco para trás, uma moça carrega uma imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, observando pelo manto e pela coroa em cima.

Figura 38 – Imagem nove: Procissão da Capela Menino Jesus



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Acervo fotográfico da Casa da Cultura de Góes Artigas

Mesmo demonstrando pouco interesse nas fotos, por causa do cansaço e pelos breves comentários, a capela é o ponto que chama a atenção de Maria Tereza Darczyk Fernandes. Ela lembra que a construção foi toda feita por trabalhadores da antiga serraria que havia na comunidade, da família Carrolo. Essa informação é uma memória herdada pelas relações sociais na comunidade rural, sendo o discurso de muitos moradores. Uma situação comum pois muito sobre a história é transmitida pela oralidade, de geração para geração, considerando que há uma ausência de documentos e registros históricos sobre Góes Artigas. “Se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar: ‘o maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam’” (BOSI, 1994, p. 54).

No caso de Nicolau Meira, ele reconhece a igreja e o ato da procissão, mas é a filha que tem gatilhos de memórias a respeito da imagem. Cleuza Meira relata que era comum essas intervenções acontecerem durante as novenas, momento que os moradores saíam para as ruas principais, rezando e cantando.

Aqui dá para ver que eles têm uma Nossa Senhora Aparecida na mão, então, eu acredito que é durante as novenas de preparação. Existia novenas antes das festas, das principais festas, eles faziam essas procissões. A gente saía, eles rezavam, a gente saía na rua cantando. Então, eles marcavam o dia da semana, tal horário tem um ali na frente com um crucifixo, tal horário é o

horário da novena. Então, era marcado os dias e, daí, a gente se reunia. Tinha horário x, onde as pessoas saiam. Eu não me lembro se começava na igreja a novena, acredito que sim e a gente saia cantando. E depois, acho que retornava na igreja. O pai [Nicolau] acho que não participou muito, mas eu participei desses momentos (MEIRAb, 2019).

A partir disso, Cleuza reforça que a escola auxiliava nesses eventos, mas haviam os líderes também, indivíduos que estavam sempre à frente de temáticas envolvendo religião na comunidade rural. Apesar da sua família não ter essa relação forte com a religião na época, a depoente lembra que adorava ajudar na liturgia durante as missas, “era um máximo, você estar lá na frente da comunidade lendo a palavra” (MEIRAb, 2019).

Alguns personagens da procissão passam a ser identificados durante a leitura visual pelos depoentes, como foi o caso das três professoras apontadas por Amilton Matoso, Pedro Monteiro e Antonio Acir Portela. Segundo eles, a primeira mulher com vestido de bolinhas, do lado direito, que segura a mão de uma criança, é a professora Maria Zorzi. Do lado esquerdo da procissão, a primeira mulher que aparece com um vestido liso é a mãe de Amilton, a professora Ida Matoso. Por fim, a mulher com um vestido xadrez do lado esquerdo também, que está mexendo com uma criança, é a professora Nair Bastos. As três, certamente, acompanham seus alunos durante o evento. E o rapaz que está ao lado da Maria Zorzi, segurando um crucifixo, é apontado como Jaime.

Pedro recorda que essas imagens fotográficas eram registradas pelos padres da capela, que vinham até Góes Artigas realizar as missas, sempre se referindo ao aparelho como “Kodak de filme”. “Essas fotos eram tiradas com aquelas [câmeras] Kodak de filme. 8 chapas por filme. Daí, tinha que mandar revelar, levava para Ponta Grossa” (MONTEIRO, 2019), explicando que o tempo era maior para ver o resultado da captura fotográfica, pois dependia da ida de alguém para outras cidades.

Para o pesquisador, Mercedes Rosa da Luz tem a leitura mais divertida da imagem nove, pois ela conversa com si própria para entender se o evento representado era uma procissão ou, então, um enterro. A depoente conta que os enterros eram dessa mesma forma, “sempre era assim, daí ficava uma pessoa lá batendo o sino [da igreja] até chegarem no cemitério porque o cemitério é pertinho” (DA LUZ, 2019). A confusão acontece porque Mercedes acredita que seja um caixão

no fundo da procissão, o que na verdade é uma estrutura de madeira e será explicado a seguir por Irene e Maria Sabadin.

Durante as entrevistas, o pesquisador passa a admirar que alguns comentários são observações visíveis na própria imagem fotográfica que haviam passado despercebidos por ele, como o andor verificado por Irene Druciaki e Maria do Carmo Maia Sabadin, centralizado no canto esquerdo, um ponto branco entre as pessoas. “Fazia a volta por baixo da estação e voltava para a igreja, só para sair com o ‘andorzinho’, mas não sei onde que o andor está aí, né. Está lá atrás. Era quadrado assim, daí colocava a imagem em cima, dois carregavam a imagem na frente e dois atrás” (SABADIN, 2019).

Figura 39 – Andor da procissão da Capela Menino Jesus



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal de Sirlei Joaquim dos Santos

Neste outro registro (Figura 39), funcionando como auxílio para compreender a imagem nove, torna-se visível o andor citado pelas duas depoentes, principalmente, considerando a mulher com o pano na cabeça e a mulher loira de vestido claro, ambas próximas da estrutura de madeira, no canto esquerdo da imagem nove (Figura 38).

5.10 IMAGEM DEZ

A comunidade rural de Góes Artigas, como explicado no trecho 4.6 do capítulo 4, sempre teve uma ligação forte com a religião católica. Apesar de um padre

realizar uma missa por mês, vindo de Ponta Grossa, Inácio Martins ou Guarapuava, todas as semanas os fiéis se reuniam para reforçar a sua fé. À vista disso, quando se tratava das crianças, elas eram direcionadas para a instrução religiosa, o catecismo.

A imagem dez é um típico retrato encontrado nos acervos familiares de antigos moradores da região. Na fotografia, vemos 34 crianças em frente a Capela Menino Jesus, sendo 24 meninas, e 10 meninos. Elas vestem um vestido claro e um acessório na cabeça enquanto os meninos usam calça e camisa, alguns com um suéter ou casaco.

Figura 40 – Imagem dez: Celebração religiosa em Góes Artigas



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal de Amilton Matoso

Com um grande número de crianças, tornou-se difícil o reconhecimento dos personagens no registro. Como Maria Tereza Darcyk Fernandes, que diz ter feito a primeira comunhão junto com a prima e sugere que talvez pudessem ser uma das crianças retratadas. Enquanto isso, Maria do Carmo Maia Sabadin deixa explícito que não sabe quem são as crianças. A depoente conta que sua vestimenta no evento era “mais simples”, que não usou nada branco. E ainda destacou que naquela época só havia a capela católica como opção de rito religioso, mas que atualmente as coisas mudaram em Góes Artigas, tanto que a associação que participa, a Legião de Maria, já existe na comunidade também, mesmo que ainda seja pouco frequentada.

Apesar de Nicolau Meira reconhecer o evento retratado, foi a filha que lembrou de quando ela participou do mesmo momento em outra data, explicando que as meninas ficavam parecidas como noivas.

A gente se preparava. Eu lembro que foi feito um vestido para mim, foi comprado. Acho que em Guarapuava, a gente ficava parece uma noiva, com essas grinaldas e véu. Então, as meninas se vestiam como se fosse uma noiva para a primeira comunhão. Eu não sei onde que está, mas eu tinha uma foto dessa, a gente ficava muito feliz. Depois que terminava a missa ou comunhão, onde você tomava a comunhão pela primeira vez, então, era o máximo para a gente. No final da missa, a gente ia na frente e tirava as fotos. Os meninos também iam todos 'produzidinhos', de camisetinha, calça, a gente tirava essas fotos. Pai, você lembra quem que tirava essas fotos lá no Góes? (MEIRAb, 2019).

E ambos iniciam uma conversa para entender o surgimento desses registros imagéticos. Nicolau comenta que alguns moradores passaram a ter esse tipo de equipamento, o que fez com que a filha lembrasse que eles também tinham “uma máquina, era um caixote preto, a máquina fotográfica” (MEIRAb, 2019). Os dois ainda lembram que costumavam colocar um tecido na varanda, como fundo, para registrarem as crianças e que revelavam os filmes fotográficos em estúdios de cidades próximas (Guarapuava, Irati e Inácio Martins). “É interessante, eu não lembrava, mas agora a memória, eu lembrei exatamente que eu brincava com essa máquina” (MEIRAb, 2019), demonstrando como a lembrança a surpreendeu.

Pedro Licinho Matoso, irmão de Amilton Matoso, novamente é reconhecido em uma das imagens selecionada. Tanto seu irmão quanto Antonio Acir Portela reconhecem ele, como o primeiro menino, da esquerda para a direita, na segunda fileira, centralizado no retrato. Enquanto isso, Pedro Monteiro e Irene Druciaki reconhecem Lurdes Monteiro, irmã de Pedro. Segundo os dois, ela é uma das meninas ao fundo, centralizada na porta da igreja, sendo apresentada como uma das catequistas.

Irene ainda compartilha que fez a sua comunhão aos 7 anos e que, certamente, teria algumas fotografias guardadas sobre o evento, mas que precisaria conferir se sobreviveram ao tempo. Kossoy (2001, p. 45) explica que a fotografia é um resíduo de um tempo decorrido, levando os depoentes ao passado em frações de segundos, momento esse que “nossa imaginação reconstrói a trama dos acontecimentos dos quais fomos personagens em sucessivas épocas e lugares” (KOSSOY, 2001, p. 100). No caso de Irene, ela passa a entender a importância do registro fotográfico a partir das lembranças que surgem conforme avalia cada imagem.

“Eu devo ter, se eu achar, o que deve ser difícil, eu te mando. [...] hoje a gente dá importância para as fotos antigas, mas na época, você não dava importância” (DRUCIAKI, 2019), explicando que não havia uma consciência dos moradores que, posteriormente, os registros fotográficos auxiliariam na construção da história daquela comunidade. “Como outras formas de evidência, imagens não foram criadas pelo menos em sua grande maioria, tendo em mente os futuros historiadores” (BURKE, 2004, p. 43).

5.11 IMAGEM ONZE

A décima primeira imagem do conjunto de fotografias apresentadas é o registro de uma de tantas reuniões de moradores que aconteciam no terreno da capela. Nota-se adultos e crianças observando o momento do registro. No canto direito superior, um veículo e, também, uma carroça.

Figura 41 – Imagem onze: Festa na capela Menino Jesus



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal de Amilton Matoso

Para Maria do Carmo Maia Sabadin, o que chama a atenção são os chapéis dos rapazes que aparecem na foto, explicando que por ser uma região do interior, os moradores andavam muito a pé, então era uma forma de proteção contra os raios solares. No caso das mulheres, ela conta que “as velhinhas sempre com a

cabeça amarrada” (SABADIN, 2019), tentando explicar que era costume que elas amarrassem um lenço na cabeça.

Os primos, Amilton Matoso e Pedro Monteiro, identificam que o veículo no canto esquerdo superior era do pai de Amilton, um dos poucos moradores que tinha um meio de transporte motorizado. Pedro ainda reconhece o tio, no canto esquerdo com os braços para trás e de chapéu, atrás da criança de camisa branca com os braços cruzados. Ele comenta que o pai de Amilton estava sempre engajado em trabalhos na comunidade. “Meu tio aqui, Euclides Matoso. Esse era o delegado lá. Ele era delegado, presidente do clube e presidente da comissão da igreja. É, no interior, quando tinha um cara com vontade, ele era o faz tudo” (MONTEIRO, 2019).

Ao observar a fotografia, Irene Druciaki não tem muitas lembranças, mas identifica que é uma festa no terreno da capela. Ao perceber que todos os personagens olham diretamente para quem tira o registro, reforça que deveria ser o padre que havia fotografado. “Quem tirava a foto normalmente era o padre. Era o padre que tinha a Kodak. Ele que tirava as fotos de primeira comunhão” (DRUCIAKI, 2019).

Antonio Acir Portela se reconhece aos 12 anos como o quarto menino, na primeira fileira, de quem observa a foto da direita para a esquerda. Emocionado ao visualizar a fotografia que reunia a comunidade após uma missa na capela, o depoente se identifica pelo livro que é segurado na imagem, o qual Antonio explica ser um livro do Santo Isidoro Lavrador, que havia adquirido na capela após o padre fazer propaganda durante a missa. Para Kossoy (2001, p. 99), “a experiência visual do homem quando diante da imagem de si mesmo, retratado por ocasião das mais corriqueiras e importantes situações de seu passado” leva à reflexão da importância da fotografia na vida das pessoas.

O gaiteiro que aparece cortado na parte inferior da fotografia é percebido por todos os depoentes, mas é na percepção de Nicolau Meira e Cleuza Meira que o pesquisador prende a atenção. Nicolau conta que havia alguns músicos na comunidade rural, o que fez a filha lembrar que a mãe, Valtina Vieira de Meira, entre os cuidados com a casa e o armazém, tocava *acordeon* nas festas do clube. Outro músico na família era o seu tio chamado Lauro, que durante as apresentações, chama a sobrinha para participar da apresentação. Uma das músicas que lembra de ter cantado era da dupla Léo Canhoto e Robertinho, chamada “Linda estudante”. “Linda estudante, se eu pudesse um dia beijar a face do teu rosto enganador. Todas

as noites eu sonho contigo, queria ser o teu único amor” (MEIRAb, 2019) cantarola quatro ou cinco músicas” conforme se tornou rotina acompanhar as apresentações da família.

A explicação de Cleuza foi uma forma de ilustrar que compreende de onde surgiu o talento da filha, Nicole Meira, com o teatro e a música nos dias de hoje, mostrando que é algo que começou com a esposa de Nicolau e que segue com a neta. Assim, como explicar Gagnebin (2006, p. 55), “a fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente”, mostrando que a rememoração não é apenas sobre não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente, de entender o presente.

Por fim, Mercedes Rosa da Luz sente dificuldade, assim como aconteceu na imagem nove, entre duas percepções sobre a imagem fotográfica. Ela surpreende-se com o número de pessoas reunidas, o que acaba criando o questionamento sobre o evento se tratar de uma festa de igreja ou um casamento. A princípio, ela sugere que seja uma festa de casamento na casa do tio, na comunidade do Zaapelon. As contradições surgem a partir dos seus próprios questionamentos, afinal, para ela, não pode ser um casamento porque não há nenhuma mulher com vestimentas de noiva e não é uma “festa de igreja também porque não tem igreja” (DA LUZ, 2019). Ainda assim, não reconhecendo nada da fotografia, ela lembra que nas festas “tinha os cantores que cantavam, faziam leilão, tinha barraquinha, tinha pescaria, tinha muita coisa. Era muito bom. Dançavam na grama tudo, mas era bom porque ninguém brigava” (DA LUZ, 2019).

5.12 IMAGEM DOZE

Apresentada aos depoentes como décima segunda fotografia do portfólio, a imagem apresenta a estrutura em madeira da Escola Isolada de Góes Artigas, que era coordenada pela Ida Fontana Matoso. Em primeiro plano, nota-se uma fileira apenas de meninas com vestimentas parecidas e, do outro lado, uma outra fila com meninos e meninas. Em frente à escola, há uma criança segurando uma bandeira do Brasil e, ao lado, é possível ver a professora Ida organizando a fileira. Percebe-se que nos fundos da escola, algumas araucárias podem ser notadas pelos longos galhos que aparecem no registro.

Figura 42 – Imagem doze: Alunos da Escola Isolada de Góes Artigas



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal de Amilton Matoso

Tanto para Irene Druciaki quanto para Antonio Acir Portela, o momento fotografado era em uma comemoração de 7 de setembro, antes de irem ao encontro da Escola Menino Jesus. Irene conta que cada aluno usava um guarda-pó, parecido com um jaleco, que eles usavam como uniforme por cima da roupa. A depoente Mercedes Rosa da Luz, ao falar sobre o item como uniforme, lembra que tinha mais de um. “Já ia [com o guarda-pó] de casa [para a escola]. Já tem em casa, dois ou três porque se não molhada, sujava” (DA LUZ, 2019).

Ao observar a fotografia, Amilton Matoso, que cresceu nas estruturas da escola por causa da mãe, recorda que para ele era um “lugar de pertencimento”, o espaço “onde o sujeito se identifica” (AUGÉ, 1994, p. 52). Ele lembra que a escola não tinha nenhuma pintura, que, posteriormente, a sua mãe construiu uma pequena estrutura nos fundos para funcionar como cantina para as crianças. Outro apontamento feito é que na escola havia a tradição de rezar, cantar o hino da bandeira do Brasil e do Paraná antes de iniciarem as atividades do dia.

Assim que Maria Tereza Darczyk Fernandes reconheceu a escola e a professora Ida, ela criou um certo interesse que não havia demonstrado em nenhuma fotografia anterior. O motivo foi a lembrança de dois alunos da escola (Nelson e Valmir) que enviaram uma carta para um programa de rádio elogiando a professora. A depoente conta que “ele [radialista] leu e ela pulava e batia palma” enquanto

elogiava o ato dizendo “ah meus alunos se lembraram de mim” (FERNANDES, 2019). Além disso, o pesquisador percebeu que a entrevistada se refere à escola como grupo, considerando que era uma forma comum antigamente.

Sempre buscando contribuir com algum comentário, Paulo Monteiro não reconhece os alunos enfileirados, mas se atenta às lembranças do seu período como estudante na Escola Isolada de Góes Artigas. E isso é evidenciado nas pesquisas de Hoffmann (2011), ponderando que “[...] algumas testemunhas lembram inúmeras histórias que se desenrolam na memória por meio do registro imagético, enquanto outras citam apenas pessoas e locais fotografados, muitas vezes, confundindo-os” (HOFFMANN apud TEIXEIRA, 2013, p. 142).

A primeira lembrança é o cheiro. “Aqui era cheiro de pinheiro, era pinheiro e ‘matão’ lá atrás” (MONTEIRO, 2019), explicando que só havia a estrutura da escola ali, sendo rodeada por árvores. O segundo apontamento é sobre o lanche que cada aluno deveria levar.

Eu levava merenda de casa né e era para levar. Você leva e entrega esse pedaço, assim, pão com molho, com mel, com doce. Esse aqui você leva lá pro fulano, para aqueles ‘bem pobrezinhos’ que não tinha condição. Então, no começo, eu fazia assim. Eu comia um pedaço do deles antes e, daí, entregava metade, daí ia comer o meu. Nem sempre comia tudo. Daí, contaram para a minha mãe, pra minha vó que eu estava fazendo isso. Daí, eu fiquei uma semana mais ou menos, eu levava merenda só para eles, não levava para mim. Fiquei sem comer uma semana (MONTEIRO, 2019).

E, então, sua última lembrança diz respeito aos castigos que os alunos recebiam por mau comportamento. O entrevistado conta que sempre era separado por gênero, “os piás [meninos] de um lado e as meninas do outro”, então quando algum aluno desobedecia, a estratégia de punição era colocar esse aluno para sentar na primeira carteira do lado das meninas. Como as carteiras eram para dois alunos, obrigatoriamente, teria que sentar junto com ela. “Nossa, a gente ficava com uma vergonha. [...] lá fora eles começavam a chamar a gente de ‘marica’, ‘o maricão, o maricão’, a gente ficava bravo rapaz” (MONTEIRO, 2019).

5.13 IMAGEM TREZE

A última fotografia que compõe o portfólio desse trabalho apresenta um registro de mais uma comemoração da independência do Brasil, na comunidade rural. No retrato é possível ver seis crianças caracterizadas de índio. Logo atrás, cinco

meninos da fanfarra aparecem com instrumentos, conhecidos como caixa. Ao fundo, percebe-se muitas árvores e o telhado de uma residência ou galpão.

Figura 43 – Imagem treze: A fanfarra em Góes Artigas



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal de Amilton Matoso

Apenas Amilton Matoso e Nicolau Meira declaram ser uma festividade de 7 de setembro. Ao reconhecer o irmão Pedro Licínio Matoso, o primeiro com instrumento da direita para a esquerda, Amilton acredita que seja uma festividade de 1976/1977, considerando a idade do irmão (17 anos). Mesmo sendo do acervo da família e já conhecendo a imagem, nota-se que o entrevistado possui uma forte identificação com a comunidade, destacando a sua importância ao afirmar que “em Inácio Martins não existia isso” que, posteriormente, foi montado um grupo de fanfarra também, mas que a ideia original era de Góes Artigas. Tanto que lembrou de um segundo desfile, no qual os alunos do grupo desfilaram fardados com a mesma roupa e um chapéu verde feito de cartolina.

Esse apontamento, reitera as considerações de Candau (2012), que discute sobre a memória ser constantemente atualizada. Todos os dias, memórias do tempo presente reordenam as memórias do passado, como as de Amilton ao lembrar da fanfarra e do uniforme para se apresentarem em um segundo momento.

Pedro Monteiro sentiu certo estranhamento com a imagem, visto que não conseguia recordar da comemoração. Brincou que não havia motivo para fantasiarem as crianças como índios, pois “lá não tinha índio, nem conhecia índio. Era

uma festa né” (MONTEIRO, 2019), o que foi determinante para dizer que o retrato não era de Góes Artigas, pois nem “essa ‘bandinha’ não tinha na comunidade”. Posteriormente, reconheceu o irmão do Amilton, o primeiro com instrumento da direita para a esquerda, mudando de opinião e passou a compreender que se tratava de uma fotografia na comunidade. Mesmo não tendo muitos apontamentos, ele buscou contribuir explicando que eventos sempre aconteciam como forma de reunir toda a comunidade.

[Era] alguma comemoração lá das professoras, da atividade que as professoras fizeram, né. Era a forma deles reunirem pais e alunos, né. Na época não tinha reunião de pais e alunos, então eles faziam esse tipo de coisa, os desfiles. Fazia os pais irem juntos nos desfiles, acompanhando as crianças. Uma forma de unir a escola e a comunidade (MONTEIRO, 2019).

Essa participação da comunidade fica visível com o apoio de outras fotografias do mesmo evento, todas do acervo de Amilton Matoso, que podem ser conferidas a seguir.

Figura 44 – Fanfarra marchando em Góes Artigas



Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal de Amilton Matoso

Figura 45 – Comunidade reunida no campo

Foto: Autor desconhecido

Fonte: Arquivo pessoal de Amilton Matoso

Na cerimônia, apenas Cleuza Meira disse estar presente. Tanto que, durante a análise, ela questionou o pai para ver se ele reconhecia a segunda criança caracterizada, da esquerda para direita, tendo como resposta: “parece você, não sei se é” (MEIRAA, 2019). Percebe-se que o papel da filha em relação ao pai é de segurança, pois quando as lembranças se apresentam de forma confusa é para ela que ele direciona o seu olhar. Assim como, quando Nicolau reconheceu que os indivíduos da foto estavam no campo de futebol, ele apontou que aquele telhado ao fundo era de um botequim, que vendia bebidas e guardava as camisas dos times de futebol. Entretanto, a filha percebe que a leitura do pai estava equivocada e ajuda-o a visualizar com mais clareza.

Pai, observe aqui no campo. Lembra que a gente passava aqui e que tinha uma ponte. E daí quando a gente estava chegando, tinha essa casa e a gente ia lavar o carro no rio. O pai levava a caminhonete para a gente lavar no rio do campo. Eu lembro dessa casa, quem morou nessa casa eu fui umas vezes (MEIRAb, 2019).

A correção de Cleuza sobre a afirmação de Nicolau exalta o que é colocado por Thompson (1992). A partir de entrevistas em duplas, as recordações narradas passam constantemente pela validação e confirmação de uma memória diferente, enriquecendo o resultado.

Para muitos depoentes, a presença das crianças caracterizadas como índios criou a sugestão de outra data comemorativa, como o dia do índio. Uma delas foi Irene Druciaki que destacou que esse desfile era “mais sofisticado”, comparando com o seu tempo de escola que “só marchava no ‘um, dois, um, dois’. Aqui eles já estavam mais ‘apetrechados’ e pelo jeito estavam comemorando o dia do índio” (DRUCIAKI, 2019).

Assim como Irene, Mercedes Rosa da Luz também relatou ser uma comemoração do dia do índio, afinal, ela conta que “comorava tudo” aquele tempo. Ela reconhece o segundo menino com o instrumento musical, da esquerda para a direita, Jean Horst, que ainda mantém contato. Por fim, suas lembranças acabam recordando os piqueniques que eram feitos com a escola, alegando que isso não existe atualmente com as novas gerações. “Fazia piquenique no mato, perto dos rios. Cada um levava uma coisa, daí misturava todas as comidas. Era muito bom. Hoje em dia não tem mais nada disso. É tudo na base do celular, do computador. Até eu estou viciada” (DA LUZ, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou evidenciar o modo de contribuição da fotografia, a partir de seu potencial informacional e acionador de memórias, na investigação acerca de fragmentos históricos da comunidade rural de Góes Artigas, no centro-sul do Paraná. O período escolhido para a pesquisa foi de 1945 a 1980, relativo ao funcionamento e ao grande movimento na estação ferroviária da comunidade, um lugar que é identificado pelos entrevistados como “de pertencimento” (AUGÉ, 1994).

Na pesquisa, a seleção de depoentes buscou selecionar não somente aqueles que tivessem acervos fotográficos familiares ou influência na comunidade, mas incluir os moradores comuns também, por meio das indicações de terceiros em Góes Artigas. Sendo assim, alguns selecionados já não residiam na comunidade rural e, por isso, foi preciso se deslocar para a cidade de Inácio Martins e Guarapuava para a realização de algumas entrevistas.

A partir dos resultados obtidos, com o auxílio da proposta metodológica que utiliza a fotografia como disparadora do gatilho da memória, aplicada com dez depoentes (moradores e ex moradores), foi possível recuperar aspectos da micro história esquecida pelos documentos escritos e publicações oficiais. Esse material coletado, que reúne uma pluralidade de relatos, configura uma “história nova”, possibilitando espaço para narrativas de pessoas comuns, como é conceituado por Le Goff (2003).

As novas histórias que estão reunidas nessa pesquisa contam sobre uma comunidade rural do interior do Paraná, rodeada por grandes árvores, que passou por um momento de mudança, com a chegada da linha férrea e, principalmente, com a construção da sua estação ferroviária. Mesmo o maior motivo sendo o transporte de cargas, como a madeira, é notório que o que mais ganha a atenção dos moradores são os vagões de passageiros. De passagem ou não, era em Góes Artigas que todos desciam até 1954, ano em que a estação de Guarapuava foi finalizada e tornou-se o ponto final daquele trecho. Nas palavras de Amilton Matoso e tantos outros, o trem era o “divertimento” naquela região.

Com os relatos, a partir da história oral, tornou-se possível admitir “heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo” (THOMPSON, 1992, p. 44), que nesse caso o pesquisador destaca que são heroínas,

como Ida Fontana Matoso e Nair Bastos. Duas mulheres que, contra a História Tradicional que muitas vezes escondeu a presença do sexo feminino, são uma amostra deste universo de mulheres incríveis que é muito mais amplo.

As duas professoras coordenaram as únicas escolas que existiram durante o recorte de tempo selecionado, sendo lembradas por todos os depoentes. O reconhecimento deste valor da contribuição feminina em Góes Artigas pode ser percebido em cinco das imagens que compõem o portfólio, pois como descrito, muitos eventos e atividades na comunidade eram organizadas pela união das duas escolas, momentos que também reúnem um número maior de registros imagéticos nos acervos familiares. Até mesmo, Darcy José Gumiero e Sebastiana Macarroni de Oliveira Farias lembram das professoras em momentos da primeira parte da metodologia.

Esses dois podem ser considerados parte das conquistas aqui presentes, pois mesmo com o desconforto em decorrência de seus problemas de saúde, conseguiram tirar alguns minutos para compartilhar suas memórias. Apesar de não ter sido possível aplicar a segunda parte da metodologia com os dois depoentes e, no caso, de Sebastiana que contribuiu com poucas palavras no primeiro momento também, esse trabalho integra os dois moradores mais antigos de Góes Artigas.

A partir disso, percebeu-se que a saúde e a idade dos dez depoentes são fatores a serem apontados também, pois a entrevistada mais velha tem 98 anos (Sebastiana) e o mais novo tem 59 anos (Amilton). Tanto que, durante as entrevistas, os selecionados compartilham comentários a respeito da dificuldade que estão tendo para visualizar as fotografias escolhidas do portfólio. “Eu tenho catarata e tenho que operar” (SABADIN, 2019), “tá muito longe, daí a gente não reconhece” (DA LUZ, 2019) e “trabalhava na roça por 20 anos e não me faltou esse olho, pois eu nem sabia que não enxergava” (FERNANDES, 2019) são alguns exemplos que fazem alusão à dificuldade de visão. Amilton Matoso comenta que “isso aqui para mim reconhecer era necessário enxergar bem de pertinho” (MATOSO, 2019), sugerindo que o pesquisador apresentasse as fotografias em um aparelho de televisão para que fosse possível reconhecer os pequenos personagens de cada retrato. Todos esses são pontos que geraram apreensão no autor da pesquisa já que a visão é um ponto essencial para a eficácia do trabalho.

Apesar dessas dificuldades, a metodologia evidencia o poder da fotografia em acionar memórias comuns aos depoentes relacionadas ao cotidiano, dos eventos culturais e de dificuldades estruturais, como as condições desfavoráveis ao

deslocamento decorrente das estradas de chão. Assim, torna-se possível evidenciar dois níveis de memória propostos por Candau (2014), sendo de alto nível e da metamemória, percebidos a partir das colocações sobre a trajetória individual de cada entrevistado (com pontuações pessoais) e das colocações em comum acerca da vida em comunidade na época, compartilhadas por todos os dez membros. E, conforme apontado por Halbwachs (1990), a memória passa a ser construída coletivamente e socialmente, sempre sujeita a possíveis transformações. Assim como cada entrevistado compartilha uma lembrança sobre Cibila e sua venda de lanches na estação ferroviária.

O autor ainda aponta dois desacertos durante a produção da pesquisa e aplicação metodológica. A partir da experiência percorrida, sugere-se a redução dos tópicos iniciais apresentados aos depoentes na primeira parte das entrevistas, assim como Mocellin (2018) havia indicado em sua pesquisa, mas que foram desconsideradas pelo pesquisador, por acreditar que os dez tópicos eram essenciais para o entendimento daquela realidade. Entretanto, notou-se em alguns casos, principalmente, com Maria Tereza Darczyk Fernandes, o cansaço tomando conta da entrevistada logo no início da apresentação do portfólio.

Outra falha percebida foi na escolha das treze fotografias selecionadas, evidenciando que o esporte poderia ter sido escolhido para compor esse grupo de imagens. No caso, acreditava-se que a imagem treze supriria essa função por se tratar de um registro no campo de futebol, mas foi um gatilho para poucos selecionados.

Concluída essa pesquisa, com fontes orais e interpretações fotográficas, foi possível obter novas informações e uma pluralidade de pontos de vista sobre a comunidade de Góes Artigas não disponíveis até então em documentos a respeito da localidade. Ao observarmos as palavras carregadas de sentimentos enquanto lembram da comunidade, concluímos que Góes Artigas faz parte da identidade de todos os entrevistados, que no início não compreendiam a importância da realização do trabalho, mas que, durante seus próprios depoimentos, percebem a rica história da região, sendo um “lugar de memória” (CANDAU, 2014).

Além disso, a partir dos apontamentos durante a pesquisa, tornou-se possível desenvolver um mapa ilustrativo da região central da comunidade (Figura 1), com os principais pontos relatados pelos dez entrevistados.

Como reconhecimento, em dezembro de 2019, os moradores da

comunidade rural fizeram o convite para que parte desse trabalho fosse compartilhado na primeira feira rural de Góes Artigas, em fevereiro de 2020. Assim, foi organizada uma exposição de varal intercalando fotografias encontradas durante a pesquisa e algumas memórias compartilhadas pelos depoentes.

Por fim, ao desenvolver estudos como esse no centro-sul do Paraná, reforçamos a eficiência da fotografia como disparadora do gatilho da memória em mais uma aplicação, levando a metodologia e o Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Estadual de Londrina, para outros espaços geográficos do Paraná.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994.

BONI, P. C. **Fincando estacas!** A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina: Edição do autor, 2004.

BONI, P. C. A Fotografia Como Ferramenta Para a Recuperação da História e da Memória. In: XVII Encontro de Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba. Anais do XVII Encontro de Grupos de Pesquisa em Comunicação, 2017.

BONI, P. C. VITACHI, J. R. S. Londrina revisitada: a fotografia como registro histórico de duas épocas. In: BONI, P. C (Org). **Retratos da Cidade**: o uso da fotografia para a recuperação de fragmentos históricos de Londrina. Londrina: Midiograf, 2014.

BORGES, M. E. L. **História e Fotografia**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

_____. _____. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, P. **Testemunha ocular**: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GIESBRECHT, R. M. **Estações ferroviárias**. Disponível em: < <http://www.estacoesferroviarias.com.br> >. Acesso em: 12 set. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, 1997.

HALBWACHS, M. A memória coletiva e o espaço. In: _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p.131-160.

HOFFMANN, M. L. **Guardião de imagens**: “memórias fotográficas” e a relação de pertencimento de um pioneiro com Londrina. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

_____. **Fragmentos da história**: o uso da fotografia para a recuperação e a preservação da memória de Londrina. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes / Universidade de São Paulo, São Paulo.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf> > Acesso em: 12 ago. 2019.

IBGE. **Manual da base territorial 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. 2. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 5. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

KROETZ, L. R. **Estradas de Ferro do Paraná 1880-1940**. São Paulo, 1984.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003

LUZ, C. E. **Arranjo ferroviário e espaço urbano na região dos Campos Gerais/Mara de**

Araucária(PR). Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 166-192, maio/out 2010.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dezembro 1993.

MOCCELIN, N. **Lembranças pioneiras: da transformação de Aparecidinha d'Oeste em Itaipulândia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PAULUK, D. A. **Intervenção na paisagem ferroviária: o caso da cidade de Irati – Paraná**. 2013. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PEREIRA, A. C. **Memória e história: o uso da mídia fotografia para a recuperação histórica da construção da Usina Hidrelétrica de Capiwara, na visão de antigos trabalhadores de Iepê**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

PINA, J. H. A.; LIMA, O. A.; SILVA, V. P. Município e distrito: um estudo teórico. In: **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 6, 2008. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/634> > Acesso em: 16 jul. 2019.

PINTO, G. J. **Do sonho à realidade**: Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia). IG-UFU, Uberlândia, 2003.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e voz, 2016.

SALLES, J. O. João José Zattar S. A.: disputas sociais, legitimidade, legalidade. In: PORTO, L; SALLES, J. O.; MARQUES, S. M. S. (Org). **Memórias dos povos do campo no Paraná** – centro sul./. Curitiba: ITCG, 2013.

SANTOS, R. **Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste** – Guarapuava, Paraná (1946-1960). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEIXEIRA, J. O. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória**: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969), 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Pesquisa Documental

DA LUZ, M. R. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Guarapuava: 30 out. 2019. (1h37min29s): gravação em áudio.

DRUCIAKI, I. B. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Inácio Martins: 8 out. 2019. (1h26min): gravação em áudio.

DRUCIAKI, I. B. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Inácio Martins: 28 out. 2019. (51min26s): gravação em áudio.

FERNANDES, M. T. D. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Góes Artigas: 24 out. 2019. (44min33s): gravação em áudio.

GUMIERO, D. J. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Guarapuava: 24 out. 2019. (57min23s): gravação em áudio.

SABADIN, M. C. M. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Guarapuava: 25 out. 2019. (1h37min): gravação em áudio.

MATOSO, A. F. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Góes Artigas: 15 jun. 2019. (1h54min45s): gravação em áudio.

MATOSO, A. F. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Góes Artigas: 29 out. 2019. (1h28min): gravação em áudio.

MEIRAA, N. R. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Guarapuava: 26 out. 2019. (1h43min25s): gravação em áudio.

MEIRAB, N. R. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Guarapuava: 26 out. 2019. (1h43min25s): gravação em áudio.

FARIAS, S. M. O. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Góes Artigas: 29 out. 2019. (26min58s): gravação em áudio.

MONTEIRO, P. Entrevista concedida ao pesquisador, em seu local de trabalho. Guarapuava: 8 out. 2019. (1h02min25s): gravação em áudio.

MONTEIRO, P. Entrevista concedida ao pesquisador, em seu local de trabalho. Guarapuava: 29 out. 2019. (1h27min44s): gravação em áudio.

PORTELA, A. A. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Guarapuava: 11 jul. 2018. (1h16min48s): gravação em áudio.

PORTELA, A. A. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Guarapuava: 30 out. 2019. (1h15min26s): gravação em áudio.

SABADIN, M. C. M. Entrevista concedida ao pesquisador, em sua residência. Guarapuava:

ANEXOS

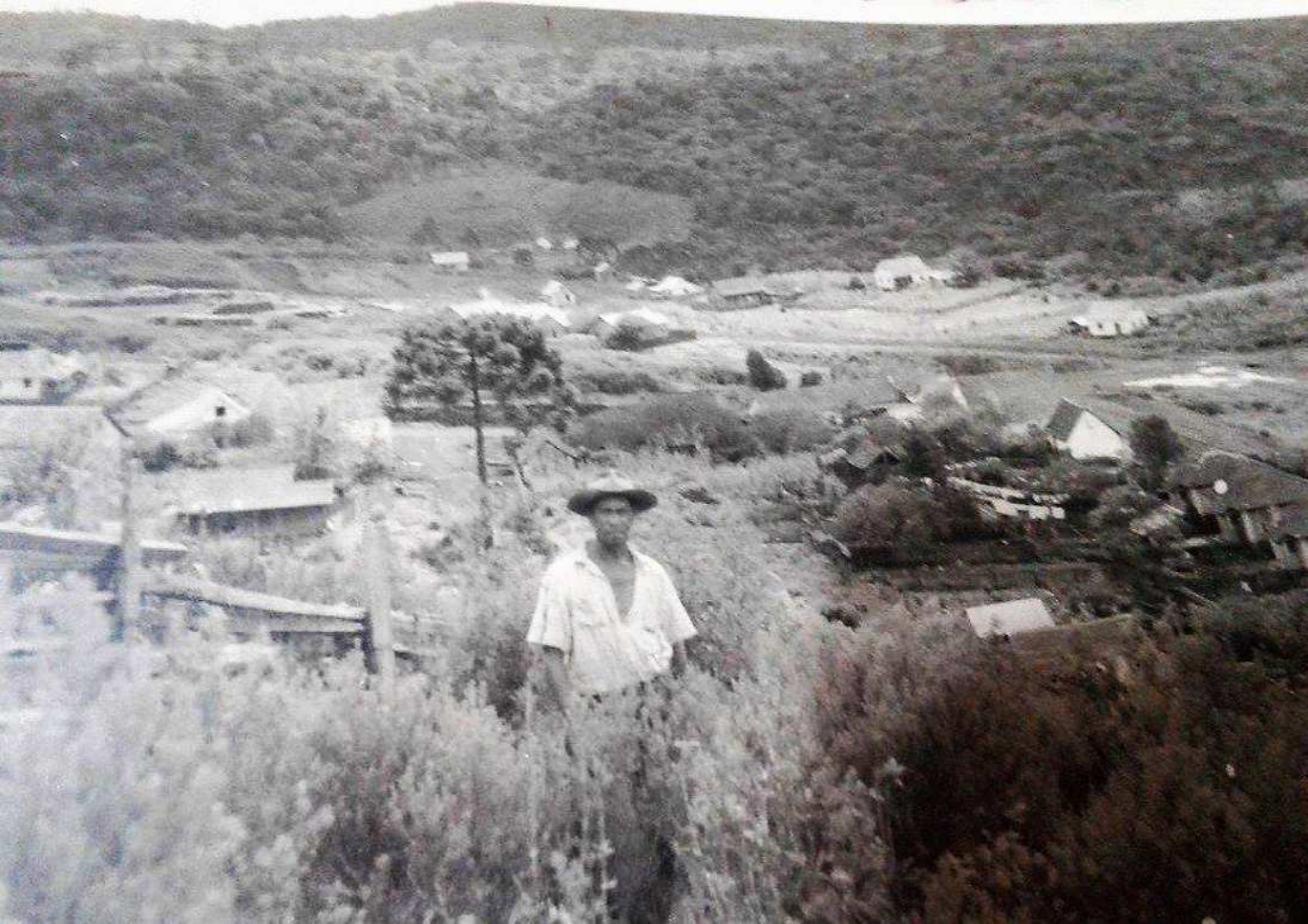














UNSAUNIAO











